



Questão agrária, urbana, ambiental:

Subsídios para a
formação e o trabalho em Serviço Social



Questão agrária, urbana, ambiental:

Subsídios para a formação e o trabalho em Serviço Social

Organização

Isabel Cristina da Costa Cardoso

Mailiz Garibotti Lusa

Maria do Perpetuo Socorro R. Chaves

Matheus Thomaz

Raquel Santos Sant'Ana

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Suenya Santos da Cruz

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz



Organização

Isabel Cristina da Costa Cardoso
Mailiz Garibotti Lusa
Maria do Perpetuo Socorro R. Chaves
Matheus Thomaz
Raquel Santos Sant'Ana
Sandra Helena Ribeiro Cruz
Suenya Santos da Cruz
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL: SUBSÍDIOS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL

BRASÍLIA

2025

Pré-lançamento: XVIII ENPESS, dezembro de 2024.

Revisão: 2025.

Lançamento: TV ABEPSS, Live: Questão Agrária, Urbana e Ambiental:
Subsídios para a formação e trabalho em Serviço Social, setembro de 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)

QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL: SUBSÍDIOS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL

EQUIPE DE ELABORAÇÃO - GT DOCUMENTO (2020 – 2022)

Isabel Cristina da Costa Cardoso – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Mailiz Garibotti Lusa – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Maria do Perpetuo Socorro R. Chaves – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Matheus Thomaz – Universidade Federal Fluminense (UFF – Campos dos Goytacazes)
Raquel Santos Sant'Ana – Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)
Sandra Helena Ribeiro Cruz – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Suenya Santos da Cruz – Universidade Federal Fluminense (UFF - Rio das Ostras)
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

EQUIPE DE REVISÃO (2025)

COORDENAÇÃO, REVISÃO GERAL E FINALIZAÇÃO:

Mailiz Garibotti Lusa

REVISORAS

Mailiz Garibotti Lusa (UFSC)
Maria do Perpetuo Socorro R. Chaves (UFAM)
Suenya Santos da Cruz (UFF - Rio das Ostras)
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP)

REVISÃO TEXTUAL

Célia Maria da Silva Carvalho - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL - GESTÃO 2021-2022

Isabel Cristina da Costa Cardoso (UERJ)
Mailiz Garibotti Lusa (UFSC)
Maria do Perpetuo Socorro R. Chaves
(UFAM)
Matheus Thomaz (UFF/Campos)

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL - GESTÃO 2023-2024

Betina Ahlert (UFSC)
Caroline Magalhães Lima (UECE /
UERJ)
Maristela Dal Moro (UFRJ)
Matheus Thomaz (UFF/Campos)

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL - GESTÃO 2025-2026

Betina Ahlert (UFSC)
Gabriela Abrahão Masson (UFAL)
Rita de Cássia Barbosa dos Santos
(UERR)
Suenya Santos da Cruz (UFF/Rio das
Ostras)

DIRETORIA DA ABEPSS - EXECUTIVA NACIONAL – GESTÃO 2021-2022

PRESIDENTE: Rodrigo José Teixeira
SECRETÁRIA: Paula Martins Sirelli
TESOUREIRO: Gustavo Javier Repetti
COORDENAÇÃO NACIONAL DE
GRADUAÇÃO: Marina Monteiro de Castro
e Castro
COORDENAÇÃO NACIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Maria Liduina de Oliveira e
Silva
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: Ramiro Marcos Dulcich
Piccolo
SUPLENTE DE DIRETORIA: Sheila Dias
Almeida e Juliana Iglesias Melim
REPRESENTANTE DISCENTE DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Rafaela Bezerra Fernandes
SUPLENTE DISCENTE DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Tales Willyan Fornazier
Moreira
REPRESENTANTE NACIONAL DISCENTE
DE GRADUAÇÃO: Gustavo Gomes da
Silva Marques
SUPLENTE DISCENTE DE GRADUAÇÃO:
Wellington Monteiro Ferreira

DIRETORIA DA ABEPSS - EXECUTIVA NACIONAL – GESTÃO 2023-2024

PRESIDENTE: Erlenias Sobral do Vale
SECRETÁRIO: Leila Maria Passos de
Souza Bezerra
TESOUREIRA: Roberta Menezes Sousa
COORDENAÇÃO NACIONAL DE
GRADUAÇÃO: Elivania da Silva Moraes
COORDENAÇÃO NACIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Maria das Graças e Silva
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: Ester Luiza de Souza
Lemos
SUPLENTE DE DIRETORIA: Ruth
Ribeiro Bittencourt e Maria Helena Elpidio
REPRESENTANTE DISCENTE DE
PÓS-GRADUAÇÃO: Leonardo Dias Alves
SUPLENTE DISCENTE DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Karoline Lucia Santos
Cunha
REPRESENTANTE NACIONAL
DISCENTE DE GRADUAÇÃO: Felipe
Vinicius Mendonça da Silva
SUPLENTE DISCENTE DE
GRADUAÇÃO: Cláudia Raquel Cardoso
Farias Martins

DIRETORIA DA ABEPSS - EXECUTIVA NACIONAL – GESTÃO 2025-2026

PRESIDENTE: Joana Valente Santana
SECRETÁRIO: Vera Lúcia Batista
Gomes
TESOUREIRA: Solange Maria
Gayoso da Costa
COORDENAÇÃO NACIONAL DE
GRADUAÇÃO: Zaira Sabry Azar
COORDENAÇÃO NACIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Inez Terezinha Stampa
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: Sandra de Faria
SUPLENTE DE DIRETORIA: Débora
Rodrigues Santos e Cristiana Costa Lima
REPRESENTANTE DISCENTE DE
PÓS-GRADUAÇÃO: Leonardo Costa
Miranda
SUPLENTE DISCENTE DE PÓS-
GRADUAÇÃO: Dafne Dias Lages
Monteiro
REPRESENTANTE NACIONAL
DISCENTE DE GRADUAÇÃO: Katiane
de Jesus Souza
SUPLENTE DISCENTE DE
GRADUAÇÃO: Arthur Beserra Moraes

ABEPSS

Universidade de Brasília – UnB
Campus Darcy Ribeiro - Instituto Central de Ciências – ICC
Ala centro, Sala B1-439
Brasília (DF) - CEP 709.10-900
(61) 3107-6727 - abepss@abepss.org.br

CAPA: Nova Pauta Comunicação Créditos de imagens:

1. Tomaz Silva (Agência Brasil);
2. Tânia Rego (Agência Brasil);
3. Rafa Neddermeyer (Agência Brasil).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	p. 03
PARTE I – MEMÓRIA HISTÓRICA DO GTP: DIÁLOGO COM OS PRINCÍPIOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES	p. 06
PARTE II – LIMITES, LACUNAS, DESAFIOS COM INDICAÇÃO DE APROFUNDAMENTOS	p. 18
2.1 Os fundamentos da realidade social	p. 18
2.1.1 <i>Formação profissional e realidade: uma questão de totalidade</i>	<i>p. 18</i>
2.1.2 <i>Realidade agrária, urbana e ambiental e formação profissional</i>	<i>p. 25</i>
2.2 Trabalho e formação profissional	p. 35
2.2.1 <i>Ofensiva neoconservadora e ataque aos direitos</i>	<i>p. 38</i>
2.2.2 <i>ABEPSS e suas estratégias de fortalecimento do projeto de formação profissional</i>	<i>p. 43</i>
2.3 A centralidade dos sujeitos históricos da questão agrária, urbana e ambiental	p. 50
2.3.1 <i>Problematização das expressões da questão social a partir dos sujeitos das relações sociais agrárias, urbanas e ambientais</i>	<i>p. 52</i>
2.3.2 <i>Limites, desafios e tarefas da produção teórica da área agrária, urbana e ambiental e da formação profissional frente à centralidade dos sujeitos</i>	<i>p. 64</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 80
REFERÊNCIAS	p. 81
 SOBRE AS/ OS AUTORAS/ES E PARTICIPAÇÕES NA PRODUÇÃO DO DOCUMENTO	 p. 87
ANEXO: LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES RELACIONADO ÀS ÊNFASES DO GTP QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL NO XVI ENPESS (2018)	p. 90

APRESENTAÇÃO

O Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS)¹, constituído enquanto “espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento” (ABEPSS, 2020-a, s.p.), vinculado estatutariamente à ABEPSS, sempre manteve seu olhar atento à dinâmica do trabalho e da formação profissional, bem como aos planos de ação e às requisições da entidade.

Ainda no primeiro semestre de 2020, já em contexto da Pandemia da Covid-19, na Gestão “Resistir e avançar, na ousadia de lutar”, os GTPs da ABEPSS receberam da Executiva Nacional o pedido de construção de um documento que tratasse sobre as temáticas específicas de cada GTP na relação com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro (ABEPSS, 2021). Foi a partir dessa demanda que, na reunião da Coordenação Ampliada do GTP QAUASS, em 21 de maio de 2020, foi criado o Grupo de Trabalho para elaboração do documento (GT Documento), o qual em princípio foi constituído pelas professoras Suenya Santos da Cruz, da UFF, Mailiz Garibotti Lusa, à época da UFRGS, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, da UNIFESP, e Isabel Cristina da Costa Cardoso, da UERJ.

A incumbência recebida da Executiva Nacional da ABEPSS tinha previsão de ser concluída e apresentada até dezembro daquele ano, quando findaria a gestão 2019/2020 e possuía um caráter simples e objetivo de reflexão, voltado para compreender como as ênfases agrária, urbana e ambiental comparecem na formação profissional a partir dos fundamentos contidos nas Diretrizes Curriculares. No entanto, o GT Documento, em seus debates e em suas sistematizações, foi percebendo que para cumprir a tarefa com responsabilidade e em profundidade precisaria dedicar-se mais para o estudo de documentos da área, para a releitura dos relatórios das gestões anteriores do GTP QAUASS, bem como para as produções teóricas que fundamentam o debate crítico sobre a questão agrária, urbana e ambiental na atualidade. Assim, os trabalhos do GT Documento, iniciados ao longo de 2020, prolongaram-se durante os anos de 2021 e 2022, já na gestão subsequente do GTP QAUASS.

¹A partir do reconhecimento das dimensões agrária, urbana e ambiental como indissociáveis e constitutivas da realidade social concreta, que atravessa o cotidiano profissional do Serviço Social, seja na formação, no trabalho profissional ou na produção de conhecimento, o GTP designou-se desde o seu surgimento, em 2010, como GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social. Contudo, identificou-se, durante a Gestão 2021 e 2022, que alguns documentos e mesmo o *site* da ABEPSS o designa como GTP Questões Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social, ou seja, usa da expressão ‘questão’ no plural. Considerando que esta modificação foi gerada durante os 10 primeiros anos de trajetória do GTP, sem identificação precisa do momento e do fundamento teórico para tal, e que ela não expressa a compreensão das/os pesquisadoras/es da área, resgatou-se a designação do GTP no singular, que será padronizada ao longo deste documento. Ressalta-se que os únicos usos do termo no plural referem-se às citações diretas.

É importante frisar que, com o início do novo biênio 2021-2022, o GT foi reestruturado e novos integrantes passaram a compô-lo: Raquel Sant'Anna dos Santos, Sandra Cruz e Matheus Thomaz. Cada membro foi assumindo atribuições e responsabilidades e entregando produtos diferentes, resultando em contribuições distintas na elaboração do documento². A partir disto, todos são reconhecidos como autores, uma vez que se entende que a produção científica que ora é apresentada publicamente, resulta de um processo coletivo de reflexões, debates e produção de conhecimento.

Durante esse período, foram utilizadas três estratégias pedagógicas na elaboração do documento: a) reuniões do GT para discutir e deliberar encaminhamentos relativos à elaboração; b) momentos de estudos, produção, leituras e análises das produções, realizados individualmente ou em duplas; c) seminários de socialização e discussão das produções.

O Documento preliminar foi estruturado em três partes, as quais tratam, respectivamente, sobre I) a memória histórica do GTP, no que tange o diálogo com os princípios das Diretrizes Curriculares; II) os limites, as lacunas e os desafios com indicação de aprofundamentos; e III) uma última parte que constava em aberto e objetivava recolher a indicação de sugestões para a formação profissional.

A primeira versão foi disponibilizada na página da ABEPSS, entre novembro e dezembro de 2022, e discutida durante o Pré- Colóquio do GTP QAUASS, que ocorreu de forma *on-line* no dia 7 de dezembro de 2022. O documento referendado em sua totalidade e aprovado no Colóquio do GTP QAUASS no dia 16 de dezembro de 2022, durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), com a ressalva de que a parte que trata de indicações para a formação de assistentes sociais fosse assumida como continuidade na próxima gestão. Na sequência as atividades do GTP dedicaram esforços para outras discussões e tarefas, restando esta tarefa ainda como indicação futura. O documento foi pré-lançado no XVIII ENPESS, em Fortaleza. Em 2025 foi revisado e diagramado ao ser preparado para a publicação definitiva.

Verdadeiramente, foi um processo longo, ao mesmo tempo, desafiador e riquíssimo em termos de aprendizados e da identificação das necessidades de avanços no debate da questão agrária, urbana e ambiental e Serviço Social. O processo coletivo de construção foi prenhe de possibilidades, pois permitiu identificar a potência das Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro como instrumento primordial para que a profissão venha identificar e analisar na

²Ver ao final deste documento a apresentação de cada integrante do GT Documento do GTP QAUASS e o papel assumido na elaboração do documento. Convém ressaltar que, a partir de uma decisão dos membros do GT Documento, a autoria será identificada como coletiva, constando o nome de todos/as que contribuíram em algum momento desta construção. Para fins de reconhecimento ético das contribuições e níveis de envolvimento com a elaboração do documento, constará ao final as respectivas contribuições.

realidade cotidiana as expressões da questão social no campo, nas cidades, nas matas e nas florestas.

Entende-se que uma formação profissional crítica, que prepara as/os futuras/os assistentes sociais para trabalhar nesta realidade, é condição *sine qua non* para que se confira concretude ao Projeto Ético Político do Serviço Social no miúdo cotidiano. É a partir desta formação crítica, social e democraticamente referenciada que se desenham as estratégias profissionais para o enfrentamento das expressões da questão social nos mais distintos territórios, nas mais variadas regionalidades e com os diversos indivíduos e coletivos sociais, tendo em vista a construção de processos de mobilização e de organização política, social e cultural que contribuam para a desejada transformação societária.

Boa leitura e bons debates!

GT Documento

Novembro de 2022, tempo de diversas primaveras.

Revisado em abril de 2025.

PARTE I

MEMÓRIA HISTÓRICA DO GTP:

DIÁLOGO COM OS PRINCÍPIOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES

O Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) compõe o conjunto dos GTPs, desde 2010, na organização da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A entidade de cunho acadêmico científico construiu, em 2009, essa estratégia dos grupos temáticos de pesquisa com vistas ao fortalecimento da pesquisa na área do Serviço Social (ABEPSS, 2009). É importante ressaltar que a constituição dos GTPs vinculados organicamente à ABEPSS resultou de um movimento com início nos idos dos anos de 1990 - tempos de construção de um novo projeto profissional pelas/os assistentes sociais.

Dos elementos basilares deste novo projeto profissional salienta-se que foi aprovada em assembleia geral da ABESS, em novembro de 1996, a proposta de currículo mínimo para o Serviço Social, ao tempo que era promulgada a Lei 9334, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu as diretrizes gerais para os cursos, como um patamar mínimo e comum na formação profissional no País³. Em 1993, havia sido aprovada a Lei n. 8662/93, que regulamenta a profissão, e a Resolução n. 273/93, que estabelece o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social.

Naquele momento, também ocorreu a unificação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) para dar maior organicidade à pesquisa, bem como para promover maior articulação com o ensino no Serviço Social, entre outros objetivos. Assim, a pesquisa, inserida no projeto pedagógico como prática pedagógica, contribui na formação profissional integral e generalista, em acordo com as Diretrizes Curriculares.

Duas décadas após, novo e importante documento da área foi produzido, desta vez orientando a constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Trata-se do documento denominado “A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)”. Nele se apresenta um conjunto de propostas oriundas das oficinas realizadas em nível local

³ Para aprofundamento, ver Caderno ABESS n. 7, São Paulo: Cortez, 1996.

(nas UFAS) e regional, para subsidiar a criação dos GTPs, com definição de suas atribuições e funcionamento, que foi discutido no Seminário Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa, em 2009, e implementado a partir de 2010.

Elaborado enquanto proposta inicial pela ABEPSS, orientou o debate realizado amplamente em nível nacional, entre os anos 2008 e 2009, e alguns princípios ali postulados reafirmaram a consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica. Segundo o documento, a dimensão investigativa está em todos os níveis da formação profissional, graduação e pós-graduação e, nessa direção, os GTPs devem incorporar o movimento da pesquisa nos dois níveis, incentivando e fomentando a pesquisa (ABEPSS, 2009).

Desde os anos de 1980, a maioria intelectual do Serviço Social vem sendo destacada, no que resultou no reconhecimento da área como produtora de conhecimento no campo das ciências sociais. Mas, desse movimento profícuo também emergiram diversas pressões sofridas pela área para assumir critérios orientados pelo mercado com exigências de privilegiar inovações tecnológicas, em detrimento da pesquisa básica e pesquisas nas áreas humanas e sociais.

O resultado da discussão para a formação dos GTPs é apresentado no Seminário Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa da ABEPSS, realizado na UFRJ, em 2010, quando foi avalizada pelos presentes sua implementação no ENPSS nesse mesmo ano, nos colóquios por área temática realizados pela primeira vez nesse espaço acadêmico científico. Os GTPs foram criados como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento (ABEPSS, 2022). Possuem direção socialmente referenciada, marcada por rigor técnico, metodológico e compromisso ético, além de se constituírem como organismos de resistência, aglutinando pesquisadores e suas produções acadêmico-científicas, alimentando e enriquecendo o debate da formação e do exercício profissional. O Estatuto da ABEPSS descreve as competências dos GTPs:

Art. 34. Os grupos temáticos – GT de pesquisa na área de Serviço Social, articulados no âmbito da ABEPSS, são formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social.

Parágrafo único: Compete aos grupos temáticos de pesquisa:

I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;

II – organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;

III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;

IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;

V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (ABEPSS, 2018-a).

Para o GTP QAUASS, dois desafios se colocam presentes, desde o início da sua constituição, junto as/aos pesquisadoras/es e profissionais envolvidos com a produção do conhecimento nessas temáticas específicas. O primeiro desafio está relacionado à necessária articulação do que se denominou como ênfases e dimensões – Agrária, Urbana e Ambiental – em uma perspectiva de totalidade. Este desafio situa-se tendo em vista a formação sócio histórica, a lógica fragmentada do capitalismo – a razão dualista (Oliveira, 2003), é exemplo – na estrutura da sociedade brasileira e suas particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais, em diálogo com o acúmulo do conhecimento construído pelo Serviço Social, que consolida seu projeto profissional. O segundo desafio está na conexão entre os GTPs, com a identificação de suas configurações particulares e dos elementos constitutivos que os interconectam.

Em 2012, é publicada na *Temporalis* Nº 24 a ementa que orienta as ações do GTP QAUASS, e um dos seus objetivos está em

Apreender a dinâmica atual da sociedade capitalista, que, historicamente, engendra o agravamento das desigualdades sociais geradoras de situações de pauperismo tanto no campo quanto na cidade e que promove o uso predatório dos recursos ambientais tem se revelado desafio incontornável para a área de serviço social, impondo-nos o exercício permanente da reflexão crítica contra as violações dos direitos, a mercantilização das cidades e da intensificação da desigualdade social por meio de uma estrutura fundiária que concentra terra, riqueza e renda (ABEPSS, 2012, p. 463).

Em outras palavras, impõe-se considerar as profundas modificações ocorridas nas relações estabelecidas entre capital e trabalho, nos processos de expropriação dos recursos naturais, de superprodução e de superexploração da força de trabalho, que estão na base da acumulação capitalista sob a racionalidade neoliberal e revelam contradições que atravessam a sociedade brasileira nas diferentes manifestações da questão social.

E, tendo em vista as particularidades e os dilemas da questão nacional, as análises dessas contradições permitem apreender que, no contexto do capital, as dimensões agrária, urbana e ambiental se desdobram em uma *questão*, cujas

explicações devem privilegiar as matrizes da formação social brasileira. Como traços destacam-se o uso extensivo da terra, o modelo agrário pela via dos grandes latifúndios, as origens escravistas e a racialização de parte significativa da população brasileira, a urbanização moderna que se realiza em bases arcaicas, o modelo predatório assumido pela burguesia nacional heterônima, o caráter predatório e extrativista dos recursos ambientais, a democracia e o autoritarismo, entre outros aspectos, para também identificar o que revelam de possibilidades futuras.

Um segundo objetivo orienta a organização do GTP QAUASS, subsidiando a proposição de eixos analíticos.

Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos (ABEPSS, 2012, p. 464).

Nesses termos, é reforçado a defesa da perspectiva afirmada nas Diretrizes Curriculares no âmbito dos três núcleos de fundamentação para a formação profissional, com vistas a subsidiar a apreensão da sociedade brasileira e as particularidades da produção e reprodução social sob as relações fundamentais de classe, gênero e raça, conhecimentos que confluem para o exercício profissional da/o assistente social. Em consonância com esta perspectiva a ementa se desdobrou em quatro eixos.

Determinações estruturais e históricas da questão urbana, agrária e ambiental no Brasil: a luta de classes como mediação; o papel do Estado e as políticas públicas no campo e na cidade; invisibilidade ou visibilidade negativa dos movimentos sociais de luta pela terra na cidade e no campo; e a atuação do Serviço Social em face das refrações da questão agrária, urbana e ambiental: possibilidades e limites (ABEPSS, 2012, p. 464-465).

Nos argumentos elaborados para subsidiar a ementa, sustenta-se a relação dialética entre as dimensões como fundamental para construir reflexões críticas na área do Serviço Social, em uma perspectiva de totalidade. A necessária compreensão da realidade na perspectiva da totalidade apontada desde aquele período é colocada recentemente como um dos desafios para a articulação teórico-política das ênfases agrária, urbana e ambiental na formação profissional.

Nestes tempos de mundialização do capital (Chesnais, 1996), os impactos destrutivos no emprego, nos salários e nos sistemas de proteção social desafiam o Serviço Social a analisar e a construir explicações sobre a realidade social brasileira.

Para isso, é condição tomar as múltiplas determinações políticas, econômicas, culturais e sociais da realidade em uma perspectiva de totalidade (Bezerra et al. 2018, p. 80).

Em 2016, o amadurecimento intelectual nas produções das/os pesquisadores do GTP QAUASS apontou a necessidade e a relevância de se continuar debatendo sobre a articulação e a integração entre as dimensões. Este exercício foi realizado haja vista que foram identificadas dificuldades nesse movimento, o que se desdobrou para uma releitura da ementa de 2012.

Dentre tais dificuldades estavam: i) a maior presença da dimensão urbana no debate acadêmico e profissional; ii) a dimensão agrária aparece relacionada à dimensão ambiental e, por vezes, relacionada a investimentos de políticas públicas no campo; iii) a dimensão ambiental aparece regionalizada no debate, com maior incidência na região norte do país. Interpretações dessas dificuldades mostraram também a submissão do exercício profissional à fragmentação da realidade, pela via das normativas e das legislações estabelecidas pelas políticas sociais, tornando o trabalho profissional pragmático, sem mediações, com limitações acirradas pela pouca visibilidade atribuída aos sujeitos políticos.

Contudo, para além das dificuldades, foram reconhecidos avanços significativos no período. Dentre eles, aspectos importantes a considerar foram: i) a reafirmação da articulação entre os GTPs da ABEPSS, que ocorre nas oficinas e encontros regionais; ii) a presença dos GTPs na Comissão Científica para a construção do ENPESS; iii) a integração da coordenação dos GTPs com as representações regionais.

Após quase 15 anos de existência do GTP QAUASS, acumulou-se uma riqueza de conhecimento e avanços organizativos na área temática, que resultou da alternância das gestões – que ocorre no espaço do ENPESS – a cada dois anos e da sistematização de uma agenda de trabalho densa e profícua, compromissada política e eticamente. Este acúmulo se traduz nos seus relatos, mas também nas tensões das relações estabelecidas, seja nos espaços acadêmicos, seja nos espaços do exercício profissional, que figuram nos relatórios elaborados pelas coordenações. Assim, os relatórios das diversas gestões cumpriram certos requisitos: apresentação das produções coletivas dos pesquisadores, buscadas em várias fontes; sínteses dos encontros científicos e de eventos da categoria profissional; e reflexões oriundas de atividades desenvolvidas no interior do GTP e em diálogo com os outros GTPs.

Serão destacados a seguir alguns dos principais aspectos elencados nos relatórios das gestões, com vistas a dar visibilidade ao trabalho que tem sido executado pelo GTP QAUASS. Os conteúdos que balizam esta apresentação inicial estão expressos nos relatórios do GTP QAUASS, elaborados nos períodos de 2011-2012, 2013-2014, 2015-2016, 2017-2018, 2019-2020 e 2021-2022. Conteúdos esses cujas análises aprofundadas subsidiaram as reflexões que serão apresentadas nas Partes II e III deste documento, as quais tratam das tendências sobre a produção de conhecimento em Serviço Social na área de estudos e pesquisas que aglutinam as dimensões agrária, urbana e ambiental na dinâmica social (ABEPSS, 2018-b), ressaltando a centralidade dos sujeitos, a articulação com a extensão, na defesa do tripé ensino, pesquisa e extensão, lacunas e desafios e indicativos para a formação profissional.

Na gestão 2011/2012, nas atividades iniciais do GTP QAUASS, realizou-se um levantamento dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social e suas afinidades com as temáticas do GTP. Foram identificados 21 programas e 63 grupos de pesquisas. Levantou-se também a produção dos programas durante os anos de 2000 a 2011, o que se traduziu em 43 teses, 189 dissertações relacionadas às temáticas do GTP (Coelho, Dalmoro, Graça e Silva, 2012).

Na gestão 2013/2014, organizou-se a complementação do mapeamento dos dados junto ao diretório de grupos de pesquisa no CNPq e nos currículos lattes das/os docentes, processo que requer um movimento permanente de atualização, como se verá nos relatórios posteriores. Empreendeu-se um esforço de construir listas de contatos com pesquisadoras/es por *email*, processo que tem mostrado um baixo nível de retorno por parte delas/es. Para além da realização do colóquio do GTP, que passa a fazer parte da agenda dos ENPESS, as ações foram direcionadas para a participação na assessoria temática do ENPESS, com a respectiva sistematização de questões relacionadas aos trabalhos apresentados no evento.

A realização do colóquio do GTP QAUASS, durante o ENPESS de 2014, foi fundamental para problematizar e refletir sobre a tendência da pesquisa e da produção do conhecimento referentes às temáticas do GTP. Alguns desafios foram ressaltados no debate: a continuidade do adensamento da abordagem que fortalece a integração das dimensões; a preocupação em como materializar essa questão nas Diretrizes Curriculares; a frágil presença dos sujeitos sociais no âmbito da produção do GTP; além de uma presença residual do Serviço Social no debate.

O relatório de 2015/2016 indicou avanços e desafios da consolidação do GTP junto à categoria e demais estudiosas/os das temáticas. Apontou a importância do conhecimento dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora e suas particularidades estruturantes como raça e gênero, em um país como o Brasil, de sociabilidade escravista e genocida, que criminaliza tudo que foge aos padrões heteronormativos. Representantes da coordenação participaram, no início da gestão, da reunião da diretoria ampliada e com os GTPs, quando se enfatizou a relação orgânica com a ABEPSS. Iniciou-se nesta gestão a participação das coordenações dos GTPs em reuniões nacionais da direção da entidade, passando a ser identificados estes espaços como sendo da diretoria ampliada.

Como ações, durante os dois anos, realizou-se o levantamento do estado da arte da produção de pesquisas e estudos no campo temático do GTP. Além disso, a partir de consulta nos documentos CAPES, sistematizou-se teses e dissertações produzidas referidas às temáticas do GTP; atualizou-se o mapeamento dos grupos e linhas de pesquisa; sistematizou-se os trabalhos apresentados nos CBAS e ENPESS, de 2004 a 2014, demonstrando que havia um crescimento quantitativo de trabalhos apresentados; procedeu-se a leitura e a avaliação dos trabalhos apresentados para o ENPESS 2016, ampliando essa avaliação para os trabalhos apresentados no ENPESS 2014, correspondente ao biênio anterior, para apreender os rumos dos debates; houve a participação na comissão científica do XV ENPESS de 2016 realizado em Ribeirão Preto, SP; e foram realizados dois encontros/colóquios durante o ENPESS daquele ano.

Nos debates destes encontros, quando esse material foi apresentado, foram ressaltados alguns elementos: até aquele momento permanecia a referência institucional às requisições do Estado e às demandas postas pelas políticas públicas; havia aumentado a referência a violações de direitos e à presença dos sujeitos políticos (que estavam ausentes em anos anteriores); notava-se já à época o início de um campo de produção de pesquisas sobre desastres. Por outro lado, discutia-se também a importância de se debater determinadas terminologias, a exemplo de socioambiental e ambiental – indicando que não há consensos ou concordâncias na sua conceituação – e colocava-se o desafio de se avançar nos seus fundamentos. Por fim, coletivamente, percebia-se que uma demanda permanecia recorrente: aprimorar a comunicação entre o GTP QAUASS e as/os pesquisadoras.

O relatório apresentado pela gestão 2017/2018 fez referências, inicialmente, aos elementos que marcaram a conjuntura econômica regressiva com relação aos direitos, diante do realinhamento neoliberal do processo de acumulação do capital e

da emergência de uma nova direita que culminou na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do País. Destacou-se o acirramento da violência no campo e na cidade, nos despejos, na criminalização dos movimentos sociais, no extermínio da juventude negra, na degradação ambiental.

A coordenação participou da reunião de planejamento da diretoria ampliada, com as representações dos GTPs, com discussões que tiveram como objetivo avançar nos debates e nas articulações das intersecções e da transversalidade das temáticas. Várias ações foram relatadas, enfatizando um processo iniciado pelas gestões passadas, tendo em vista a continuidade e a complementação das informações sobre as produções acadêmicas e científicas nas temáticas do GTP. Outras ações se somaram a estas: recriação do grupo de *emails* do GTP; divulgação de eventos relativos às temáticas do GTP; produção de notas e moções, denunciando ações de destruição dos direitos e criminalização de movimentos sociais, de expropriação dos recursos naturais; levantamento das disciplinas em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e dos programas e projetos de extensão.

Ressaltam-se três ações em termos da visibilidade e do adensamento das pautas defendidas pelo GTP QAUASS: 1) a construção de uma mesa-redonda compartilhada com os GTPs Trabalho, Questão Social e Serviço Social e Ética, Direitos Humanos e Serviço Social na Oficina Nacional da ABEPSS, em 2017; 2) a construção e a participação em uma mesa-redonda dos GTPs no ENPESS 2018, discutindo tendências, perspectivas e interfaces no Serviço Social; e 3) a construção e a realização do Colóquio do GTP durante aquela edição do ENPESS.

O debate que se seguiu ao colóquio indicou algumas ações e alguns desafios ao GTP: a necessária capilarização do GTP QAUASS nas regiões da ABEPSS; a atualização permanente dos dados que dão visibilidade à produção do conhecimento nas temáticas do GTP; e o início dos trabalhos voltados à elaboração de um mapeamento nacional georreferenciado com a localização dos grupos, núcleos de pesquisa e extensão. Como desafios, apontou-se que havia necessidade de aprofundamento das relações das ênfases com os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos; bem como do exercício do diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Na gestão 2019-2020, a coordenação do GTP QAUASS, em reunião de planejamento com a coordenação ampliada, definiu os seguintes eixos de ação para o biênio: comunicação; produção e atualização de informações; e construção/fortalecimento da rede de articulação interna e externa. Cabe ressaltar que

a gestão viveu tempos sombrios, de muitas contradições que atravessaram o contexto contemporâneo nesse biênio, trazendo enormes desafios ao projeto de formação e trabalho profissional em Serviço Social e ao GTP QAUASS. Isso deve-se tanto ao início do governo federal de Jair Messias Bolsonaro, em janeiro de 2019, mas, também, porque no ano seguinte agrava-se ainda mais o quadro com a ocorrência da Pandemia da Covid-19, que gerou uma crise sanitária mundial, aprofundada sobremaneira no Brasil pelas medidas negacionistas do executivo federal.

Naquele período, ainda em 2019, três reuniões da coordenação ampliada do GTP QAUASS foram realizadas presencialmente: 1) no III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social e III Congresso do Direito à Cidade e Justiça Ambiental, realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina; 2) no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em Brasília; e 3) na Oficina Nacional da ABEPSS, realizada em dezembro de 2019 em Campinas.

Importante destacar que na reunião de Londrina a principal pauta foi a discussão e os encaminhamentos das primeiras tratativas sobre uma proposta de georreferenciamento dos grupos de pesquisa e extensão da área temática. Na Oficina Nacional da ABEPSS, cujo tema foi “Projetos de Educação no Brasil: impactos do avanço do conservadorismo”, apresentou-se um texto sobre o tema produzido pela coordenação do GTP. Ainda durante a Oficina, realizou-se uma reunião nacional de planejamento da ABEPSS com os GTPs, quando se discutiu a produção de um documento, pelos GTPs, para subsidiar a ABEPSS em uma produção de material com objetivo de orientar as UFAS na implementação das Diretrizes Curriculares.

A partir de 2020, o mundo mudou com a presença do novo Coronavírus, causador da Covid-19. Desigualdades e opressões oriundas de uma crise econômica em curso, desde o fim dos anos 2000, foram acirradas pela crise sanitária, quando morreram, desde seu início em fevereiro de 2020 até fins de julho de 2022, 6.415.538⁴ pessoas no mundo. No Brasil, foram 678 mil mortes nesse mesmo período.

O risco de contaminação pelo Coronavírus e o consequente desenvolvimento da Covid-19 exigiu distanciamento físico e adequações foram feitas para o desenvolvimento das atividades planejadas pelo GTP QAUASS a partir dos três eixos. Assim, foram realizadas reuniões *on-line* tanto da coordenação do GTP como da coordenação ampliada; organizou-se um grupo no *Whatsapp*, para dinamizar o contato com os membros do GTP, além da continuidade do uso do *e-mail*; realizou-se

⁴ Worldmeters: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em 29/07/2022.

uma *live*, integrando o Programa ABEPSS ao Vivo, ocorrida em agosto de 2020, que tratou sobre a questão ambiental e indígena em tempos de pandemia⁵.

Em termos organizativos, criou-se um grupo de trabalho para a elaboração de um documento do GTP QAUASS sobre as Diretrizes Curriculares e a abordagem da questão agrária, urbana e ambiental, denominado 'GT Documento' em atividade a partir de então. Desde o início dos trabalhos o GT orientou-se pelos pressupostos teóricos metodológicos da totalidade, da não fragmentação das diferentes ênfases na análise da realidade da vida social e das relações sociais. Além disso, o GTP QAUASS deu continuidade ao levantamento dos trabalhos referidos às temáticas agrária, urbana e ambiental, especialmente feito nos Anais do ENPESS de 2018.

No final de 2020, com o quadro da Pandemia da Covid-19 ainda grave e ainda sem a disponibilidade de vacina para imunização da população, a direção nacional ampliada da ABEPSS deliberou pela realização dos Colóquios dos GTPs de forma *on-line* e pela realização de uma assembleia da ABEPSS na mesma modalidade. Os encontros foram realizados em dezembro de 2020, momento em que elegeu-se as novas gestões: Executiva Nacional e Executivas Regionais da ABEPSS, bem como as Coordenações e Coordenações Ampliadas dos GTPs.

Durante 2021 e 2022, ainda sob os impactos da COVID, mas com gradativa transição das atividades à distância das universidades para os formatos híbrido e presencial, a nova coordenação do GTP QAUASS deu continuidade à experiência coletiva de gestão compartilhada, por meio da articulação e do fortalecimento da coordenação ampliada do GTP. A constituição de grupo de Whatsapp e a realização de reuniões à distância constituíram dois caminhos importantes para descentralização das discussões e dos encaminhamentos junto à coordenação ampliada do GTP QAUASS, o enfrentamento das restrições sanitárias e a aproximação de seus membros pertencentes a territórios regionalmente distintos.

A partir dessa dinâmica de gestão foram referendados dois grupos de trabalho (GT) que já haviam iniciado as atividades no período de gestão anterior: 1) GT para levantamento dos grupos de pesquisa e de extensão em Serviço Social com incidência na área temática da questão agrária, urbana e ambiental; 2) GT para discussão e elaboração de documento do GTP QAUASS sobre avaliação dos acúmulos, dos desafios e das proposições acerca da importância e a da

⁵ Participaram desta Live como expositoras/es: Eronilde Fermin Omagua, Cacique Geral do Povo Omagua-kambéba do Alto Rio Solimões; Gilberto de Souza Marques, Economista e professor da UFPA; e Maria das Graças e Silva, Assistente Social e professora da UFPE. A Live foi mediada pelo professor Matheus Thomaz, da UFF de Campos de Goytacazes.

transversalidade da questão agrária, urbana e ambiental na implementação das diretrizes curriculares.

Atendendo a demanda organizativa da ABEPSS para os GTPs, no ano de 2021, foram organizadas duas atividades: 1) preparação compartilhada com a coordenação ampliada da *live* Terra, conflitos e lutas: a questão social e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social⁶, em agosto de 2021, que fez parte do Projeto ABEPSS ao Vivo, transmitido pela TV ABEPSS; 2) elaboração de artigo intitulado “Diretrizes Curriculares e produção de conhecimento sobre Questão Agrária, Urbana e Ambiental”, para a edição Nº 42 da Revista Temporalis, compondo o eixo de artigos demandados pela ABEPSS sobre o debate da questão social nos GTPs.

No ano de 2022, além do acompanhamento e do desenvolvimento das atividades de cada GT, com inserção da coordenação do GTP QAUASS nos dois grupos, a coordenação acompanhou o processo de elaboração e discussão da Política de Comunicação da ABEPSS, por meio de representação em grupo de trabalho nacional; bem como do desencadeamento da discussão deste documento junto à coordenação ampliada do GTP; e, inclusive, da participação no I Seminário Nacional de Comunicação da ABEPSS.

Por último, destaca-se a participação e a colaboração nas reuniões entre ABEPSS e GTPs visando a descentralização da preparação da atividade ABEPSS Itinerante, de 2022, e do ENPESS 2022. Por meio desta última requisição e atribuição, a coordenação do GTP QAUASS, junto com a sua coordenação ampliada, discutiu e encaminhou as tarefas de organização, divulgação e realização do Pré-Colóquio do GTP QAUASS, que ocorreu em dezembro de 2022. Para tanto, teve a colaboração da ABEPSS, notadamente do seu setor de Comunicação, e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O Pré-colóquio constituiu momento preparatório ao ENPESS para discussão, avaliação e encaminhamentos sobre os resultados alcançados pelos dois Grupos de Trabalho (GT Levantamento e GT Documento).

⁶ Participaram desta Live como expositoras: Mailiz Garibotti Lusa, professora do Departamento de Serviço Social da UFSC e Coord. do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (2020-2021); Marcivana Sateré Mawé, liderança indígena, graduada em Ciências Contábeis, Coordenadora da COPIME, Conselheira do CES/AM e Coordenadora da Comissão de Terra e Moradia; Núria Pardillos, Assistente Social, Pesquisadora NEMOS/ PUC-SP e NETRAB/ PUC-SP, e integrante do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo. A Live foi mediada pela professora Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, da UNIFESP, membro da Coordenação Ampliada do GTP Questão Agrária Urbana e Ambiental e Serviço Social.

Esses apontamentos sobre as diversas gestões do GTP QAUASS, de 2011 a 2022, pretenderam sinalizar brevemente as preocupações e os avanços que têm marcado as ações das diferentes gestões, desafiando este Grupo Temático de Pesquisa na reinterpretação das ênfases em uma perspectiva de totalidade. Foi com base no acúmulo aqui retratado que foram desenvolvidas reflexões mais aprofundadas, que passam a ser apresentadas a seguir.

PARTE II

LIMITES, LACUNAS, DESAFIOS COM INDICAÇÃO DE APROFUNDAMENTOS

Nesta segunda parte do documento, busca-se apresentar os limites, as lacunas e os desafios na abordagem da questão agrária, urbana e ambiental a partir da produção da área. As reflexões foram elaboradas pelo GTP QAUASS, a fim de indicar, inclusive, pontos necessários para o aprofundamento das três dimensões.

2.1 Os fundamentos da realidade social

Primeiramente, desenvolve-se a análise a partir da ênfase na realidade, partindo de três indagações essenciais elaboradas com base nos relatórios e outros documentos do GTP QAUASS: qual é o significado da realidade na formação profissional? Que realidade é retratada nas produções que tratam sobre a questão agrária, urbana e ambiental? Que realidade é projetada? Entende-se que a busca de resposta às três perguntas exige três movimentos necessários nos estudos e nas discussões: reconhecer, analisar e prospectar a realidade.

Toma-se como ponto de partida os relatórios das gestões que conduziram este GTP. Antes, contudo, apresenta-se alguns apontamentos sobre o projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social Brasileiro (ABEPSS, 1996) em sua relação com a realidade na dimensão estrutural e conjuntural.

2.1.1 Formação profissional e realidade: uma questão de totalidade

Ao resgatar as discussões sobre o projeto de formação profissional, feitas ao longo de pouco mais de três décadas, evidencia-se que a análise da realidade é norteadora do trabalho profissional e seu rigor analítico dependerá da direção social da formação profissional. Esta formulação analítica sobre a centralidade da realidade para a formação profissional é caudatária do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, começando a aparecer no final da década de 1970 e produzindo repercussões mais evidentes na década de 1980, com a implantação do Currículo Mínimo de 1982 da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS).

Entre fins dos anos de 1970 e o início de 1990, amadurece-se e solidifica-se o

projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996⁷), através de um processo histórico e que foi de continuidade e ruptura (Iamamoto, 2007, p. 51). Continuidade que ocorre por meio do reconhecimento e do debate sobre os limites e os avanços da formação profissional, que repercutem no amadurecimento do projeto profissional pelo conjunto da categoria, especialmente ao assumir coletivamente os impasses e os desafios do Currículo Mínimo de 1982 que ainda precisavam ser superados. E ruptura, quando o Serviço Social brasileiro, ao longo destas duas décadas, manifesta-se contra o pragmatismo, o conservadorismo, o clientelismo e o assistencialismo, que conferiam cariz funcionalista e conservador à profissão desde sua gênese. Ainda que a ruptura – expressa nestes e em outros limites – não liberte integralmente a categoria do cariz profissional conservador, considera-se que a hegemonia da perspectiva crítica construída pelo esforço coletivo de profissionais, pesquisadoras/es e estudiosas/os possibilita afirmar o traço de ruptura.

Neste processo histórico de maturação do projeto de formação, entre fins dos anos de 1980 e início dos 1990, identificava-se que dentre os impasses a serem superados estavam: a) o distanciamento existente entre o trabalho intelectual, o acadêmico e o exercício profissional (Silva, 1993; Silva e Silva, 1993); b) o necessário aprofundamento das mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional (Iamamoto, 2007). O ponto comum entre esses impasses era a relação entre a profissão e a realidade, considerando-se o reconhecimento e a análise da realidade em seu movimento histórico como condições imprescindíveis para um projeto de formação, a fim de que respondesse às necessidades postas na sociedade brasileira.

Este reconhecimento foi produto da consolidação e posterior avaliação do Currículo Mínimo de 1982. Já naquele período, considerava-se que o reconhecimento e a análise da realidade requeriam a apreensão da formação sócio-histórica brasileira e, nela, da gênese e do desenvolvimento da profissão, seus princípios e seus valores, suas alianças de classe e seus enfrentamentos. Tais elementos possibilitam compreendê-la na divisão sócio técnica do trabalho, na dinâmica das relações sociais e na estrutura societária no tempo presente, projetando-a para o devir profissional

⁷ As Diretrizes Curriculares do Serviço Social Brasileiro, originalmente aprovadas em 1996 (ABEPSS, 2021-b), identificadas como Diretrizes Curriculares da ABEPSS, foram elaboradas com base no Currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Em dezembro do mesmo ano, a ABESS torna-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o que se consolida cartorialmente com a mudança regimental do estatuto da entidade no início do ano de 2000.

(Lusa, 2012).

Em síntese, foi no processo de avaliação da formação profissional, realizado entre fins dos anos 1980 e a primeira metade de 1990, que foram identificados dois aspectos centrais da formação em Serviço Social que precisavam ser alcançados: a efetiva articulação entre os fundamentos profissionais e a superação da dicotomia entre a profissão e a realidade. Articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que “o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade” (Iamamoto, 2007, p. 55, grifos da autora). Isso requer captar os processos sociais, analisando-os, a fim de desvendá-los para além da aparência fenomênica com que se expressam. Por conseguinte, exige assegurar a dimensão investigativa no plano do trabalho profissional e no âmbito da pesquisa, de modo que possam repercutir na produção de conhecimento sobre a realidade e a profissão.

A compreensão da profissão em sua historicidade exige ir além da leitura histórica como mera processualidade de fatos, pelo contrário, requer compreender o Serviço Social na perspectiva de totalidade.

Busca-se, pois, construir uma abordagem do Serviço Social na ótica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e políticas – que, influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo (Iamamoto, 2007, p. 191).

Evidencia-se, assim, a necessária adoção da perspectiva de totalidade para o reconhecimento, análise e abordagem da realidade, o que continua se configurando como um desafio para a formação e o trabalho profissional crítico, inclusive na análise da questão urbana, agrária e ambiental. Note-se como as reflexões sobre a realidade concreta articulam-se à exigência da adoção da totalidade como categoria analítica, que perpassa o projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996. A totalidade é categoria essencial do método em Marx, que se consolida como perspectiva hegemônica no Serviço Social brasileiro nos anos 1990, sinalizando a direção do seu projeto ético político.

A dialética materialista deve abordar cada fenômeno, cada objeto de análise e de conhecimento, não apenas para determinar as contradições internas que regem a sua evolução [...]. Deve igualmente esforçar-se por abordar o fenômeno de maneira global, por apreender sob todos os seus aspectos, por considerar na sua totalidade, por evitar toda a aproximação unilateral, que isola de maneira arbitrária tal ou tal aspecto particular da realidade, suprime, não menos arbitrariamente, tal ou tal outro aspecto, e é, por este fato, incapaz de apreender as *contradições no seu conjunto* e, logo, de compreender o *movimento na sua totalidade* (Mandel, 1978, p. 250. Grifos do autor).

A ideia, segundo a qual a realidade constitui-se do movimento em sua totalidade do conjunto das contradições a ela inerentes, consta na obra de Marx já na introdução aos *Grundrisse* (1957-1858)⁸. Na reflexão de Marx, a totalidade resulta do conjunto orgânico de diferentes momentos constitutivos do modo de produção.

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça (Marx, 2011, p. 53).

Neste caso, Marx afirmava que a totalidade compunha uma unidade de diferenças, que se relacionam nos momentos da produção, os quais fazem parte de um processo que sempre recomeça. Nesta totalidade, as singularidades e as particularidades não são apagadas, pelo contrário, se interseccionam dialeticamente a partir das diferenças, formando o todo. Mais adiante, n' *O capital*, a totalidade como categoria teórica fundamental na análise da realidade concreta da sociedade burguesa fica bastante evidente no Livro III⁹, quando estuda o processo global da produção, considerada a partir do conjunto das suas condições reais (Marx, 2017-a).

Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um todo constituído por partes funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é simples [...]. Mas, a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade *dinâmica* – seu movimento resulta do caráter *contraditório* de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas [...] (Netto, 2009, p. 690-691. Grifos do autor).

A totalidade concreta no Método em Marx encontra-se em permanente movimento a partir das contradições. É o permanente caráter contraditório de todas as totalidades, desde as mais simples que movem as transformações, sendo por isso identificado como motor da história.

Ao lado das duas categorias teóricas essenciais ao pensamento de Marx para tratar sobre a realidade concreta – explicitadas no fragmento do texto de Netto – e sua relação com a cotidianidade do trabalho e da formação em Serviço Social, está a categoria mediação. Justamente por ser reconhecida como uma terceira categoria

⁸ Manuscritos econômicos de 1857-1858 e esboços da crítica da economia política.

⁹ Editado por Friedrich Engels, o Livro III d'O Capital é publicado em 1894, onze anos após o falecimento de Marx em 1883.

essencial, é que na década de 1990 surgem preocupações relacionadas à compreensão e ao tratamento teórico da mediação. Naquele período, percebe-se o distanciamento entre os fundamentos advindos da matriz marxiana e a leitura da cotidianidade profissional, o que indica que esta categoria do método estava ausente nas análises profissionais.

Apontava-se que outro nóculo problemático era a distância constatada entre o tratamento teórico-sistemático das matrizes teórico-metodológicas e a cotidianidade da prática profissional. Explicitava-se, assim, a necessidade de trabalhar o campo das mediações, que possibilitem transitar de níveis elevados de abstração [universalidade] para as singularidades do fazer profissional, conforme as particularidades da realidade, conformadas pela formação social. Neste sentido, o dilema metodológico é o de detectar as dimensões da universalidade, particularidade e singularidade na análise dos fenômenos presentes no contexto da prática profissional (Iamamoto, 2007).

Sem dúvidas, nas duas décadas que antecederam a construção do projeto de formação vigente houve um avanço considerável no que tange à apreensão e ao amadurecimento da teoria social crítica e do método em Marx. Porém, a tradução deste tratamento teórico metodológico para o cotidiano de trabalho e da formação profissional ainda era um desafio. E, há de se dizer, essa tradução é fundamental para a leitura e a análise da realidade numa dimensão prospectiva da ação.

Neste sentido, é necessário considerar que as análises das situações teórico-concretas – realidade reconhecida – exigem o domínio de matrizes teórico-metodológicas, no entanto, elas por si só não são suficientes. É necessário o domínio técnico operativo capaz de dar vida (concretude) às intencionalidades e aos projetos que compõem o discurso e o fazer ético político profissional (Iamamoto, 2007).

Esta reflexão, à época, possibilitou a identificação de dilemas profissionais especialmente relacionados às políticas de estágio e de pesquisa, bem como às relações entre a Universidade e os espaços sócio profissionais. Um dos dilemas consistia na “apropriação das matrizes teórico-metodológicas incidentes no campo da formação, especialmente por parte do quadro docente” (Iamamoto, 2007, p. 193), que pudesse superar a reprodução de conceitos para a compreensão da lógica explicativa da vida social. Por seu turno, isso exigia o acompanhamento do movimento histórico do tempo presente como forte requisito para as análises da realidade que incidem sobre o trabalho profissional. Significava considerar a importância das análises de conjuntura, porém não como meras ilustrações e, sim, como fontes de conexão com a

análise da dinâmica societária nos seus aspectos estrutural e conjuntural, tanto na esfera internacional quanto nacional, regional e local.

Outro dilema referia-se à dimensão investigativa do trabalho profissional, assim como ao desenvolvimento de pesquisas sobre as questões que incidem sobre ele e dos processos que as produzem, como condição para se preencher aquele campo de mediações entre as matrizes teórico-metodológicas e a cotidianidade da prática do assistente social (Iamamoto, 2007). Note-se que a dimensão investigativa é, dialeticamente, fonte e produto do campo das mediações no processo de reconhecimento, apreensão e abstração da realidade concreta e na proposição de ações na cotidianidade, orientadas à construção de outra lógica societária, atenta aos sujeitos diretos do trabalho profissional e suas relações como classe trabalhadora.

É preciso um projeto de formação profissional atento à dinâmica que envolva os sujeitos coletivos e suas lutas sociais, reconhecendo neles agentes que acionam o motor da história, com capacidade prospectiva de formulação de ações. Tais ações precisam transitar do atendimento específico dos sujeitos individuais, para contribuir à coletivização dos processos sociais, acionando junto à classe trabalhadora a capacidade de formulação de outros modelos societários.

Para isso, desde a formação é necessário conferir centralidade aos sujeitos, o que exige atentar ao tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, reservando especial cuidado à formação em sua articulação com a extensão universitária. Quem são os sujeitos desta realidade? Com que estratégias o Serviço Social se dirige a eles? Como os visualiza na dinâmica societária? Como constrói com eles a coletivização dos processos sociais? Como aciona a capacidade de formulação coletiva de alternativas societárias?

Neste sentido, é imprescindível demarcar que, desde meados dos 2010, a ABEPSS vem considerando como um elemento de enriquecimento da formação profissional a curricularização da extensão, desde que se assegure o projeto de formação defendido desde a década de 1990. Nesse sentido, aposta-se na defesa da gratuidade das atividades, no predomínio da perspectiva metodológica da educação e da comunicação popular, no referenciamento das demandas pelas classes subalternas, com estudantes experienciando e protagonizando atividades extensionistas.

Para ir encerrando este momento reflexivo de resgate do projeto de formação profissional e o trato, nele, da realidade social em sua estrutura e conjuntura, o que possibilitará adentrar na análise propriamente dita dos relatórios do GTP QAUASS, é

essencial dedicar atenção aos desafios no âmbito dos fundamentos do Serviço Social e da abordagem da questão agrária, urbana e ambiental. Neste intuito, sinaliza-se que:

No lapso das duas últimas décadas, a restrita, mas fecunda literatura profissional no âmbito da renovação crítica do Serviço Social voltada aos fundamentos [...] tratou, sob diferentes ângulos, da natureza particular da profissão na divisão social e técnica do trabalho e sua dimensão ética. A hipótese que conduz a presente análise é a de que essa literatura centrou-se predominantemente nas particularidades do Serviço Social [...]. Entretanto, a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano (Iamamoto, 2008, p. 213-214).

Parece evidente que a valorosa apreensão sobre a participação da profissão na divisão sócio técnica do trabalho não foi, ao mesmo tempo, acompanhada pela apreensão dos fundamentos sobre o tema. Isso é caro ao debate aqui proposto, pois ao reconhecer esta incipiência, reafirma-se a possível fragilidade em relação à leitura e à análise da realidade em seus processos macrosociais, bem como as suas conexões com o mundo do cotidiano da classe trabalhadora. Um dos possíveis efeitos desta incipiência é a invisibilidade dos processos coletivos que permitem às/aos trabalhadoras/es reconhecerem-se enquanto classe.

Ora, é importante considerar no âmbito da apreensão e da incorporação da tradição marxista no seio da cultura profissional, que as contribuições de Marx não podem ser consideradas como preceitos de um manual. Pelo contrário, são fontes inesgotáveis de um tipo de saber que possibilita a leitura e a análise da realidade concreta para além de meras abstrações, cujos determinantes e elementos constitutivos precisam ser atualizados pela pesquisa permanente, partindo das particularidades sócio-históricas da sociedade burguesa brasileira.

Esta é uma das principais chaves de leitura no que tange aos fundamentos do Serviço Social brasileiro: é a partir da realidade histórica e concreta da cotidianidade da classe trabalhadora que se conseguirá prospectar as ações profissionais. Esta é, assim, uma conquista e um desafio da herança recente dos fundamentos do trabalho profissional da/o assistente social no Brasil (Iamamoto, 2008). Passada mais de uma década desta análise, é importante buscar nos Relatórios do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social como tais conquistas e desafios se expressaram, mas, principalmente, os limites, as lacunas e os desafios na abordagem destas questões.

2.1.2 Realidade agrária, urbana e ambiental e formação profissional: uma análise a partir dos relatórios do GTP QAUASS

Para a elaboração deste item do documento foram analisados os relatórios das coordenações do GTP QAUASS¹⁰ nos respectivos biênios de gestão, desde o seu surgimento em 2010, os quais foram considerados fontes privilegiadas de levantamento sobre as produções e as tendências das discussões na área temática do GTP QAUASS. Além destes materiais, foram utilizadas como material primário de análise as produções da área que apresentavam o estado da arte neste campo temático envolvendo a questão agrária, urbana e ambiental e Serviço Social.

Dito isso, inicia-se considerando que no primeiro biênio após a criação dos GTPs da ABEPSS, que foi o biênio 2011-2012. Nele ocorreu o início das atividades do GTP, dentre as quais teve relevância o levantamento das pesquisas e das produções no âmbito da pós-graduação. Naquele primeiro biênio não fora elaborado um relatório específico, o que apenas vem a se consolidar a partir do biênio 2013-2014. O material que foi apresentado e discutido naquele período foi um documento em formato *Powerpoint* (PPT), que foi apresentado no Colóquio do ENPESS no ano de 2012. O exercício de levantamento das produções era bastante inicial e versava mais sobre as teses e as dissertações, mas não tanto sobre seu conteúdo. Convém registrar que naquele primeiro biênio ainda não tinha se consolidado o hábito de se construir o relato analítico dos trabalhos do ENPESS no período. Portanto, aquele primeiro biênio foi de estruturação e os produtos apresentados pela Coordenação do GTP foram mais relatos quantitativos de produções dos programas de Pós-Graduação.

A partir do relatório do período subsequente, entre 2013 e 2014, reconhece-se o apontamento de dois desafios iniciais dos trabalhos daquela coordenação de GTP e que relacionam-se com a presente reflexão sobre a realidade brasileira e os sujeitos históricos sociais no que se refere às ênfases agrária, urbana e ambiental.

Identificamos na organização dos trabalhos da coordenação dois desafios iniciais. O primeiro consistia na construção de abordagem sobre as produções de área que contribuíssem para **a não**

¹⁰ É importante relembrar que a Parte I deste documento tratou sobre a processualidade histórica de organização e desenvolvimento das atividades, dos estudos, dos debates e das publicações do GTP QAUASS e utilizou os relatórios como fontes primordiais para a realização da análise. Contudo, ainda que utilizando o mesmo material como fonte analítica, o objetivo que se buscou para aquela Parte I distingue-se fundamentalmente desta. Enquanto aquela resgatou a memória de organização e atividades do GTP, nesta busca-se analisar a abordagem da realidade agrária, urbana e ambiental enquanto elemento central da formação profissional, o qual permite desenvolver o perfil generalista crítico do egresso, considerando a realidade como totalidade histórica.

fragmentação entre “urbano”, “agrário” e “(sócio) ambiental”, considerando a inviabilidade de se entender a formação social e histórica dissociando essas dimensões. Ressaltamos o quanto é **inviável, neste modo de produção** e, em particular, no modelo de desenvolvimento vigente, **dissociar a relação estrutural entre urbano e agrário ou designar a dimensão ambiental como algo à parte ou como problema regional.** O segundo aspecto refere-se ao quanto as pesquisas e as produções sobre dilemas e contradições vivenciadas no campo e na cidade em sua grande maioria possuem como **centralidade sujeitos histórico-sociais, embora não venham aparecendo** dessa forma em sua maioria no âmbito da produção do GTP (ABEPSS, 2014, p. 04. Grifos nossos).

Note-se aqui que há tanto o alerta sobre a existência de uma leitura fragmentada, quando na verdade as ênfases são dimensões de uma mesma realidade e precisam ser reconhecidas e analisadas na sua intersecção dialética, como uma relação estrutural da realidade. Por outro lado, também aparece o reconhecimento da centralidade dos sujeitos histórico-sociais que, no entanto, estão ausentes das pesquisas, das produções e da formação de graduação e pós-graduação, isso considerando os materiais analisados pela gestão do GTP naquele momento.

Neste mesmo relatório, do período entre 2013 e 2014, ao apontar as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) filiadas ou pré-filiadas à ABEPSS, buscando identificar, inclusive, os grupos e núcleos de pesquisa ligados às três ênfases, salientou-se que

Os temas relacionados às ênfases não se constituem novidade na sistematização e produção de conhecimento no Serviço Social, uma vez que existem pesquisas, publicações e projetos de extensão sobre os mesmos há tempos em espaços de formação profissional. Porém, sinalizamos para o fato que **tem sido crescente na profissão o incremento, a diversificação de enfoques e a visibilidade em torno dos mesmos.** [...] Identificamos maior visibilidade em torno de temáticas relacionadas ao que genericamente reconhecemos como universos do agrário, do urbano e do ambiental. Porém, nos é **clara a ainda fragilidade de articulação entre as ênfases** (ABEPSS, 2014, p. 04. Grifos nossos).

É notório que, ao tratar das ênfases como universos separados, dissociados, as pesquisas e as produções demonstravam uma leitura fragmentada da realidade, o que se evidencia, várias vezes, ao longo deste relatório.

Chama a atenção na análise daquele período o fato que várias pesquisas e produções reportavam-se ao âmbito dos programas e políticas públicas urbanas, especialmente na área da habitação. Relaciona-se este dado à conjuntura político-governamental da época, cujos investimentos estavam voltados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado a partir de 2007. Outro destaque no

âmbito dos programas e das políticas era a abordagem sobre o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida. Por fim, um tema conjuntural da realidade, bastante abordado no biênio, refere-se aos megaeventos. Sua discussão justificava-se visto que o Brasil se preparava para sediar a Copa Mundial de Futebol e as Olimpíadas Mundiais. Sobre este conjunto de aspectos conjunturais da realidade, reconhecia-se que havia expressão maior de “centralidade das questões com foco no Estado e nas políticas públicas e [...] pouca referência nos sujeitos políticos, com incorporação incipiente de questões referentes à ação política” (ABEPSS, 2014, p. 10).

No trânsito entre as questões conjunturais e estruturais da realidade, o Relatório afirmava que o segundo mote versa sobre a relação entre movimentos sociais no campo e na cidade, no contexto das contradições socioambientais. Neste sentido, “encontramos menções aos direitos (e às violações), porém ainda bastante associados (ou limitados) ao marco formal das políticas públicas” (ABEPSS, 2014, p. 11). Isso evidencia a presença das lutas sociais que é componente importante da estrutura societária, inclusive, pois são elas que dinamizam, movimentam, transformam a estrutura societária.

Relacionado às lutas sociais evidenciava-se “a discussão sobre movimentos sociais, a partir do enfoque de políticas públicas de corte social” (ABEPSS, 2014, p. 12). Aqui a presença deste importante sujeito coletivo, que são os movimentos sociais, é praticamente a única marca no debate do sujeito que vive as expressões da questão agrária, urbana e ambiental. Além disso, sua presença nas produções é pequena, no entanto, fora ele, poucas são as abordagens sobre os indivíduos sociais. Neste sentido, é importante salientar que os movimentos sociais configuram-se como sujeitos coletivos que mais aparecem nas pesquisas, discussões e produções da área, não somente neste período de 2013-2014, mas em todo o período analisado, ainda que de forma incipiente.

Ao finalizar aquele relatório, descrevendo os debates do Colóquio realizado no ENPESS em Natal, no final de 2014, indicava-se a preocupação que o debate conceitual em torno da integração das ênfases pudesse incidir no perfil das/os assistentes sociais egressas/os, lançando a pergunta: como se materializa essa questão nas Diretrizes Curriculares? (GTP, 2014). A preocupação com o perfil das/os egressas/os tem grande importância, pois aponta a preocupação para o produto da formação profissional, ou seja, o produto final da totalidade da formação, indicando que a integração das três ênfases deve estar presente ao longo dela.

Ainda, afirmava-se no relatório que outra questão relevante relacionada à

permeabilidade dos debates de forma integrada é “a questão do foco no Serviço Social. Este é residual, a começar pela ementa [...], bem como o fato que os sujeitos políticos (movimentos sociais e assistentes sociais, por exemplo) pouco aparecem” (ABEPSS, 2014, p. 14).

A partir destas últimas considerações, é essencial perceber a espécie de denúncia sobre a ausência de foco no Serviço Social e o reforço da incipiente discussão sobre os sujeitos. Isso sinaliza uma frágil relação com o eixo dos fundamentos do trabalho profissional na formação, mas, também com o eixo dos fundamentos da vida social. Tanta foi a preocupação levantada a partir das produções, que dentre as propostas construídas no Colóquio encontra-se a que se refere à “importância de investimento nas Diretrizes Curriculares e sua integração dos fundamentos das ênfases do grupo e maior centralidade no debate sobre o Serviço Social e sua relação com os sujeitos políticos” (ABEPSS, 2014, p. 15).

Adentra-se agora nas considerações a partir do Relatório do GTP QAUASS no período entre 2015 e 2016. O debate sobre os determinantes estruturais da sociedade capitalista pouco comparece neste relatório de período (2015-2016). Destaca-se, no entanto, que fora realizada no ENPESS de 2016, em Ribeirão Preto (SP), uma Mesa Coordenada intitulada “Questão urbana, agrária e ambiental: reflexões sobre a produção na área e desafios à luz das Diretrizes Curriculares”, composta pelas professoras Isabel da Costa Cardoso (UERJ) e Cristina Simões Bezerra (UFJF). Nesta mesa, ao discutir as ênfases do GTP articuladas às Diretrizes Curriculares, “reafirma-se como **a questão da formação social brasileira é central** e precisa estar presente **com seus elementos estruturadores**” (ABEPSS, 2016, p. 08. Grifos nossos). Isso possibilita afirmar que a realidade concreta comparece às reflexões, aos debates e às produções, mas que os determinantes estruturais desta realidade precisam receber o necessário tratamento, a partir de uma perspectiva de historicidade, calçada na formação sócio histórica brasileira. Sem o comparecimento dos elementos estruturadores da realidade, corre-se o sério risco de perda da perspectiva de totalidade, o que contribuiria para a fragmentação das análises.

Salienta-se, inclusive, que este debate está intimamente vinculado à formação profissional e às Diretrizes Curriculares. Como exemplo, fala-se da questão fundiária e da centralidade para o acesso e propriedade da terra para a compreensão da sociedade brasileira. Neste sentido, apontou-se

O tema da **questão agrária** tem que levar em primeira conta a questão da **formação profissional**. Sugestão de **investir na disciplina de estágio supervisionado**, como disciplina importante, ressaltando ser necessário **incluir essas questões** nos debates de

ajustes e de revisões curriculares (ABEPSS, 2016, p. 09. Grifos nossos).

Ora, a realidade e as necessárias leitura e análise da mesma em uma perspectiva de totalidade foram consideradas como preocupações a serem enfrentadas, inclusive pela intensa transformação que vem ocorrendo na realidade no seu plano conjuntural. Há de se recordar que naquele biênio tinha ocorrido o golpe jurídico-político-midiático e uma série de repercussões na esfera da vida social da classe trabalhadora. Assim, afirmou-se a preocupação com a realidade que pulsa e traz muitas demandas para o GTP. Fortaleceu-se a importância dessa sintonia com a realidade e os desafios para se qualificar a formação e o exercício profissional.

Importante registrar que, naquele período, as pesquisas e as produções ampliaram a integração entre as ênfases e que houve um incremento no campo da habitação e do saneamento, sinalizando a consideração de aspectos conjunturais da realidade da classe trabalhadora.

No que se refere à presença dos sujeitos, apontou-se uma leve ampliação das pesquisas e das reflexões que os consideraram, todavia, ressaltou-se

A (ainda) **pouca presença e visibilidade dos sujeitos sociais** nos trabalhos e reflexões sobre expressões da questão social nas dimensões urbana, agrária e ambiental expressam um forte institucionalismo e referência no Estado e nas políticas públicas, **sem um necessário alinhamento estratégico junto aqueles (as) que disputam projetos de sociedade justos, igualitários e livre de opressões e discriminações** (ABEPSS, 2016, p. 03. Grifos nossos).

Ao assumir a incipiente presença dos sujeitos centrais como uma lacuna a ser enfrentada na área, avançou-se para sinalizar que havia particularidades estruturantes dos indivíduos e, logo, da sociedade brasileira, que precisavam ser tomadas como centrais para uma análise da realidade na sua totalidade. Nesta perspectiva, afirmava-se que,

Não menos importante é o **reconhecimento das particularidades estruturantes** dos seres humanos organizados ou não - como as **questões de raça/etnia em país de raízes e de forte sociabilidade escravocrata e genocida de indígenas e de pretos (as)**, além de um padrão normativo que impinge **educação sexista** e estimuladora de fobias a tudo o que foge do heteronormativo (ABEPSS, 2016, p. 03. Grifos nossos).

Novamente, chamava-se a atenção para as particularidades estruturais da sociedade brasileira, somente possíveis de serem captadas a partir dos fundamentos da formação sócio histórica brasileira. A partir destas reflexões, ampliou-se o elenco de GTPs da ABEPSS, cuja interlocução foi considerada fundamental. Dizia-se que a

troca de diálogos sobre avanços e produções de GTPs, como do Trabalho, da Ética e dos Fundamentos Profissionais, consiste em aspecto importante para se fortalecer o próprio GTP QAUASS, a partir do compartilhamento das angústias, das pressões e dos limites vivenciados pelos (as) assistentes sociais (ABEPSS, 2016).

Para concluir os apontamentos sobre o biênio 2015-2016, salienta-se que naquele biênio em que se comemoravam os 20 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996- 2016) e os 70 anos da entidade, as reflexões sobre as pesquisas da área foram significativamente crivadas pelas experiências, análises e proposições voltadas à formação de graduação. Afirmava-se que a graduação deveria ser fortalecida, de modo a trazer essa discussão, porém não como uma discussão que se restrinja às disciplinas optativas ou limitadas aos núcleos de pesquisa (ABEPSS, 2016).

No que se refere ao biênio 2017-2018, a abordagem e o trato da realidade nos seus aspectos estruturais e conjunturais evidenciaram-se na própria análise da coordenação do GTP QAUASS, expressa no relatório do biênio. Registrava-se naquele momento que

Em seu conjunto, a gestão atravessou uma **conjuntura** econômica de um **realinhamento mais duro ao processo internacional de acumulação de capital** que, em **termos políticos, resultou no golpe de 2016**, realizado através do impeachment da Presidenta Dilma e ascensão à presidência do Michel Temer (PMDB), dando início a um governo ilegítimo e impopular em função do conjunto de contrarreformas que passa a imprimir com velocidade acelerada. Entendemos que os governos petistas tiveram como marca acordos fisiológicos que garantiram a governabilidade, caracterizando-se por uma conciliação de classes que teve seu prazo de validade esgotado em função de certos avanços na área social, que, faz-se importante registrar, não alteraram a lucratividade da burguesia bancária, financeira e de certos setores industriais. Não por acaso, no governo de Michel Temer, **reformas ministeriais foram introduzidas**, a exemplo da migração do que antes era o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil, aprovação da Emenda Constitucional em 2016, que **congela os gastos públicos por 20 anos**, aprovação da **reforma trabalhista**, encaminhamento de proposta de **reforma da previdência**, **ameaças permanentes aos territórios indígenas, quilombolas, camponeses, às moradias populares**, sobretudo as que se encontraram no caminho de grandes eventos, **crimes ambientais sem punição**, etc. Essas e outras medidas fazem parte de um pacote de eliminação de rastros de parques avanços em políticas sociais, reabrindo caminho para a despotilização da questão social, dando largo espaço para ofensiva da intensificação da exploração das classes subalternas, opressões e violências contra mulheres, negr@s, indígenas, camponeses, populações Lgbtts como forma de colocar trabalhador contra trabalhador enquanto **o capital se reorganiza buscando garantir sua lucratividade** (ABEPSS, 2018-b, p. 02. Grifos nossos).

Ainda que longo o fragmento, é importante considerá-lo no seu todo, visto que

ele sinaliza uma importante leitura de realidade na perspectiva de totalidade, apontando elementos de estrutura e conjuntura. Falava-se, em tom de denúncia, dos “processos de desterritorialização no campo e na cidade, com aumento da violência nestes territórios, com extermínio da juventude negra, avanço de projetos de desenvolvimento que colocam em risco o meio ambiente e as comunidades tradicionais” (ABEPSS, 2018-b, p. 03).

Esta ênfase na relação da conjuntura com a estrutura societária e sua incidência sobre a formação profissional e com as lutas sociais restou manifestada, inclusive, nas mesas dos eventos da categoria. Esta leitura, por força da realidade, detinha-se bem mais nos aspectos conjunturais. Ela esteve presente nas pesquisas e nas produções da área, bem como nos pronunciamentos que foram proferidos no período, como, por exemplo, na Carta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social – para a Presidência do IBGE, ou na notícia veiculada em 15/08/2017 no *site* da ABEPSS, que afirmava: “Chega de arrancar os povos originários e comunidades tradicionais de seus territórios!”

O debate da realidade na ênfase da questão agrária naquele biênio compareceu na crítica ao sistema produtivo capitalista, no apontamento das resistências dos trabalhadores a este sistema produtivo, na discussão da agricultura familiar e da questão fundiária, na disputa por projetos de reforma agrária e de educação do campo, no debate da pobreza no campo e na avaliação de políticas governamentais (ABEPSS, 2018-b).

Na ênfase da questão ambiental, as discussões sobre a realidade trazem à tona a sustentabilidade socioambiental e sua relação com as políticas setoriais, com o trabalho em pequenas comunidades e comunidades tradicionais, problematizando a insustentabilidade da sociedade capitalista, a questão da destruição da natureza e sociedade e as reflexões sobre os conflitos socioambientais. No período, a realidade conjuntural foi problematizada a partir do “debate de políticas setoriais, do controle social, da presença de sujeitos coletivos importantes como os movimentos sociais e as juventudes” (ABEPSS, 2018-b, p. 10-11).

Já o debate da realidade no que se refere à temática urbana, houve “preponderância da questão habitacional, considerada como expressão da questão social na ordem burguesa, fruto, inclusive, da segregação socioespacial, da apropriação injusta e indevida do solo urbano e a desterritorialização”, sendo esta realidade articulada ao debate da presença dos sujeitos coletivos (ABEPSS, 2018-b, p.

11-12).

É importante considerar que até aquele período a articulação com a extensão era praticamente ausente, começando a aparecer a partir de um levantamento feito pela gestão do GTP. Isso denotava a existência de limites e de lacunas que precisavam ser superados, uma vez que a extensão universitária tem primazia no tripé universitário no tocante à intervenção na realidade e a sua transformação.

Ao concluir a análise, sinaliza-se que as produções, as pesquisas, e a extensão com ênfase na questão agrária, urbana e ambiental vêm reconhecendo, analisando e prospectando a realidade, especialmente no que tange a realidade conjuntural. Ainda não é possível indicar que estas ênfases estão presentes na formação no que tange o eixo de fundamentos da realidade, e não é possível afirmar que tais questões estejam transversalizando a formação. Pelo contrário, é ainda um limite a ser superado a atribuição de abordagem da questão agrária, urbana e ambiental como tarefa de uma ou outra disciplina, de um ou outro eixo de fundamentos da formação profissional.

Consequentemente, pode-se afirmar que o trato da realidade concreta brasileira ocorre de forma parcializada, visto que se evidenciam alguns aspectos mais expressivos especialmente da conjuntura, mas são incipientes ou mesmo ausentes as análises estruturais interseccionando as ênfases agrária, urbana e ambiental enquanto totalidade. Significa que existe ainda uma lacuna a ser trabalhada quanto ao tratamento da estrutura societária brasileira nos aspectos que emergem da questão agrária, urbana e ambiental.

Além disso, identifica-se que, sobre a realidade, é importante tratar do modelo de desenvolvimento preponderante na América Latina que prioriza o agronegócio e o (neo)extrativismo, exigindo estudos de questões que podem se configurar como determinações macroestruturais, tal como a proposta expressa na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹¹. Ora, o modelo de desenvolvimento preponderante na América Latina gera permanentemente o aumento de desigualdades no campo, cidade e florestas, desterritorializando populações, violando direitos trabalhistas, sociais, humanos e degradando o meio ambiente no contexto de uma economia globalizada e capitaneada pelo capital financeiro.

Avalia-se fundamental uma aproximação com o campo da ecologia política¹², e

¹¹ IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Tem como objetivo estimular a integração política, econômica e sociocultural da América do Sul.

¹² Indica-se a necessidade de levantar as referências no campo da ecologia política e do pensamento decolonial, que contribuam para fundamentar criticamente as discussões no Brasil, e que têm sido utilizadas pelo Serviço Social. Um levantamento preliminar começou a

do pensamento crítico decolonial (Walsh, 2017), a fim de refletir suas possíveis contribuições, levando em consideração sempre a perspectiva teórica que orienta o projeto ético político profissional e nele o projeto de formação. Este debate certamente precisa ser aprofundado, para além dos avanços teóricos galgados até então, no sentido de articular como eixos estruturantes da questão social, a luta de classe, as relações patriarcais, racistas, xenófobas e capacitistas. Os indicativos são de que o campo da ecologia política tem muito a contribuir no adensamento da perspectiva de totalidade para a compreensão da realidade social.

Tais análises tomam redobrada importância no atual estágio de capitalismo financeiro, que no Brasil foi fortalecido pela atuação de um Estado ultraliberal, reacionário, conservador e neofascista (Mattos, 2020), personificado no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que fortaleceu a autocracia burguesa no Brasil. Neste contexto, o *lobby* da bancada ruralista articula-se diretamente com os interesses de intensificação da exploração fundiária via mercado de *commodities* agrícolas e agropecuárias, bem como via criação e comercialização de produtos financeiros ‘ambientais’, a exemplo do comércio dos créditos de carbono. Tais estratégias nada mais são do que formas de continuar auferindo ganhos ao capital imperialista internacional, portanto, nada têm de sustentável para a natureza, muito menos operam a propalada justiça ambiental.

Ora, a crise ambiental dia a dia se torna ainda mais evidente, vide as queimadas na região central do país ocorridas entre 2020 e 2021, bem como as situações de destruição ambiental premeditadas, causadas pelas intensas chuvas localizadas em regiões territoriais de médio e grande porte em todo território nacional, que, desde o primeiro semestre de 2022, têm sua frequência aumentada. Esta mesma crise ambiental de cariz destrutivo e que ceifa milhares de vidas passa a ser tratada em seu potencial de exploração econômica. A ocupação da terra, que certamente significa devastação ambiental, contraditoriamente passa a ter sentido de responsabilidade social e ambiental, inclusive alimentando um novo produto de mercado: a venda de créditos de carbono, que têm sido utilizada como elemento de justificação para a defesa indefensável do capitalismo apregoado de ‘capitalismo verde’. Assim, a sensibilização à destruição ambiental acumulada pela forma de desenvolvimento econômico torna a ‘preservação’ e/ou ‘conservação ambiental’ um novo produto de mercado ou, no mínimo, uma característica que agrega valor aos tradicionais produtos de mercado.

ser feito pela Coordenação Ampliada do GTP, a partir do GT Documento, no biênio de 2021-2022.

Sob este ponto de vista, aquece-se o mercado com novos produtos ambientais, ditos como mais ecológicos e promotores de preservação do meio ambiente. Vende-se a imagem de ‘produtos ecológicos’ quando determinadas empresas investem na compra de terras ou em investimentos em projetos ambientais, ainda que tudo isso esteja bastante longe e descolado das plantas industriais, que continuam gerando os mesmos níveis de poluição e destruição ambiental. Aponta-se este elemento estrutural do capitalismo em sua feição atual para explicitar nele a intrínseca relação das ênfases urbana, agrária e ambiental. Espaço agrário, plantas urbano-industriais e a produção de florestas comerciais, geralmente de monocultivos, articulam-se como componentes estruturais do modo de produção capitalista, autorizado e incentivado pelo Estado através dos seus poderes executivo, legislativo e judiciário.

Como elemento conjuntural resultante deste modelo de expropriação de recursos e exploração de força de trabalho, vê-se os alarmantes dados sobre a fome no Brasil. Segundo o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN), entre 2021 e 2022, 58,7% da população brasileira conviveu com algum grau de insegurança alimentar. É preocupante que este quadro atingiu em proporção mais elevada as populações das regiões rurais do País, justamente em um espaço que potencialmente seria de produção de alimentos.

Isso denota a disputa de modelos agrários de produção de alimentos, explicitando não apenas antagonismos de projetos societários, mas a existência de conflitos, muitos dos quais têm levado ao assassinato de lideranças de movimentos sociais e povos indígenas. O mesmo relatório aponta que os domicílios rurais apresentam maiores índices de insegurança alimentar grave (18,6%), em comparação às áreas urbanas onde o percentual é de 15,0%, sendo esta uma condição mais grave entre as mulheres e ainda maior entre as mulheres negras (REDE PENSSAN, 2022).

A perspectiva de totalidade na análise da realidade, a qual possui centralidade na formação profissional, exige considerar estes e outros elementos estruturais, que foram reforçados na conjuntura da pandemia, bem como a ausência deliberada de resposta do então governo. Pelo contrário, tal governo operou, de 2019 a 2022, reforçando as bases do agronegócio, da indústria de armas, do *lobby* latifundiário e da destruição ambiental, sempre em detrimento de políticas sociais públicas que se mostram tão importantes na resposta à atenuação dos impactos sociais da crise sanitária e da ecológica ainda em curso.

Este modelo de desenvolvimento econômico predominante na fase atual do capitalismo incide diretamente sobre a realidade social. Ele se expressa nas múltiplas

violências em curso, pela misoginia, pelo racismo, pelas espoliações, pelos despejos e pelo extermínio direto das populações indígenas, quilombolas, camponesas e das periferias urbanas, tanto pela fome quanto pelas chacinas e assassinatos.

Ainda que, a partir de 2023, tenha ocorrido alternância na perspectiva política de comando do executivo federal, estas violências permanecem no cotidiano da classe trabalhadora, uma vez que continuam alimentadas pelo pensamento conservador, reacionário e neofacista que se difundiu, inclusive no seio das classes populares. A política de conciliação governista, marcada desde os acordos eleitorais que permitiram, em 2022, Luís Inácio Lula da Silva retornar para seu terceiro mandato como presidente, também é determinante para a perpetuação dos quadros de violência, de exploração e de pauperização de trabalhadores e trabalhadoras.

O conjunto do legislativo em níveis local, regional e nacional configura-se como o principal *lôcus* reacionário que destrói direitos sociais e impede avanços políticos. O judiciário fragmenta-se entre um grupo das instâncias superiores voltado para coibir e punir as violações e os crimes, inclusive políticos, praticados no último decênio, e outro que nas instâncias inferiores contribui para a perpetuação das violações, quando dificulta o acesso à justiça, ou protela suas decisões, ou mesmo nega direitos expressos no arcabouço legal. Este é o rastro produzido pelo Estado em seu momento atual, sob o comando da elite urbano-industrial, do agronegócio e do neoextrativismo.

Esta é a realidade agrária, urbana e ambiental que precisa figurar na formação profissional. Se de um lado muito já se avançou na abordagem das dimensões agrária, urbana e ambiental nas pesquisas, na produção de conhecimento, nas ações de extensão, na formação profissional, de outro ainda são visíveis alguns limites e algumas lacunas. Buscando ampliar os avanços e diminuir os tais limites e lacunas, é que passa a se discutir a contribuição do GTP QAUASS para a articulação indissociável entre a formação e o trabalho profissional.

2.2 Trabalho e formação profissional

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, no contexto da ditadura civil-militar no País, foi um marco para o Serviço Social brasileiro. Ao trazer para o centro político o protagonismo das organizações populares e movimentos sociais, a categoria profissional, por meio de organizações políticas de assistentes sociais, docentes e estudantes, optou por um redirecionamento no trabalho e na formação profissional. Para realizar este giro teórico e político, no âmbito

da formação, a então ABESS, hoje ABEPSS, em parceria com o CEDEPSS, fez deslanchar um processo de revisão curricular na perspectiva de consolidar uma direção ideo-política para a profissão, coerente com um projeto emancipatório de sociedade, tendo como principal aporte teórico o referencial marxiano e o compromisso com as classes subalternas. Tal processo resultou na organização do Currículo Mínimo em 1982¹³.

Ao identificar a necessidade de aprofundamentos e mediações para o fortalecimento de uma perspectiva que buscava romper com o conservadorismo profissional, em 1993, a entidade responsável pela formação no País, a ABESS, em sua Convenção, indicou que fosse realizada a revisão do Currículo de 1982 e coordenou, juntamente com o CEDEPSS, um processo de debates. Realizado entre 1994 e 1996, tal processo resultou na aprovação de Diretrizes Curriculares¹⁴, já em um contexto democrático, mas de adesão do país à pauta neoliberal de ajuste estrutural. Desde então, sob um prisma de resistência ao contexto econômico, político, social e cultural mais amplo, o direcionamento dado pela ABEPSS para a formação profissional de assistentes sociais no Brasil objetiva uma formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que deve expressar uma apreensão teórico-crítica da realidade histórica na perspectiva de totalidade.

Observa-se que esse é um movimento amplo na categoria que, de forma organizada, avança na materialidade desse projeto profissional crítico por meio da Lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662) e do Código de Ética profissional, ambos de 1993. Também se expressa em diversas outras iniciativas posteriores construídas para consolidar essa matriz crítica, como a criação de parâmetros para atuação profissional em diversas áreas; a construção e implementação da Política Nacional de Estágio; a promoção de campanhas; e a organização de manifestações públicas para o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação.

Não cabe aqui uma recuperação dessa processualidade¹⁵, mas registrar que a

¹³ Resolução N.º 6 de 23 de setembro de 1982 do Conselho Federal de Educação.

¹⁴ Registra-se que o MEC alterou as diretrizes retirando o direcionamento ético-político da formação profissional e sua perspectiva crítica.

¹⁵ A profissão reúne um conjunto de registros desse processo e análises críticas em publicações como: Cadernos ABESS; em edições da Revista Temporalis; e outras publicações da nossa área. Uma síntese pode ser encontrada no próprio site da ABEPSS: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> (acesso em 02/10/2020). Uma atualização do debate sobre formação profissional e a mediação da ABEPSS pode ser encontrada em: Abreu, Marina M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do

profissão construiu um acúmulo nesses últimos 40 anos. O legado acumulado se traduz na importância de um projeto de formação profissional que acompanhe as mudanças históricas e seus rebatimentos no trabalho profissional, buscando uma atualização permanente a partir da reafirmação de uma direção ideopolítica coerente com um projeto societário que vislumbra a construção de uma sociedade emancipada. Tal direção supõe a contribuição para a superação das contradições presentes na sociabilidade capitalista, como indica um dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional: *“opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”* (CRESS 7ª REGIÃO, 2008, p. 34).

Em síntese, cada período histórico produz suas próprias contradições a partir da luta de classes, o que vai conformando diversos contornos e rebatimentos para a questão social, revelando as possibilidades de reforço ou brechas de rupturas com seus elementos estruturantes, notadamente o racismo, a xenofobia, o sexismo, o capacitismo. Dessa forma, o acesso aos bens naturais, à riqueza socialmente produzida e aos direitos sociais é determinado pela condição de classe e segmento de classe, mas também pela cor de pele e pela etnia, pelo gênero, pela sexualidade, pela condição de deficiência, pelo perfil geracional, pelo território, entre outros determinantes. Ao avesso desta situação, operando ao lado dos segmentos que promoviam a resistência, em um contexto de pleno período da ditadura civil-militar, de hegemonia conservadora, o Serviço Social, latino-americano e brasileiro, ousou avançar em seus processos de ruptura com o conservadorismo, contribuindo com as lutas sociais e populares.

Desde a ditadura civil-militar, representando a autocracia burguesa, passando pela redemocratização política até os dias atuais, com avanços da política ultraconservadora neoliberal, o trato dado à questão social se revela na vida cotidiana das classes trabalhadoras e subalternas. Cabe ao projeto ético-político do Serviço Social, comprometido com tais segmentos sociais e suas lutas, revisar e atualizar as chaves analíticas para a compreensão da realidade em sua complexidade, desenvolvendo metodologias que expressem esse compromisso.

Na conjuntura nacional do século XXI, viveu-se no País uma diversidade de políticas governamentais, porém todas sob o jugo do capital e à serviço dos interesses das elites. Passou-se por um governo de defesa de pacto de classes (conduzido pelo fisiologismo petista entre 2003-2016); seguido do golpe político-jurídico-midiático em

conservadorismo. In Oliveira e Silva, Maria Liduína de (org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

2016 (conduzido pelo PMDB); da eleição de um governo que combinou o reacionarismo ideológico com liberalismo econômico (conduzido pelo Jair Bolsonaro com apoio da ultradireita brasileira, entre 2019 e 2022); e da eleição de Lula para seu terceiro mandato, marcada assombrosamente por um pacto de classes ainda mais amplo em termos de segmentos, mas que no entanto não atendeu à classe trabalhadora em suas necessidades e seus interesses. Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro, valendo-se de sua organização e autonomia política, permitiu à profissão manter-se crítica aos diversos governos – ainda que reconhecendo suas diferenças e o enorme retrocesso político expresso, especialmente, nos últimos dez anos.

2.2.1 Ofensiva neoconservadora e ataque aos direitos

No início dos anos 2000, houve um breve intervalo na pauta tradicional do ajuste neoliberal, quando os governos petistas com sua composição fisiológica, desenvolveram uma política que seguia beneficiando setores da burguesia, ao mesmo tempo em que desenvolviam políticas públicas que possibilitaram o aumento do consumo dos segmentos populacionais mais pauperizados. Não obstante, a partir do golpe parlamentar e midiático de 2016, capitaneado pelo PMDB, que retira Dilma Rousseff do poder, passa a haver uma retomada da ofensiva conservadora, acelerando processos de ataques a direitos humanos, sociais e ambientais.

Mediante o crescimento da precarização e intensificação do trabalho e fragilidade das principais organizações políticas dos trabalhadores, a barbarização da vida social se avoluma contribuindo para despolitizar a questão social. A estratégia do capital e do Estado apela para a moral conservadora e para o irracionalismo ideológico. Nesse contexto, os governos petistas são acusados pelas elites de inaugurarem a corrupção no País e a conciliação de classes vai se tornando insustentável mediante a crise econômica em nível internacional. O clima de desesperança e desencanto com a política cresce, com amplo apoio das grandes corporações midiáticas e articulações nefastas nas estruturas de poder, incluindo o poder judiciário. Como desfecho desse período, ocorre a vitória eleitoral, em 2018, de Jair Bolsonaro que expressa a combinação do irracionalismo - que se traduziu no período pela negação da ciência e por discursos e práticas de fundamentalistas de cunho religioso, racista, misógino, lgbtqifóbico, capacitista - com o conservadorismo, de base fascista.

A respeito dessa aliança entre o conservadorismo e o irracionalismo, Barroco

(2015, p. 624) afirma:

Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes no caso brasileiro, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo. Sua difusão é facilitada pela reificação, que, no capitalismo tardio, invade todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações, e pelo irracionalismo, que dissemina o pessimismo, o antihumanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo.

Mais recentemente, aponta-se que este conservadorismo e irracionalismo tiveram base de sustentação em pontos estruturais da formação social brasileira, que se conectam umbilicalmente com a questão agrária, urbana e ambiental. Sant'Ana e Silva (2020) apontam as condições ontológicas concretas que sustentam esta onda neoconservadora e destacam como um dos elementos exatamente a questão agrária que mantém a terra extremamente concentrada e difunde a ideia de que a grande agricultura é sinônimo de progresso. Argumentam que o capitalismo brasileiro, periférico e dependente, fortaleceu-se a partir de uma estrutura social e econômica extremamente díspar e, que para isto, o racismo e heteropatriarcalismo foram fundamentais. Esta relação extremamente assimétrica entre as classes sociais, sobretudo dos segmentos marginalizados e mais intensamente expropriados, exponenciam a desigualdade social e são sustentadas por forte aparato que difundiu e alicerçou ideologias racistas, machistas, lgbtfóbicas, capacitistas e, junto com tudo isto, a ideia de desenvolvimento como sinônimo de industrialização e progresso a partir do ideário capitalista.

Em tempos de crise estrutural do capital e de acirramento da luta de classes, o reforço às ideias conservadoras de cunho moralista retoma elementos já presentes na estrutura social e são facilmente incorporadas pela população, ao passo que toda resistência é criminalizada. Esta estrutura social, marcadamente violenta, atinge fundamentalmente a classe trabalhadora e a expropria da riqueza socialmente construída; atinge sobretudo os negros/as, as mulheres e a população LGBT. Esta é a realidade ontológica-concreta que sustenta o avanço do neoconservadorismo neste país, ou seja, é uma condição historicamente construída e sustentada por fortes aparatos ideológicos que o capital disponibiliza para seu projeto de barbárie (Sant'Ana e Silva, 2020, p. 361).

Esse cenário de contradições se intensifica por meio de uma guerra cultural, instrumentalizada pela fabricação de *fake news* em todas as esferas da vida social,

política, cultural e econômica, inclusive no interior dos governos, com destaque para pautas com forte apelo à ordem e à moral, como aborto e educação sexual nas escolas. Nesse contexto, o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro e alguns de seus ministros e ministras se empenharam em naturalizar a barbárie, enquanto um conjunto de alterações legais que prejudicam trabalhadores urbanos e rurais, comunidades das cidades, do campo e das florestas seguiram no congresso sem debate público.

As declarações de governantes não devem ser encaradas apenas como uma névoa que desvia a atenção da população de assuntos estruturantes¹⁶. Elas são suficientemente graves pois reforçam ideológica, política e culturalmente a moral conservadora, e não a política como resposta às mazelas sociais. Pelo contrário, elas incentivam o ódio e a violência como um código de conduta natural e aceitável da vida cotidiana sem constrangimento e sem punição.

A imersão nessa onda neoconservadora tem combinado momentos de coerção e de formação de consensos. Entre os anos 1960 e 1980, a América Latina viveu processos ditatoriais para assegurar a dependência à globalização do capital, eliminando direitos políticos, exterminando camponeses, indígenas, quilombolas, juventude, compensando a barbárie com certos direitos sociais. Com a abertura política, a partir de 1980, e o reconhecimento da legitimidade e da legalidade das disputas políticas, vários governos vêm sendo eleitos democraticamente, porém reiteram a mesma política, conduzindo um projeto neoliberal de privatização de empresas e serviços públicos, de desregulamentação de mercados e de flexibilização das relações trabalhistas. Assim, o genocídio do povo pobre, preto, indígena, de mulheres, de jovens, de segmentos lgbtqiapn+ se dá em pleno regime democrático, revelando a vitória ideológica do neoliberalismo. Esta vitória era algo que Perry Anderson já indicava em sua análise sobre o balanço do neoliberalismo em meados da década de 1990.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão

¹⁶ Algumas frases proferidas por Jair Bolsonaro, Damares Alves, Ricardo Salles e Abraham Weintraub se tornaram emblemáticas: “como a covid-19 é uma gripezinha; e daí?” (mediante o aumento expressivo do número de mortos pela covid-19); “menina veste rosa e menino veste azul”; “passar a boiada” (se referindo a aproveitar a atenção da mídia na pandemia para flexibilizar a legislação ambiental); “universidades com balbúrdia receberão menos verbas”. Considera-se que a despolitização e a moralização da questão social se expressam, por exemplo, na eleição de Damares, como senadora pelo DF, e Ricardo Salles, como deputado federal, nas eleições de 2022. Isto demonstra que o conservadorismo, reacionarismo e neofascismo permanecem dando sustentação às elites, o que é mantido através do voto popular.

desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (Anderson, 1995, p. 23).

Portanto, a análise de Anderson é ainda bastante atual no que diz respeito à vitória ideológica do neoliberalismo. Do ponto de vista da diretriz econômica, neste intervalo de tempo, algo avançou na pauta neoliberal: a privatização e o sucateamento de empresas e serviços públicos, e isto se deu de forma direta ou pelas parcerias público-privado. O desfinanciamento das políticas públicas é mais uma evidência do êxito neoliberal e, conseqüentemente, do recrudescimento das desigualdades sociais.

Destarte, o contexto contemporâneo traz enormes desafios ao projeto de formação e trabalho profissional em Serviço Social, pois a categoria encontra-se imersa em processos de trabalho marcados pela intensificação e precarização, pela falta de recursos para as políticas públicas¹⁷. Além disso, ao mesmo tempo, há um agravamento das desigualdades, acompanhada pela criminalização dos movimentos sociais¹⁸ e pelo enfraquecimento do poder dos sindicatos¹⁹, cuja expressão política já vinha em crise pelos processos de dessindicalização e disputas políticas (MST, 2022). O conjunto de antirreformas operadas pelo Estado, em sintonia com os interesses do capital, indica que os direitos sociais não cabem mais na Constituição Federal, e, portanto, não estão incluídos no orçamento público. Assim também os direitos trabalhistas não cabem mais na Consolidação das Leis do Trabalho.

Além do ataque aos direitos por meio da restrição orçamentária, e alterações legais, a violência tem sido um instrumento de violação por meio da facilitação da espoliação dos territórios em biomas importantes para a sobrevivência da sociobiodiversidade, por grandes empreendimentos do agronegócio. Nesse bojo, o próprio Estado, em seus diferentes governos, vem promovendo despejos em assentamentos rurais e urbanos em nome da reintegração de posse. Contudo, sabe-

¹⁷ Em 15/12/2016, durante o governo golpista, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional N. 95/2016, que congelou por 20 anos os gastos públicos.

¹⁸ Lei 13.260/2016, sancionada em março de 2016, ainda no governo de Dilma Rousseff (PT/PMDB) sob o argumento de evitar o terrorismo mediante os Jogos Olímpicos.

¹⁹ A Lei 13.467/2017 alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas, diminuindo expressivamente o poder dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

se que muitas das propriedades no país são fruto de grilagem, intensificadas no período da ditadura civil-militar e beneficiadas pelas alterações legais mais recentes nas legislações fundiária e socioambiental.

A exemplo, o atual Código Florestal possibilita a anistia de ocupações de terras por grandes propriedades que cometem crimes ambientais e contra populações tradicionais e povos originários. Dessa forma, legalizou-se desmatamentos ilegais. Em concomitância há projetos de lei e medidas provisórias que propõem flexibilização na regularização fundiária e atividades econômicas em áreas públicas, em territórios indígenas, institucionalizando a grilagem de terras que beneficia o agronegócio e o neoextrativismo (Alentejano, 2022).

Especificamente após 2016, uma série de legislações foram sendo criadas para favorecer a devastação ambiental, a invasão e a expropriação dos territórios dos povos tradicionais e camponeses. Estas ações vem sendo orquestradas em várias frentes: de um lado para legalizar a grilagem de terras por parte dos ruralistas, como é o caso do Programa Titula Brasil²⁰ e, por outro lado, para impedir a realização da reforma agrária, atribuição do governo Federal. Neste âmbito, as medidas foram vastas e incluem desde o desmantelamento das políticas agrícolas, investidas na mercantilização dos territórios de reforma agrária, com mudanças nas formas de titulação dos assentamentos, nos critérios de seleção daqueles que pleiteiam os lotes da política pública de reforma agrária, e na suspensão de vistorias e ações judiciais, de maneira a interromper os processos desapropriatórios em curso. Uma triste realidade que incluiu também despejos e muita violência.

O mesmo tipo de conduta também se repete com relação às populações indígenas e quilombolas que, para além de ver seus direitos aviltados, sofrem ainda diretamente os abusos da permissividade do governo com as mineradoras e madeireiros que invadem sem nenhuma punição até as áreas já demarcadas e regularizadas legalmente. Enquanto isto, milhões de hectares de floresta amazônica e do pantanal são devastados pelas queimadas, sem que nenhuma multa seja aplicada, o que também ocorre quando centenas de agrotóxicos são liberados para uso legal no País. Trata-se de um quadro de aumento de devastação para os povos originários e para as populações tradicionais, inclusive quilombolas e camponeses, o qual a pandemia da Covid 19 só fez agravar, sem regressão no período subsequente.

Violências e despejos que também tensionam as condições de vida e

²⁰ Portaria conjunta do INCRA e da Secretaria de Assuntos Fundiários nº 01 de 02/12/2020 institui o Programa Titula Brasil, editada por Nabhan Garcia (atual Ministro da Agricultura e ex-presidente da União Democrática Ruralista)

necessidades urbanas de milhares de famílias que sofrem as consequências da expansão da especulação imobiliária, do ônus excessivo no aluguel, do aumento e adensamento dos territórios populares e de pessoas em situação de rua, principalmente nas cidades de grande e médio porte. Vê-se que, à revelia da Campanha Despejo Zero, mobilização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil para dar visibilidade e buscar estratégias coletivas para conter os despejos, estes têm sido as respostas do poder público frente à situação de miséria de mais de 27 mil famílias, processo que tende a se intensificar porque anunciam-se ameaças de ordens de despejos e desocupações para mais de 200 mil pessoas, com o fim de sua suspensão que no contexto pandêmico tinha sido garantida pela Lei 14.216, de 2021.

É nesse cenário de reino de um neoliberalismo ultraconservador, de nova onda genocida, de necropolítica, com a chancela da democracia, que o Serviço Social é convocado a intervir. Tal contexto provoca a categoria quanto à reafirmação e à atualização do projeto profissional sempre comprometido na direção da emancipação humana. A questão social em sua totalidade, congregando as dimensões agrária, urbana e ambiental, traz o agravamento de suas refrações mais cruéis como a fome e o abandono social de um imenso contingente de sujeitos abandonados pelo Estado à própria sorte. Por outro lado, suscitam a rebeldia e o enfrentamento às desigualdades. Os embates realizados pelos diversos movimentos sociais são a maior evidência da luta de classes, acirrada neste contexto de recrudescimento da extrema direita no Brasil.

2.2.2. ABEPSS e suas estratégias de fortalecimento do projeto de formação profissional

Nesse contexto de adensamento dos desafios macroeconômicos, políticos, socioculturais, ambientais, é preciso considerar a ofensiva no âmbito da educação, com a mercantilização do ensino, com o crescimento do ensino à distância, com o desfinanciamento progressivo do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades públicas.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social tem estado atenta a este cenário e vem criando algumas estratégias de fortalecimento e aprofundamento do projeto de formação profissional. Destaca-se três iniciativas: o projeto ABEPSS Itinerante; a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa; e as *lives*,

que tiveram uma importância estratégica, sobretudo no período da pandemia da Covid-19, mantendo a entidade viva e atuante mediante a complexa realidade social.

O projeto **ABEPSS Itinerante** teve sua primeira edição no segundo semestre de 2011, com o objetivo de

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior (ABEPSS, 2020-b, s.p.).

Cada edição abordava uma temática específica, identificada a partir de processos coletivos de debates nos fóruns da ABEPSS, buscando dar capilaridade à entidade por meio da participação representativa das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs), e, ao mesmo tempo, fortalecer as Diretrizes Curriculares. Assim, foram trabalhadas as seguintes temáticas em seus respectivos períodos:

- 2011/2012: Questão social e ontologia do trabalho;
- 2014: Estágio supervisionado em Serviço Social - desfazendo os nós e construindo alternativas;
- 2016: Fundamentos do Serviço Social em debate: trabalho e formação profissional;
- 2018: Fundamentos do Serviço Social: as atribuições profissionais em debate;
- 2020: Ética e direitos humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo;
- 2022: Questão social: 25 anos das Diretrizes Curriculares e os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social;
- 2024: As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos.

Os **Grupos Temáticos de Pesquisa** foram criados, em 2010, na perspectiva de proporcionarem a articulação e o debate entre pesquisadoras e pesquisadores da área, bem como das áreas afins, em diálogo permanente com as Diretrizes Curriculares.

Para um aprofundamento acerca do acúmulo do GTP Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social, recomenda-se a leitura dos relatórios das gestões do GTP, que estão publicados no *site* da entidade e algumas análises já

publicizadas, seja pela coordenação do GTP, seja por pesquisadoras/es que contribuem com o GTP²¹. Para a finalidade deste documento, busca-se resgatar e apresentar uma síntese das principais questões já acumuladas e analisadas para que seja possível indicar ainda as lacunas identificadas e as necessidades de avanço. Nesse sentido, destaca-se:

- O esforço na busca de uma perspectiva de totalidade que integre dialeticamente as ênfases da questão social;
- O reconhecimento da questão étnico-racial²² e de gênero e divisão sexual do trabalho como elementos constituintes das classes sociais e estruturantes da questão social no Brasil, indicando a necessidade de uma articulação com os demais GTPs, em especial o de Movimentos Sociais e de Serviço Social e Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades;
- O avanço no âmbito da formação profissional na compreensão de que o debate da questão agrária, urbana, ambiental não deve ser restrito a alguns componentes curriculares, mas deve transversalizar de forma a interseccionar

²¹ Sugere-se o texto de Cristina Simões Bezerra (et al), intitulado “O Serviço Social e as dimensões agrária, urbana e ambiental articuladas na particularidade histórica” e o texto de Isabel Cardoso, “Fundamentos do Trabalho profissional do assistente social: questões agrária, urbana e ambiental”, ambos publicados em 2018 no livro *Habitação e Serviço Social*, organizado por Joana Valente Santana (Cardoso, 2018; Bezerra et. al., 2018). Sugere-se também o artigo de Raquel Sant’Ana, intitulado *Diretrizes curriculares e questão agrária*, publicado na Revista *Temporalis*, ano 19, nº. 37. Brasília, jan/jun, 2019.

²² A título de expressar a importância desse elemento estruturante, destaca-se alguns dados e análises. O Atlas da violência de 2021 apresenta que em 2019 os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (Cerqueira, et al. 2021, p. 49). Já o Censo Agropecuário, de 2017, foi o primeiro a levantar informações sobre a raça do produtor rural, considerando que pelo Censo demográfico de 2010: Quando se toma apenas a informação sobre a população rural, tem-se as seguintes participações: branca 36,3%, preta 7%, parda 54%, amarela 0,9% e indígena 1,7%. Somando a população de pele preta e parda rural, tem-se 61%; adicionada a população branca. O estudo contempla, portanto, 97,3% da população rural. No que se refere aos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, os negros são 52,3%, os brancos são 45,7%, os indígenas são 1,1% e os amarelos são 0,6% (Girardi, 2022, p. 17). Dessa forma, as análises sobre as expressões da questão social nas cidades, campo e florestas, precisam considerar tais informações. Evidentemente, é urgente avançar sobre os dados e estudos que tratam sobre as populações indígenas e sobre os atravessamentos de identidade de gênero, pois são populações alvo de violência, assim como a população negra.

os debates acerca da questão social, do trabalho, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do exercício profissional;

A compreensão de que no âmbito da formação profissional a pesquisa se insere nos níveis da graduação e pós-graduação, em muitos casos vinculados diretamente à extensão. Identifica-se que tal síntese precisa ser contextualizada permanentemente a partir da dinâmica da luta de classes, que caracteriza as disputas em cada conjuntura, indicando a necessidade de aprofundamentos teórico-metodológicos e de ampliação do diálogo temático. Nesse sentido, considera-se que o Serviço Social brasileiro e latino-americano se encontra diante da banalização da vida, por meio de avanços do extrativismo que espolia territórios, que ameaça e elimina populações, que retira direitos, e destrói o meio ambiente.

O contexto da pandemia da Covid-19 foi uma expressão acentuada dos limites dessa sociabilidade em seu processo de desprezo à vida por meio da barbárie que se naturalizou no campo, na cidade e nas florestas. Além disso, o modelo produtivo agroalimentar, com base no agronegócio vem sendo um dos principais fatores do aquecimento global e das mudanças climáticas na contemporaneidade, que promovem desigualdades, acentuando a pobreza, a miséria, a fome e promovem sérios problemas sanitários, com o surgimento de doenças que aparecem em função da ampliação da fronteira agrícola.

Se considerada a perspectiva de que as doenças precisam ser analisadas no contexto em que emergem, isso significa dizer que devem ser dimensionadas a partir da globalização da economia. Nesse sentido, ao analisar a propagação de pandemias nos últimos 20 anos, um epidemiologista afirma:

Apesar de diferentes em suas particularidades, os circuitos locais de produção operam por meio da mesma rede de expropriação global, com impactos ambientais subjacentes. Em um extremo do circuito de produção, a complexidade de florestas primárias encerra patógenos selvagens. A exploração madeireira, a mineração e a agricultura intensiva dirigidas pelo capital simplificam drasticamente essa complexidade natural. Nessas fronteiras neoliberais enquanto diversos patógenos morrem como resultado do desaparecimento de espécies de hospedeiros, um subconjunto de infecções que antes era interrompido de forma relativamente rápida nas florestas, mesmo que apenas em função da taxa irregular de hospedeiros típicos disponíveis, agora se propaga com maior amplitude entre populações suscetíveis (Wallace, 2020, p. 529).

Nessa linha de análise, Wallace (2020) considera que o zika vírus no Brasil, apesar de ter sido um surto eminentemente urbano, pode ter relação direta com o desmatamento que acompanha os processos de urbanização. Em sentido semelhante,

sobre o coronavírus, Silva sentencia que

Os biomas brasileiros e sul-americanos estão no centro desta catástrofe ecológica e econômica. A região amazônica é, com toda probabilidade, o maior repositório de coronavírus do planeta. As planícies alagáveis do pantanal são utilizadas como áreas de pouso para centenas de espécies de aves selvagens aquáticas cujas rotas migratórias abrangem a Terra do Fogo e América do Norte. Se não for interrompida, a pressão da produção agropecuária sobre esses dois ecossistemas irá escancarar uma zona de contágio pan-americana e, conseqüentemente, global (Silva, 2020, p. 21).

Dessa forma, a partir das indicações analíticas supracitadas, evidencia-se que a crise sanitária vivida tem relação direta com a apropriação de territórios por meio de novos cercamentos de terras, para a expansão de fronteiras agropecuárias, ou para exploração de minérios, ou ainda criação de hidrelétricas. Por outro, a resposta neoliberal tem sido a facilitação desses empreendimentos financeiros e do agronegócio, ao mesmo tempo em que desfinancia as políticas públicas em nome do equilíbrio no orçamento público. Não se vê avanços no debate sobre a reforma fiscal que poderia alterar o tipo de contribuição que recai pesadamente sobre trabalhadores, nem sobre a taxação de grandes fortunas. Menos ainda, se questiona os próprios danos e as externalidades, como os efeitos ecológicos e sanitários, dessa forma predatória de produção. Portanto, tais análises corroboram na compreensão de que o modelo produtivo vigente tem aprofundado a crise civilizatória, em suas dimensões social, ambiental, e sanitária na qual a humanidade está mergulhada.

Por outro lado, há luta e resistência por parte das classes subalternas, pelas populações e comunidades que habitam essas fronteiras, como as indígenas, as quilombolas, as ribeirinhas, as camponesas, e pelos pobres nas cidades. Dessa forma, o Serviço Social se encontra inserido nessas contradições entre a banalização da vida e a luta em defesa da vida, o que passa pela superação da sociabilidade vigente, apostando em muitas experiências que criam brechas nas ruínas do tempo presente.

Há luta na vida cotidiana e é preciso estar junto dos sujeitos coletivos que vêm enfrentando e operando resistências contra a mercantilização avassaladora de todas as dimensões da vida. E essa luta necessariamente precisa congrega sindicatos, partidos políticos e todo um conjunto de organizações populares que expressam a luta dos desempregados, das populações tradicionais que, considerando os níveis das desigualdades no Brasil, encontram-se no *front* do enfrentamento ao capital.

Nesse contexto, a formação profissional necessita reafirmar o projeto profissional ancorado na teoria social crítica, em uma perspectiva plural, como

preconizado pelas próprias Diretrizes Curriculares. Dessa forma, os debates oriundos dos campos da educação popular e da ecologia política merecem uma atenção cuidadosa no sentido de serem incorporados não apenas nas dimensões da extensão²³ e da pesquisa, mas no ensino, garantindo que a totalidade dos estudantes tenham acesso a uma formação que ofereça subsídios teórico-metodológicos que considerem a complexidade do tempo presente para enfrentamento dos desafios postos para o trabalho profissional na atualidade.

Sem dúvida, a ecologia política oferece novas chaves de compreensão dos processos em curso, que merecem um diálogo crítico com o marxismo presente no Serviço Social, no sentido de fortalecer as lutas em defesa dos territórios e das populações. Sob este prisma há um acúmulo importante no campo do ecomarxismo e ecossocialismo. Destarte, uma formação plural passa pela própria luta contra o colonialismo acadêmico, buscando dar visibilidade ao debate e às lutas latino-americanas, reafirmando a defesa da universidade pública, laica, socialmente referenciada pela luta de trabalhadores e gratuita.

Destaca-se como parâmetro de análise sobre a identificação de avanços, lacunas e necessidades de aprofundamentos teórico-metodológicos, a produção que vem sendo apresentada e publicada nos eventos da categoria, sobretudo nos ENPESS. Ao longo da história do GTP QAUASS, levantou-se permanentemente as produções publicadas nos Anais dos ENPESS, nos anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018 (salienta-se que em função da pandemia não houve o encontro em 2020); nos Anais dos CBAS, nos anos 2004, 2007, 2010 e 2013, e em periódicos científicos da área do Serviço Social de níveis A1 a B2, entre 2005 e 2016, bem como em trabalhos de conclusão de pós-graduação. Em cada um desses levantamentos identificou-se e amadureceu-se a necessidade de inclusão de elementos que pudessem contribuir para melhor caracterização e qualificação da produção. As publicações nos ENPESS são as fontes permanentes para o levantamento permanente do GTP QAUASS. Inicialmente, o levantamento se restringia à quantidade de trabalhos por ênfase temática no interior da área temática de pesquisa, considerando o título do trabalho, o resumo e a autoria. Posteriormente, avançou-se a cada biênio na metodologia, passando a incluir a pesquisa das temáticas agrária, urbana e ambiental nos outros eixos temáticos²⁴, identificando

²³ Cabe indicar a importância da defesa de uma concepção de extensão referenciada socialmente no contexto de ajustes curriculares para que ela seja um componente obrigatório para a integralização curricular em Serviço Social.

²⁴ As temáticas agrária, urbana e ambiental apareceram nos seguintes eixos temáticos: Movimentos sociais e Serviço Social; Serviço Social, relações de exploração/opressão de

também as tendências dentro de cada ênfase temática e as principais referências bibliográficas.

Se nos primeiros ENPESS havia um predomínio de análises que privilegiavam a resposta do Estado por meio de políticas públicas às expressões da questão social, nos últimos encontros, os sujeitos das lutas sociais passaram a ganhar espaço nas análises, conforme indica as produções do último ENPESS analisado, que foi o de 2018.

Sobre este (Anexo I), identificou-se as seguintes *tendências* presentes nas diferentes modalidades de apresentação e eixos temáticos: sujeitos - 32 trabalhos; sujeitos e políticas - 23 trabalhos; política - 22 trabalhos; formação e exercício profissional - 21 trabalhos; integração entre as ênfases - 2 trabalhos; violação de direitos - 1 trabalho. Esse movimento é importante pois indica como tendência a ser permanentemente acompanhada, averiguada, aprofundada e analisada, o crescimento do protagonismo dos sujeitos nessas produções para além das políticas públicas.

Por fim, cabe ainda destacar que as *referências teóricas* identificadas se situam no campo do pensamento crítico, contribuindo significativamente para a compreensão sobre a concentração fundiária nos marcos da financeirização da economia. Contudo, temos avançado no debate sobre a particularidade da *questão social* brasileira cuja concentração fundiária se funde com a questão etnicoracial, patriarcal e ambiental.

A partir desse levantamento e do que se tem acumulado e amadurecido ao longo das gestões do GTP QAUASS, identifica-se alguns desafios a serem superados a partir da construção de um horizonte estratégico:

- Promover uma composição mais orgânica da coordenação ampliada do GTP de maneira a garantir representatividade de todas as ênfases temáticas e em diferentes regiões do País, com uma divisão de tarefas que contribua para a sistematização dos trabalhos no interior do GTP e sua divulgação. Sob este ângulo, é uma tarefa coletiva a construção de representação que materialize a articulação entre a questão agrária, urbana e ambiental, sempre na correlação dialética com o Serviço Social. Adiciona-se o desafio de contemplar os povos indígenas e populações tradicionais na coordenação do GTP e/ou na sua coordenação ampliada;
- Articular com os CRESS em cada Regional da ABEPSS, buscando fortalecer

gênero, feminismos raça/etnia e sexualidade; Ética, direitos humanos e Serviço Social; Trabalho, questão social e Serviço Social; Política social e Serviço Social; e, Fundamentos, formação e trabalho profissional.

as dimensões da investigação e da pesquisa no exercício profissional;

- Avançar na articulação da coordenação ampliada com as executivas regionais da ABEPSS e com os CRESS em cada estado, na perspectiva de trabalhar uma pauta político- pedagógica sobre formação e trabalho profissional nesse eixo de pesquisa temática.
- Nessa perspectiva, propor a realização de seminários/encontros e oficinas entre as entidades para a produção de um material sobre orientação para o trabalho profissional em conflitos fundiários e socioambientais, a exemplo da Nota Técnica do CFESS²⁵ sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia;
- Articular com os demais GTPs por meio de seminários temáticos;
- Continuar o levantamento nacional sobre grupos e projetos de pesquisa e de extensão para criação de plataforma de dados georreferenciados, possibilitando a rápida identificação dos mesmos e, a partir disto, aguçando o potencial de articulação enquanto estratégia permanente de organização da área;
- Contribuir de forma ainda mais engajada e contundente no campo das lutas sociais, colaborando com subsídios que possam manifestar posicionamentos políticos, fortalecer e encorajar denúncias, corroborar com organizações populares em processos jurídicos, fomentar campanhas etc.
- Articular discussões, debates, estudos e outras atividades com outras áreas do conhecimento que contribuem com a abordagem das temáticas do GTP QAUASS;
- Contribuir para o aprofundamento da internacionalização da temática na América Latina e no âmbito das lutas populares;
- Investir na qualificação da formação profissional para o enfrentamento da fome, somando esforços junto a outras áreas de conhecimento para o fortalecimento das lutas sociais e contribuição na implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional, bem como de iniciativas autogestionárias por organizações populares.

Dessa forma, aposta-se em uma formação e trabalho profissionais em Serviço

²⁵ Nota técnica disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>

Social que estejam para além das políticas sociais, resgatando antigas e desenvolvendo novas estratégias em processos socioeducativos, a exemplo da educação popular, da criação de articulações e redes. Nessa processualidade, o horizonte do GTP QAUASS deve continuar na direção de uma formação antipatriarcal, antiracista, antilgbtqifóbica, anticapacitista, classista e internacionalista.

2.3 A centralidade dos sujeitos históricos da questão agrária, urbana e ambiental

A proposição de três núcleos de fundamentos da formação profissional do Serviço Social – a saber, o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional – está assentada sob uma exigência de método a partir da tradição marxista. Ao reivindicar a categoria da totalidade e o movimento da dialética, torna-se condição *sine qua non* a articulação das dimensões da singularidade, da particularidade e da universalidade das condições de produção e reprodução do ser social, das relações sociais e do desenvolvimento histórico.

É essa exigência metodológica que se encontra afirmada no processo de formulação e aprovação da nova lógica curricular das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, em 1996. Não obstante, as injunções da conjuntura neoliberal dos anos de 1990 sobre o campo da política e da regulamentação da educação, foi reafirmada, em 1999, pelo documento da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, vinculada à Secretaria de Educação Superior do então Ministério da Educação e Desporto. A lógica curricular proposta sofreu importante redução no seu texto e, especialmente, conteúdo, com regulamentação de 2002, que conferiu efeitos legais para a Resolução CNE/CES N. 15/2002. Ainda assim, permaneceram, mesmo que com menor ênfase, os elementos fundamentais de articulação entre os três núcleos de fundamentação propostos e de não fragmentação dos seus conteúdos de conhecimento e de habilidades profissionais, necessários à implementação das atividades acadêmicas dos currículos plenos, que a partir deste período passaram a ser denominados de projetos político-pedagógicos.

Tais núcleos de fundamentação se conectam a princípios da formação profissional, dentre os quais se destacam dois:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.

- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (MEC-SESU, 1999, p. 3).

Da mesma forma, a recuperação da ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social permite identificar a atualidade de quatro eixos propostos. Tais eixos são: 1) As determinações estruturais e históricas da questão urbana, agrária e ambiental no Brasil: a luta de classes como mediação; 2) O papel do Estado e as políticas públicas no campo e na cidade; 3) A invisibilidade ou visibilidade negativa dos movimentos sociais de luta pela terra na cidade e no campo; 4) A atuação do Serviço Social em face das refrações da questão agrária, urbana e ambiental: possibilidades e limites. Parte-se aqui do argumento de que a implementação desses quatro eixos permanece como principal desafio e tarefa, notadamente a centralidade dos sujeitos históricos da questão agrária, urbana e ambiental (ABEPSS, 2016), tema ora abordado nesta subsessão do documento do GTP.

Logo, ao considerar elementos relevantes que operam como desafios, limites e lacunas para o tratamento teórico-prático da chamada questão agrária, urbana e ambiental na formação profissional, em particular para o tratamento da questão social a partir das mediações históricas e espaciais da formação brasileira e latino-americana. Nesta direção, é preciso pensar como articular a tríade dialética agrário/urbano/ambiental com os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares, na perspectiva da não fragmentação intra e inter núcleos, mas pelo contrário, a partir da sua intersecção.

Parte-se da compreensão que a referida tríade dialética é uma chave interpretativa importante para a consideração do tratamento teórico-metodológico de cada núcleo e de suas articulações na formação profissional. Deve-se atentar, particularmente, para a compreensão das relações sociais a partir de sujeitos históricos e espaciais concretos, que deve se expressar na definição dos conteúdos e das práticas pedagógicas dos componentes e das estratégias curriculares. Assim, essa sessão do documento pretende ser uma contribuição a esse debate e, para tanto, irá se debruçar sobre a centralidade da análise interseccional de tais sujeitos e seus territórios, situados para a consideração da questão social, no Brasil, a partir da tríade agrário-urbano-ambiental.

2.3.1 Problemática das expressões da questão social a partir dos sujeitos das relações sociais agrárias, urbanas e ambientais

A reestruturação produtiva do capital, no final do século XX, determinou a instauração da 4ª Revolução Industrial, que em sua dinâmica no cenário global, marcha sustentada por um leque de avanços científicos como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a robótica, a microeletrônica, a informática, que combinadas formam a “Indústria 4.0”. O imperioso movimento do novo paradigma técnico, econômico e produtivo adentrou todos os continentes quadrantes do planeta, alastrando-se pelos países em diferentes regiões com graus relativos diferenciados e, marcadamente, eivados de contradições.

Os documentos produzidos pela OCDE, entre 2015 e 2017, indicam que o mundo possui capacidade de produção suficiente para erradicar toda a pobreza do globo. Outrossim, o modo de produção capitalista possui potencial para atender suas demandas sem usar toda a capacidade de trabalho disponível. Mas, ainda assim, o avanço tecnológico gera um alto preço: a redução da empregabilidade e dos direitos trabalhistas.

Os postos de trabalho com direitos sociais decrescem em torno de 30% no mundo, a continuar neste ritmo em uma geração 70% da força de trabalho será informal (Garrido, 2016 apud Chaves, 2018). Portanto, a tendência do trabalho para aqueles que estão excluídos pode ser a alternativa a auto exploração no mercado informal, o trabalho uberizado, a viração da vida nas ruas, os deslocamentos involuntários, nacionais e internacionais, que movimentam os fluxos migratórios/imigratórios legais e ilegais para a sujeição às formas do trabalho precário, clandestino ou escravo.

Sob signo das contradições, o século XXI segue trajetória descompassada em um movimento balizado pela intensificação do reordenamento das forças reacionárias e conservadoras que patrocina, sob o signo da incerteza, insegurança social, redução de oportunidades, violência e a *comodização* que envolve o conjunto das dimensões da vida em sociedade. Nesta campanha, as elites dominantes buscam subjugar os grupos sociais em suas diversidades identitárias, operando a continuidade do padrão de exploração e de opressão, sob o signo da discriminação de idade, gênero, condições físicas ou mentais, diferenças étnicas e/ou culturais, xenofobismos, fundamentalismo entre outras.

Todavia, é mister reconhecer que a histórica insustentabilidade do padrão de desenvolvimento da sociedade global, destrói de maneira contínua diferentes formas de vida, inclusive a humana, sustentadoras da sociobiodiversidade dos territórios nas

diferentes e interdependentes escalas espaciais, assim como as capacidades de afirmação e exercício da cidadania de diversos segmentos sociais. Tal processo expressa um momento histórico de desenvolvimento da reprodução ampliada do capital, com a participação ativa do Estado, que avança nas escalas local-global sobre esferas da vida social e da natureza, até então protegidas da lógica da mercadoria ou passíveis de maior contenção pública. Adentramos, assim, como humanidade, em um ciclo de exploração e expropriação predatória da natureza para aceleração da produção e circulação de mercadoria, incremento do valor e expansão da acumulação capitalista, encetando no terreno sócio histórico a crise socioambiental de proporções planetárias.

Contudo, essa é uma crise constitutiva da crise estrutural, ou seja, a crise socioambiental é uma face da crise estrutural do modo de produção capitalista, que se interconecta com diversas outras faces desta mesma crise. A crise ora vivida distingue-se das anteriores, pois é mais ampla e radical, e, por efeito, ameaça a própria vida e a sociabilidade humana. Nesse sentido, não é apenas destrutiva, mas autodestrutiva do próprio capital como relação social. Por isso mesmo, pode-se dizer que é autofágica, no sentido da análise de Jappe (2021) sobre o desenvolvimento atual da sociedade capitalista, pois corrói as próprias condições materiais e simbólicas de uso e de exploração do trabalho vivo. Tais condições se modificam de forma radical, autonomizando cada vez mais o capital do uso produtivo do trabalho vivo, assim como se degradam exponencialmente as condições de reprodução da força de trabalho, submersa nas fileiras crescentes da superpopulação relativa.

Essa é uma espécie de sombra e avesso dialético da aceleração do processo de reprodução ampliada e expansiva do capital, assim como analisado por Marx (1987) acerca da lei geral da acumulação capitalista. Ela se expressa nos indicadores crescentes de pauperização das famílias despossuídas de bens, trabalho protegido e regulamentado, renda, terra, moradia, as quais são lançadas na luta cotidiana por condições de sobrevivência, de enfrentamento da insegurança alimentar grave em um mundo que vê a fome aumentar.

Sobre a questão do aumento mundial da insegurança alimentar, como já ensinou Josué de Castro, há uma geografia da fome assim como uma geopolítica da fome (Castro, 1980), que remete tal fenômeno à desigualdade das relações sociais capitalistas e aos clássicos caminhos da divisão territorial e racial do trabalho e da produção social da riqueza e da sua apropriação privada, nas diferentes escalas internacionais, nacionais, regionais e locais. Assim, a fome é também espacialmente concentrada nos territórios dos continentes da África, da América Latina, da Ásia, não

sendo um ‘problema de Deus’, nem dos excedentes demográficos, da escassez de produção de alimentos, muito menos um fenômeno natural ou da natureza. Pelo contrário, é resultado das relações sociais de produção capitalistas e das relações de dominação, de poder e desigualdade, e, portanto, um fenômeno histórico de complexidade social, econômica e política. Por isso, o desassossego diante da contradição de morrer de fome no meio da abundância. Esta é, de fato, a situação a que o capitalismo conduz a humanidade (Jappe, 2021).

Ainda sobre a situação da insegurança alimentar no mundo e no Brasil cabe destacar alguns dados sobre o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo, de 2022. Este relatório em parceria com Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (WFP) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Em matéria intitulada ‘Número de pessoas afetadas pela fome sobe para 828 milhões em 2021’, a ONU/Brasil assim se manifesta quanto ao referido relatório sobre a insegurança alimentar mundial.

O número de pessoas afetadas pela fome globalmente subiu para 828 milhões em 2021, um aumento de cerca de 46 milhões desde 2020 e de 150 milhões desde o início da pandemia de COVID-19, de acordo com o mais recente relatório das Nações Unidas sobre o tema. O documento fornece novas evidências de que o mundo está se afastando ainda mais de sua meta de acabar com a fome, insegurança alimentar e má nutrição em todas as suas formas até 2030. No Brasil, a prevalência de insegurança alimentar grave em relação à população total aumentou de 1,9% –3,9 milhões– entre 2014 e 2016 para 7,3% –15,4 milhões– entre 2019 e 2021. A prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em relação à população total aumentou de 37,5 milhões de pessoas (18,3%) entre 2014 e 2016, para 61,3 milhões de pessoas (28,9%) entre 2019 e 2021. (ONU Brasil, 06 de julho de 2022).

Ao analisar os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), pode-se identificar igualmente o tamanho das desigualdades quando analisadas as formas concretas de manifestação da insegurança alimentar articuladas às demais relações de desigualdade de renda, de gênero, raciais.

Trata-se de um inquérito representativo da população brasileira, com abrangência das 5 macrorregiões (rural e urbana) e as 27 Unidades da Federação. Foram incluídos na amostra 12.745 domicílios, com entrevistas face a face de uma pessoa adulta. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2021 e abril de 2022, com a utilização de questionário contendo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

(EBIA), em sua versão de oito perguntas. Os resultados revelam que 41,3% dos domicílios estavam em situação de SA, enquanto em 28,0% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (IA leve). Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IA grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave). A desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta com maior força em domicílios rurais, 18,6% dos quais enfrentam a fome em seu cotidiano. Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste. A IA está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda (Rede PENSSAN, 2022, p.18).

Cabe destacar, contudo, que tal problematização se insere em uma complexidade maior do que as formas graves de insegurança alimentar como a fome, acima evidenciadas, e se articula à questão da lógica da mercadoria que organiza as cadeias produtivas e distributivas do agronegócio, subordinando e impondo sistemas alimentares e de produção agroquímicos, monocultores e de alto impacto ambiental, fundiário, para a saúde e o exercício da soberania alimentar.

Diversos autores foram impelidos a debater, pesquisar e produzir reflexões sobre as evidências do agravamento das expressões da questão social exposta pelos contornos dramáticos da desigualdade e da exploração predatória nos países em desenvolvimento: a crise socioambiental. Na cena societal, a dinâmica de integração de países e regiões aos circuitos do capital intensificam as ações antrópicas que em um ritmo avassalador depredam os recursos da biodiversidade e impactam os ecossistemas. O modelo de produção e consumo do capital patrocina a vigência de dilemas e desafios em função das práticas não sustentáveis de uso dos recursos naturais, que resulta na perda acelerada da diversidade biológica e na desestruturação das organizações sociais. A crise socioambiental mascara o colapso civilizatório mediante as catástrofes que destroem vidas e patrimônio, a destruição dos mananciais hídricos, a extinção de espécies de fauna e flora, o que atestam a falta de mecanismos e de instrumentos de políticas nacionais e multilaterais para garantir a sustentabilidade dos territórios e recursos naturais, bem como da vida humana como polo da mesma realidade.

Em meio às contradições vigentes nos domínios da ciência na sociedade contemporânea, o conceito de sustentabilidade, em seu processo de formulação, padece de inúmeras controvérsias, sendo formatado por matrizes discursivas contrapostas entre si. Tendo sido, em sua gênese, devidamente apropriada pelo

discurso dominante, marcada pela contra ofensiva hegemônica, serve como escudo para a globalização econômica enquadrada pelo consenso obtido no âmbito do desenvolvimento sustentável. O pensamento ambiental latino americano, de matiz contra hegemônico, defende princípios de justiça social, de equidade social e ecologia, o potencial de produção dos ecossistemas para garantir a sobrevivência das futuras gerações, o que se contrapõe às determinações sociohistóricas do modelo de desenvolvimento capitalista.

A crescente mercantilização das riquezas naturais (minerais, água, do ar e das florestas) determinada pela exploração econômica dos recursos naturais do planeta. Sob a lógica do capital e dos fundamentos da Ciência Moderna (modelo de ciência), a relação dos homens entre si e com natureza na sociedade urbana-industrial que na sociedade do capital caracteriza-se como uma relação de dominação e exploração desmedida dos trabalhadores e dos recursos naturais. Esta relação produz um processo que abrange um intenso consumo dos recursos não-renováveis, o consumo em sociedade baseado no excesso de desperdício dos recursos renováveis. A mão do mercado conduz como *demiurgo* uma busca incontrolada por vantagem competitiva, mirando na ampliação da produtividade a qualquer custo para obtenção de lucro desmedido.

A questão ambiental é parte integrante, indissociável, da questão social: Os impactos ambientais atingem todos, mas impactam muito mais os pauperizados e explorados, ameaçando seus direitos, pelas respostas limitadas de governos, do setor produtivo, dos cidadãos e das agências multilaterais. As estimativas da ONU (2017) são de que cerca de 19 milhões de mortes prematuras ocorram por ano devido à forma como as sociedades usam recursos naturais para a produção e para o consumo e afetam os ecossistemas.

De acordo com relatório da ONU (2017), entre os recursos essenciais para vida no planeta estão os recursos hídricos. Todavia, são os ciclos naturais e mananciais de água que sofrem os maiores impactos, dentre eles, destacam-se a contaminação e a escassez global em países pobres, em que 90 a 95% dos esgotos e 70% dos resíduos industriais são despejados sem tratamento em águas que poderiam ser usadas para abastecimento e atendimento das necessidades das populações. Este quadro afeta mais de 250 milhões de pessoas/ano por doenças ligadas à veiculação hídrica. Tais agravos geram a ocupação de 50% leitos em hospitais, enquanto 6.000 crianças morrem por dia de doenças desta natureza e 2,2 milhões de pessoas morrem por ano, maioria crianças, de doenças associadas à água e a falta de saneamento. Assim, 18% da população terrestre (1,1 bilhão) não têm acesso à água potável e enfrentam a

escassez que agrava sobremaneira o quadro de exclusão e miséria pelo mundo.

Ainda sobre a questão do saneamento e a sua alta permeabilidade a inúmeras dimensões da vida social e ao campo intersetorial das políticas sociais, urbanas, agrárias e ambientais, cabe destacar, por exemplo, que a maior participação de famílias em situação de insegurança alimentar no Brasil está relacionada diretamente à falta de saneamento pela escassez ou não acesso à água, o que expõe a intersecção entre insegurança alimentar e insegurança hídrica.

No I VIGISAN, já havia indícios de relações entre IA e Insegurança Hídrica. Com a inclusão da escala hídrica neste II VIGISAN, foi possível verificar que cerca de 12% da população geral brasileira vivia com restrição de acesso à água, e que a IA grave estava fortemente associada a ela. Em quase 65,0% dos domicílios com Insegurança Hídrica seus moradores tinham restrição quantitativa de alimentos (IA moderada ou grave). A combinação de Insegurança Hídrica e IA grave tinha maior magnitude nas regiões Norte (48,3%), Sudeste (43,0%), Centro-Oeste (41,8%) e Nordeste (41,2%). (...) não será possível garantir segurança alimentar sem que seja também garantida a segurança hídrica, tanto com políticas específicas de abastecimento quanto com políticas estruturais de combate às mudanças climáticas, de proteção aos recursos hídricos e de regulação de uso dos mananciais (REDE PENSSAN, 2022, pp.70-71).

Em meio ao contexto de globalização da economia e da pujança da 4ª. Revolução Industrial e mediante os desafios provenientes do acirramento da pobreza, da exclusão social e da degradação ambiental, torna-se premente a construção de respostas que debelem o processo excludente instaurado priorizando a garantia dos direitos sociais e humanos para implementação de práticas de sustentabilidade voltadas para o desenvolvimento social com autonomia dos povos, respeito ao saber fazer (*savoir faire*) e na construção de um novo paradigma de sociabilidade humana (Sachs, 1986; Sachs, 2001). Esta empreitada tem sido empreendida por diversos grupos e movimentos sociais organizados que debatem e desenvolvem mecanismos, estratégias e práticas pautadas pelos princípios de sustentabilidade para o desenvolvimento social, não apenas no intuito de amenizar a situação, mas na proposição de construção de um novo paradigma (Chaves, 2018).

Assim, dentre as mais diversificadas expressões da questão social está a crise socioambiental, como expressão da sociabilidade violenta da acumulação e da expropriação capitalista, que imprime profundas modificações na dinâmica social, acirrando antigas desigualdades e gerando uma multiplicidade de novas manifestações e implicações que se alastram pela sociedade mundial e por todas as dimensões da vida.

A configuração da questão social na formação social brasileira resulta de um amplo processo de reprodução das relações de produção do capitalismo, que denota de forma inegável sua lógica de expansão, expondo um quadro de intenso agravamento das desigualdades socioeconômicas e políticas, cuja gênese está na extração de mais valia do trabalho assalariado. Não obstante, o Brasil, mediante aos abalos destrutivos que se abatem sobre as conquistas e processos democráticos, vivencia uma conjuntura marcada por um acelerado retrocesso na promoção aos direitos humanos e sociais, marcado pela ampliação dos limites ao acesso aos direitos materializados nos bens e serviços sociais.

As expressões da questão social que se materializam nos modos e nas condições de vida de parte expressiva da sociedade brasileira, seguramente encontram-se ancoradas em robustas e persistentes raízes estruturais que constituem (inter)faces do mesmo fenômeno e representam uma pauta de contradições concretas no País, dentre as quais:

1) as desigualdades socioeconômicas e políticas que assentam raízes na história do colonialismo e que se reatualizam pela permanência estrutural da colonialidade do poder, na América Latina, assentada sobre os pilares do racismo estrutural, da violência da expropriação neoxtrativista, da acumulação capitalista baseada nas formas-conteúdos da superexploração da força de trabalho, associadas historicamente à baixa extensão do assalariamento como mediação de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora;

2) os valores patriarcais disseminados nas práticas sociais da vida cotidiana e institucionalizados em diferentes esferas da sociedade;

3) a concentração de propriedade via expropriação de territórios, da biodiversidade da vida e das riquezas oriundas da exploração do trabalho;

4) o crescimento do desemprego estrutural que acompanha a reprodução expandida da classe trabalhadora sob condições cada vez mais precárias e que se materializam em formas de trabalho inseguras, desprotegidas social e legalmente, de prolongamento do tempo de trabalho, do encurtamento dos horizontes de expectativas para a viração da sobrevivência dia-a-dia, da mediação crescente de tecnologias de informação e comunicação, como as plataformas de serviços que efetuem a intermediação entre trabalho vivo e a circulação e consumo de mercadorias como se tal relação não fosse parte da transformação contemporânea da cadeia produtiva de realização do valor;

5) os atos de negação das identidades afro e indígenas que redundam no

etnocídio e na destruição da sociobiodiversidade;

6) as práticas de corrupção disseminadas (institucionalizadas) e de apropriação privada do fundo público, de forma ilícita e/ou legitimada pela hegemonia dos interesses econômicos e políticos que conformam o Estado e seus representantes dos poderes executivo e parlamentar para a reprodução do poder autoritário, mandonista, clientelista e de enriquecimento pessoal ilícito;

7) a redução de recursos para a viabilização das políticas sociais que produzem a negação de direitos de cidadania para vastos segmentos sociais e o desmonte de importantes Políticas Públicas e seus marcos regulatórios, de financiamento e institucionais;

8) o agravamento da violência em todas as suas formas, particularmente da violência armada de Estado, por meio da adoção da política de segurança e de aumento do encarceramento como principais políticas de contenção e gestão dos conflitos do empobrecimento crescente dos territórios populares e racializados, onde residem majoritariamente os segmentos negros da classe trabalhadora. Todavia, embora seja de fundamental importância reconhecer o aporte desta herança histórica e de suas reedições subsequentes, vale ressaltar as ações conjunturais que se movem em prol do agravamento e aprofundamento da crise social vigente.

Chesnais (2001; 2013) alerta que o construto (*substrato/fundamento*) da crise vigente decorre *da face desumana das guerras* fomentadas pelos núcleos de poder mundial, que levam ao agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas com perdas de proteção social. O autor indica que essa *guerra* (simbólica e real) de poder deriva da capacidade de produção e de capital fictício sem precedentes, via investimentos especulativos, que caracteriza os processos de *superacumulação* e de *superprodução*, com especial participação da produção de *commodities*.

Assim, à tendência analisada por Marx, no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista (1987), de crescimento da composição orgânica do capital e dos processos de concentração e centralização da propriedade e das atividades capitalistas nos diferentes ramos econômicos, acompanhada da redução dos níveis de empregabilidade (*jobless*) e a superoferta de força de trabalho, soma-se a mediação crescente das finanças nos processos de reprodução ampliada do capital.

Contudo, como o capital enquanto relação social também reproduz de forma expandida a classe trabalhadora no campo e na cidade, a partir dessa nova complexidade do desenvolvimento das relações sociais capitalistas sob o domínio das

finanças e da transformação do desenvolvimento tecnológico e científico em capital e propriedade privada, o que se evidencia é o crescimento estrutural de regularidades históricas e espaciais que transformam radicalmente as condições e as formas de realização do trabalho vivo e as formas de existência e de organização da classe trabalhadora, sob condições desiguais de relações de gênero, sexo e raça.

Assim, crescem as formas precárias, intermitentes, com baixa remuneração e inseguras de contratação e gerenciamento do trabalho assalariado, de diferentes formas de trabalho por conta própria, sem a mediação do assalariamento, sustentadoras tanto da miríade de atividades clássicas de prestação de serviço quanto daquelas que nascem e se sustentam da utilização intensiva de tecnologias de informação e de comunicação, como as empresas que empregam de forma intensiva o chamado trabalho digital e/ou as empresas de plataforma, que uberizam o trabalho e transformam simbólica e materialmente a viração cotidiana pela sobrevivência em empreendedorismo dos trabalhadores e das trabalhadoras pobres.

É dessa forma, portanto, que o trabalho se transforma, cada vez mais, material e simbolicamente em uma experiência individual, ofuscando e subordinando a dimensão social e de classe, em um horizonte encurtado de expectativas e pressionado pela sobrevivência de cada dia e/ou pela competição em um mercado abundante de oferta de força de trabalho.

É importante acentuar que essas formas e esses conteúdos que flagram a transformação do trabalho e o aumento crescente da superpopulação relativa, somente poderão ser compreendidas se racializadas e generificadas as relações sociais e as contradições capitalistas. Isso ocorre, pois as condições de possibilidade de tais transformações decorrem também da reprodução expandida do racismo, do sexismo/patriarcado e da colonialidade do poder. Isso explica, por exemplo, a baixa capilaridade histórica da realidade social do assalariamento como dinâmica integradora de trabalhadores pretos e pardos, no campo e na cidade, a concentração e a centralização fundiária da propriedade urbana e rural nos segmentos de maior renda da população branca, bem como os piores indicadores de desigualdade das condições e relações de trabalho, concentrados e distribuídos entre as mulheres pretas e pardas, seguidas de homens pretos e pardos, no Brasil.

O conjunto desses processos se unem, assim, conformando e diferenciando tanto as práticas de *superexploração* da força de trabalho, quanto o movimento de ampliação da força de trabalho sem utilidade, sobrando para o capital. Como consequência, são elevados os níveis de precarização, insegurança, exploração e

agravamento das condições de existência dos trabalhadores e das trabalhadoras que perfilam as fronteiras porosas da superpopulação relativa.

A vigência e a conjunção destes processos seguem alterando as forças produtivas, as relações de trabalho e a gestão do trabalho, provocando uma abrangente extinção de postos de trabalho que impacta as formas de consumo da força de trabalho, os direitos trabalhistas, as lutas sociais e sindicais. Diante deste cenário, é oportuno reconhecer que a questão social não se explica e/ou deriva somente da fúria da onda (neo)conservadora exógena que atingiu diferentes recantos com seu vigor generalizante. No caso do Brasil, tal jugo foi alçado por ter encontrado eco nos anseios das elites locais, cuja coalizão formada culminou no advento do governo federal reacionário eleito em 2019.

O governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, instituiu um conjunto de retrocessos que ampliou as situações de existência da população pauperizada no campo e na cidade. Pois, sob essa lógica, as reformas das instituições públicas avançaram de maneira avassaladora, alterando, sobretudo, os espaços ocupacionais no campo dos direitos trabalhistas, as condições de trabalho dos trabalhadores dos setores público e privado, a dilapidação do patrimônio público via privatização de importantes empresas públicas, o acirramento da violência étnico-racial, notadamente das formas de extermínio de negros, negras e de indígenas, e do encarceramento da população jovem negra das periferias e quebradas, pelas ações da necropolítica (Mbembe, 2019) do Estado, entre outras manifestações.

O Brasil, ao longo de sua formação sócio-histórica, acumulou um grande *déficit* no que diz respeito ao desenvolvimento social em seu aspecto qualitativo. Os índices de desigualdade de gênero no Brasil, segundo os dados do relatório da ONU (2016), indicam a prevalência de profundas desigualdades nas áreas da saúde reprodutiva, de construção de autonomia de sujeitos subalternizados e nas atividades econômicas. No caso daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, e, mais especificamente em relação à qualificação profissional dos homens, têm-se que 70% dos brancos são classificados como trabalhadores altamente qualificados para somente 30% de homens negros. Igualmente, os dados apontam um acelerado crescimento do trabalho informal que alcança 50% da força de trabalho do País.

Ao mapear o perfil que o Estado e as políticas públicas assumem na conjuntura da terceira década do século XXI, é possível identificar um leque diversificado de investidas direcionadas para fomentar e impulsionar a generalização da lógica de acumulação do capital de mercantilização crescente de diferentes esferas da vida

social. Dentre as ações encetadas, destacam-se a redução do financiamento público para viabilização das políticas sociais, em um padrão regressivo dos direitos, de privatização crescente do fundo público e de sua transferência para o capital financeiro, via pagamento dos serviços da dívida pública, impingindo um padrão que restringe ao limite mínimo as políticas sociais em uma notória negação da universalização de direitos. Por efeito, vê-se o sucateamento das instituições de políticas sociais e a privatização do patrimônio público num imperioso deslocamento da responsabilidade de atendimento das necessidades sociais da esfera pública para a privada.

Vale reconhecer que, em contrapartida, fomentam-se as lutas, as reivindicações e as mobilizações de várias escalas na sociedade: de trabalhadores para conquista de direitos trabalhistas; de trabalhadores e produtores sem-terra e da pequena agricultura familiar pela reforma agrária; de povos tradicionais indígenas pela permanência em seus territórios, com a preservação de seu patrimônio material e cultural e contra o genocídio dos povos tradicionais não indígenas, como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, e outros, pela preservação de suas raízes e o reconhecimento de seus direitos; das mulheres contra a opressão e pelo reconhecimento de seus direitos políticos; das pessoas idosas e dos futuros trabalhadores pela preservação dos direitos conquistados; dos migrantes e refugiados (*os sem pátria*) para encontrar um espaço de integração na sociedade; dos professores e estudantes pela defesa da educação; da juventude negra e pobre das periferias das grandes cidades na criação de formas de ação e ativismo político e cultural na defesa antirracista de seus territórios de vida, contra as formas racistas da necropolítica de Estado materializadas cotidianamente nos indicadores de extermínio e encarceramento da juventude negra das periferias e territórios populares; além de muitos outros grupos sociais em condição de subalternidade e que experimentam cotidianamente os efeitos socioambientais da exploração capitalista.

Assim, no que tange ao conjunto de debates, estudos e pesquisas que discutem as particularidades da questão social, faz-se notória a necessidade de ampliar e aprofundar a interlocução com a historicidade da inserção sócio profissional das/os assistentes sociais, em diferentes contextos não apenas institucionais, mas também territoriais e de ação dos sujeitos. Essa é uma exigência teórica e prática fundamental da formação e do trabalho profissionais.

É preciso animar a capacidade criadora das/os assistentes sociais nos planos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo a partir da compreensão de que os chamados contextos e “*lôcus*” do trabalho não são apenas histórica e

institucionalmente determinados pelas relações sociais, mas que também a sua produção social integra a dinâmica desigual desses contextos e “*lócus*”. O reconhecimento do espaço como dimensão da vida social coloca a tarefa de trazê-lo para o centro das análises e da intervenção profissional. Isso visa a compreender e a qualificar o trabalho profissional da/o assistente social, a partir das condições de existência e de reprodução da vida de diferentes sujeitos sociais, considerando os territórios onde estão inseridas suas práticas, experiências simbólicas e materiais de territorialidade, a vida cotidiana, suas culturas, seus saberes e poderes, as ideologias presentes e reproduzidas, os interesses e os projetos distintos e conflituosos.

Dentre esses sujeitos das relações sociais estão o Estado, as classes sociais e as populações tradicionais indígenas e não indígenas nas terras urbanas, das florestas, das águas e do campo. Tais sujeitos, seus territórios e suas territorialidades transversalizam e constituem os espaços institucionais e sócio-ocupacionais do trabalho da/o assistente social, na maior parte das vezes, sob a forma fragmentada das demandas sociais do cotidiano institucional de trabalho profissional.

Contudo, a/o assistente social como trabalhador e trabalhadora que desempenha atividade e que participa da especialização social e técnica do trabalho coletivo também deve ultrapassar essa forma mais imediata do trabalho institucional, criando as mediações necessárias para ir ao encontro desses mesmos sujeitos. Ora, quando compreendidos, reconhecidos, visibilizados e articulados por meio de suas formas de organização e de aparecimento político e institucional, público e privado, na sociedade civil e nos territórios onde vivem e atuam, eles transformam esses mesmos territórios em territórios de vida, densos de complexidade, contradições, conflitos, e práxis criadora.

2.3.2 Limites, desafios e tarefas da produção teórica da área agrária, urbana e ambiental e da formação profissional frente à centralidade dos sujeitos

São as relações sociais contraditórias encarnadas na práxis dos sujeitos que produzem e reproduzem a complexidade dos territórios e das experiências das territorialidades urbanas, agrárias e ambientais, nas diferentes escalas e determinações do real.

Assim, como adverte Porto-Gonçalves (2006), é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar. Ele importa tanto quanto a história como perspectiva teórico-metodológica e empírica para a problematização do saber e da intervenção profissional sobre a (e junto a) diversidade das manifestações e

expressões concretas e particulares étnico-raciais, de classe, de diversidade de gênero e sexual do ser social, nos três núcleos de fundamentação propostos pelas diretrizes curriculares. Como afirma Cardoso,

Tal perspectiva histórica interseccional territorializada é particularmente importante considerando-se que a América Latina é majoritariamente índia, negra e mestiça e que a constituição do trabalho, do campesinato e da classe trabalhadora nas formações latino-americanas foi (e permanece a ser) um processo histórico violento, expropriador, desumanizador, desterritorializador e diaspórico (Cardoso, 2022, n.p.).

Tal processo originário e violento de acumulação, expropriação e desumanização foi marcado por uma dupla centralidade étnico-racial:

1) dos povos originários indígenas, que sofreram a violência da expropriação de suas terras e de seus modos e meios de vida materiais e simbólicos, a partir da longa história de mais de cinco séculos. Tais marcas se evidenciam, sob temporalidades diferentes e descontínuas, nas práticas de escravização, etnocídio, genocídio, miscigenação e nas diferentes formas de resistência manifestas na manutenção, sobrevivência e ressignificação constantes na vida, nos territórios e nas formas materiais e simbólicas de pertencimento/reconhecimento étnico-racial indígena. Estas práticas de pertencimento/reconhecimento étnico permanecem em transformação, até os dias de hoje, e expressam as contradições e os conflitos das relações sociais em cada tempo histórico concreto. Isso ocorre, tal como Ribeiro ensina e expressa através do conceito de transfiguração étnica (2004) e que Oliveira designa metodologicamente como a viagem da volta que permite flagrar os processos complexos de invenção da cultura dos povos indígenas do nordeste, notadamente a partir dos anos 1980 (Oliveira, 1993; 2004);

2) dos povos tradicionais constituídos por negros e negras oriundos/as da África, transformadas/os em escravizadas/os de propriedade do capital do tráfico negreiro transatlântico, e submetidas/os ao modo de produção e regulação social do escravismo colonial português, com a consequente formação de processos diaspóricos de desterritorialização e reterritorialização de seus corpos e de suas vidas.

Esse longo processo histórico e territorial da formação brasileira e também das sociedades latino-americanas deve ser compreendido a partir das suas inúmeras discontinuidades, que interditam uma concepção homogênea e linear da dimensão étnico-racial, da produção social dos territórios e das práticas de territorialidade, assim como da formação da classe trabalhadora. O desenvolvimento do capitalismo e da colonialidade está estruturalmente firmado sob o pilar do racismo como práxis, que

produz e reproduz as relações sociais, até os dias de hoje, e que é confrontada com sua contradição dialética, a práxis antirracista.

Assim, o tratamento teórico-metodológico da chamada questão social, a ser dispensado pelos conteúdos e as práticas pedagógicas dos três núcleos de fundamentos da formação profissional do Serviço Social, deve orientar-se pela articulação dialética entre as diferentes temporalidades sincrônicas e diacrônicas da universalidade das determinações das relações sociais e das particularidades históricas e espaciais das relações sociais constituidoras da formação brasileira.

A compreensão supracitada permite acolher a contribuição do pensamento de Fraser, em livro organizado com Jaeggi, ao definir que a exploração repousa sobre o terreno mais oculto da expropriação (Fraser e Jaeggi, 2020). Segundo Fraser, os avanços e as diferenciações do seu pensamento em relação à contribuição de Marx sobre a acumulação primitiva (Marx, 1987; 2017-b) conferem centralidade ao racismo e às práticas expandidas e contínuas de expropriação para a compreensão da reprodução da dinâmica exploração/expropriação e da reprodução ampliada do capital.

Eu já disse que minha visão – a de que a exploração repousa sobre o terreno mais oculto da expropriação – é inspirada na concepção de Marx de ‘acumulação original ou primitiva’, com a qual tem afinidades claras. O que defendo aqui, no entanto, é diferente em dois aspectos. Em primeiro lugar, a acumulação primitiva denota o processo ‘sangrento’ por meio do qual o capital foi estocado no início do sistema. A expropriação, em contraposição, designa um processo confiscatório contínuo essencial à manutenção da acumulação num sistema propenso à crise. Estou mais próxima nesse aspecto de Rosa Luxemburgo e Harvey, que também enfatizam o caráter contínuo da assim chamada acumulação primitiva. Há, todavia, um segundo aspecto em que me diferencio de Marx, que introduziu a acumulação primitiva para explicar a gênese histórica da divisão de classe entre trabalhadores sem propriedade e proprietários capitalistas dos meios de produção. A expropriação explica esse ponto, mas também traz à tona outra divisão social, igualmente profunda e plena de consequências, mas que não é sistematicamente teorizada por Marx ou, no que diz respeito a isso, por Luxemburgo ou Harvey. Refiro-me à divisão social entre ‘trabalhadores livres’, explorados pelo capital no trabalho assalariado, e sujeitos não livres ou dependentes, os quais ele canibaliza por outros meios. Historicamente, a segunda divisão se correlaciona, de maneira aproximada, mas inequívoca, com a linha de cor. A meu ver, a expropriação de ‘outros’ racializados constitui uma condição necessária de fundo à exploração de ‘trabalhadores’. De fato, eu diria que ‘raça’ é justamente a marca que distingue os sujeitos livres da exploração daqueles dependentes da expropriação (Fraser e Jaeggi, 2020, pp. 60-61).

Ao considerar algumas das particularidades das relações capitalistas na

formação brasileira para problematizar suas expressões no vasto campo das refrações fenomênicas da questão social, pode-se destacar o fato de a nossa experiência de cidadania ter sido construída sob o signo da cidadania regulada. Como bem conceitua Santos (1994), preteridos das formas históricas – ainda que arcaicas e insipientes – de proteção social dedicadas ao trabalho livre e formal, a imensa maioria da classe trabalhadora que não viveu e nem vive a experiência do assalariamento, do trabalho estável, formalmente contratado, protegido pela legislação trabalhista e previdenciária e organizado sindicalmente.

Essa imensa maioria da classe trabalhadora, especialmente os seus segmentos sociais mais expropriados, espoliados e pauperizados, e que são expressivamente formados por negros e negras – originários do passivo racial e racista da escravização e da posterior libertação apenas formal – constitui a base social da expropriação dos outros racializados (Fraser e Jaeggui, 2020). Eles também formarão o amplo segmento dos usuários das políticas sociais públicas de saúde, assistência, habitação, educação, entre outras políticas. Estes são os sujeitos que constituem a população com a qual o Serviço Social desenvolve o seu trabalho profissional.

Sob práticas tão desiguais operando na formação da classe trabalhadora, a correlação de forças é desfavorável historicamente às lutas sociais e de classe, respondidas pelas elites dominantes e o Estado com a proteção à propriedade privada da terra, a violência armada, a ideologia do favor, as práticas tradicionais autoritárias da cultura política brasileira, avessas à gramática democrática dos direitos e reatualizadas historicamente. Essa forma-conteúdo autoritária e violenta atravessa a longa linha do tempo dos regimes de dominação e de governo, desde os regimes monárquicos colonial e da pós-independência, ao repúblicano.

Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor de terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político. Por sinal, a despeito do Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores viraram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam em seus estados, como caciques políticos e eleitorais. Diante desses grandes poderes personalizados e localizados, acabamos por criar práticas patrimonialistas, que implicam o uso do Estado para resolução de questões privadas. Por outro lado, se durante os últimos trinta anos forjamos instituições mais consolidadas, ainda hoje elas dão sinais de fraqueza quando balançam em função dos contextos políticos. [...] Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado (Schwarcz, 2019, pp. 23-24).

As lutas sociais podem nascer de campos de práticas sociais antes subalternizados ou invisibilizados pela própria sociedade, mas também pela classe trabalhadora, como expressão do movimento contraditório das determinações da realidade social. Note-se, por exemplo: 1) na luta feminista e na organização crescente internacional e nacional das mulheres contra as relações sociais patriarcais e todas as formas de sexismo; 2) na luta pela cidadania LGBTQIA+ e de questionamento aos padrões heterocisnormativos e normalizadores do corpo, dos desejos, das identidades de gênero e de diversidade sexual; 3) na luta antirracista do movimento negro a partir do lugar da moradia e da denúncia do genocídio da juventude negra e periférica das favelas (Franco, 2018; Souza, 2020; Nascimento, 2019), loteamentos, baixadas e espaços periurbanos, genocídio desse histórico, desde a escravidão, e que se perpetua pela reprodução do racismo como forma de dominação e opressão, do racismo institucional (Almeida, 2019; Moura, 2019; 2020; Borges, 2018; Davis, 2018; Gonzalez, 2020), que constitui o cotidiano das políticas sociais e do encarceramento da juventude negra que transforma as prisões nos novos navios negreiros; 4) na luta pela autodeterminação dos povos indígenas e que denuncia, até hoje, os processos de genocídio étnico e de expropriação das terras originárias indígenas, em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, e que avança sobre as terras demarcadas ou em processo de demarcação pelo Estado, além das consequências que a desterritorialização produz sobre diferentes dimensões da reprodução social de suas vidas e culturas na cidade, no campo e na floresta.

Ainda no campo da luta pela autodeterminação dos povos indígenas, há que se destacar que a produção e a divulgação acadêmica de pesquisas sobre o trabalho profissional junto aos povos indígenas a partir das diferentes expressões agrárias, urbanas e ambientais da questão social. Trata-se de discussão das formas de garantia e violação de direitos, dos conflitos fundiários e das lutas e processos políticos de auto-organização indígena e de como elas ocupam lugar ainda incipiente nos estudos do Serviço Social sobre a questão agrária, urbana e ambiental. Tal perfil também se faz presente nos debates da implementação das diretrizes curriculares para a formação do Serviço Social.

Na contramão desse silenciamento teórico e político dos estudos agrários, urbanos e ambientais, há vida, história, cultura, saberes e práticas que precisam ser conhecidas e compartilhadas de forma dialógica e descolonizadora para ocupar lugar não subordinado nos processos formativos de ensino, pesquisa e extensão em Serviço Social, com incidência sobre os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

Nesse sentido, a organização do Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em junho de 2022, assim como o compartilhamento, pelo evento, de produções da área profissional sobre diferentes temas e questões de investigação sobre a questão indígena - na forma de artigos, trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de especialização, dissertações e teses²⁶ -, cumprem papel fundamental na direção da visibilização desse campo de estudo e de trabalho do Serviço Social no Brasil e na territorialidade maior da América latina e do Caribe.

Em termos demográficos, o Censo de 2010 revela que das 896 mil pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas, no Brasil, 572 mil, ou 63,8%, viviam na área rural, enquanto 324 mil, ou 36,2%, viviam em áreas urbanas do território nacional. Esse movimento de crescimento da participação indígena em territórios urbanos de diferentes regiões do país, identificado entre os censos demográficos de 1990 e 2010, não obstante ainda careça da atualização das informações advindas do censo de 2022²⁷, também se articula ao processo de etnogênese estudado por Oliveira (1998) e Luciano (2006, apud IBGE 2012), que referenciam as análises demográficas do IBGE. Assim, conforme o IBGE (2012), em seu estudo 'Os indígenas no Censo Demográfico', de 2010, as primeiras considerações com base no quesito cor ou raça apontam que

desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como etnogênese ou reetnização. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (Luciano, 2006, p. 28, apud IBGE, 2012, p.8).

²⁶ O referido evento organizou os estudos em um quadro, de acordo com o tipo de produção, e está disponível no link : <https://cfess.org.br/seminariolatino/arquivos/producao-seso-povosindigenas.pdf>.

²⁷ A pesquisa do IBGE (2021), intitulada Dimensionamento Emergencial de População Residente em Áreas Indígenas e Quilombolas para Ações de Enfrentamento à Pandemia Provocada pelo Coronavírus - 2020, não obstante o emprego de metodologia estatística experimental, baseada em médias de moradores por domicílio provenientes do Censo Demográfico 2010, mostra a tendência ao crescimento demográfico da população indígena, saltando para 1.108.970 pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas. Somente a consolidação dos dados censitários de 2022 podem oferecer um indicador seguro e atualizado para a série histórica de 2010-2022. Ocorre, contudo, que os dados disponibilizados até o momento não possibilitam ainda a análise da seriação histórica, o que é fruto do desmonte do IBGE e do próprio processo de produção de indicadores demográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Tal desmonte operado pelo Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) ainda produz reflexos.

Em vista disso, por exemplo, as atividades de pesquisa e extensão no campo da questão agrária, urbana e ambiental podem tomar para si a tarefa de compreender e desvelar a realidade histórica e territorial de invisibilização social, política, econômica e cultural de diferentes gerações indígenas vivendo em contexto urbano ou periurbano. Essa é uma realidade muito heterogênea para onde convergem situações fundiárias da territorialização indígena em terras demarcadas ou em processo de (ou na luta por) reconhecimento. Tal realidade também expõem as conexões com as dinâmicas de mobilidade relativas aos fluxos migratórios originários de processos de expropriação da terra, de violações de direitos, de busca de melhores condições de sobrevivência, de trabalho e acesso a políticas e direitos, onde se inserem, por exemplo, as políticas sociais. Essas são dinâmicas históricas e espaciais conhecidas que alimentam a produção social do espaço urbanizado das cidades de forma desigual, precária, periférica e segregada para acesso e uso da terra urbana para fins de moradia e que podem operar como tendências importantes dos indicadores e dos fluxos demográficos da população indígena.

Da mesma forma, a investigação do Serviço Social sobre o crescimento da participação indígena em meio urbano, de 1990 a 2010 e a partir do Censo Demográfico de 2022, precisa colocar em perspectiva o protagonismo da ação social e política coletiva indígena como condição cultural de reprodução, apropriação e recriação material e simbólica dos modos de vida tradicionais indígenas e da modernidade e sociabilidade urbanas. Além disso, precisa considerar os bens, os serviços, as políticas, as linguagens, as representações e as instituições da vida cotidiana, ampliando e transbordando, assim, o que se compreende e se pratica como reivindicação ao direito à cidade.

Isto posto, as questões aqui salientadas como questões de classe, gênero, raça, etnia e diversidade sexual são também e fundamentalmente dimensões estruturadoras do ser social na sua heterogeneidade e alteridade e, nessa condição, devem ser incorporadas na forma de conteúdos e práticas pedagógicas dos componentes curriculares da formação profissional e das atividades de pesquisa e extensão do Serviço Social. Da mesma forma, precisam ser analisadas e compreendidas a partir da categoria da totalidade, do ponto de vista metodológico, na busca da superação da fragmentação da vida social e da chamada questão social pelas relações sociais capitalistas e a fragmentação da própria classe trabalhadora e suas bandeiras de luta e horizontes de emancipação humana.

Para corroborar essa questão, resgata-se o documento da ABEPSS (2018),

intitulado Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, quando afirma que

O debate sobre o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira. A premissa inicial proposta nesse documento é contribuir na construção desse conceito para o entendimento da relação entre raça/etnia e classe como estrutural e estruturante das relações sociais, considerando que o racismo é um dos fundamentos dessas relações no Brasil (ABEPSS, 2018-c, p.13).

A apropriação das categorias raça e etnia para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da questão social, que, por sua vez, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas. Nesse sentido, sob a perspectiva da totalidade social, o debate acerca das opressões e da exploração de classe não deve ocorrer descolado das determinações étnico-raciais, que são estruturais e estruturantes das relações sociais em todas as esferas da vida social. Compreensão que é fundamental para a articulação com o debate da formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018-c, p.15).

A consideração histórica e espacial da questão agrária, urbana e ambiental e seus sujeitos de classe, étnico-raciais e de gênero, constitui uma chave interpretativa importante para compreender esse caráter colonial moderno do sistema mundo. Tal caráter conformou um complexo de classes sociais embebido na racialidade (Quijano, 2005), sendo condição analisar a realidade a partir dele para que se possa apontar outros horizontes nesse mundo em transformação em que se está mergulhado (Porto-Gonçalves, 2006).

A perspectiva de reconhecimento da diversidade do ser social constitui, assim, fundamento para a compreensão dos processos históricos de diferenciação socioespacial das heterogêneas experiências de ação dos sujeitos nos diferentes e desiguais territórios e territorialidades que constituem a tríade agrário/urbano/ambiental. É desse processo que emerge, de forma relevante à formação profissional, o tratamento rigoroso e concreto da questão social a partir das diferentes e desiguais dinâmicas agrárias, urbanas e ambientais das divisões territoriais no Brasil. Destacam-se, notadamente, a divisão territorial do trabalho e a divisão étnico-racial do espaço e das diferentes temporalidades que o desenvolvimento capitalista engendrou na desigual dinâmica do desenvolvimento regional.

Nessa direção, o estudo e o conhecimento sobre as condições de vida e de reprodução social, assim como as práticas materiais e subjetivas estruturadoras dos modos de vida dos diferentes segmentos sociais da classe trabalhadora, em especial dos mais empobrecidos e expostos às diferentes formas de desigualdade social individual e familiar, são condição fundamental para o exercício profissional. Contudo, tal processo formativo e investigativo pressupõe a construção de perspectivas metodológicas e pedagógicas curriculares, transversais aos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares. Elas precisam ser capazes de ensinar como articular as diferentes escalas espaciais (local, municipal, estadual, metropolitana, regional, nacional, internacional), os diferentes territórios e suas tipologias (espaços urbanos, rurais, periurbanos, municípios de portes pequeno, médio e/ou grande, diferença entre município e cidade), as distintas e articuladas formas-conteúdos do espaço que se expressam material e simbolicamente através das terras, das águas e das florestas, de trabalho, de moradia e de vida, como ensinam Vianna (2008), Malheiros, Porto- Gonçalves e Michelotti (2021) e Witkoski (2010).

Acrescenta-se, ainda, a esse conjunto de desafios e tarefas, o ensino e a investigação sobre os desiguais e combinados processos de urbanização e de desenvolvimento da divisão territorial do trabalho e das relações entre as classes sociais e o Estado nas diferentes escalas territoriais da Federação. Também as distintas práticas de estruturação do espaço como a segregação socioespacial, a divisão territorial e social do trabalho, o racismo, a centralização e concentração fundiária, a conurbação, entre outras.

Tais fenômenos e relações tornam empíricos os fenômenos da reprodução social e da desigualdade nas condições vivenciadas do trabalho e da renda, da cultura, da moradia e do acesso a terra, do saneamento, da saúde, do trabalho, do transporte e da mobilidade, da educação, do lazer e do tempo livre. Assim, tornam-se concretas e localizadas, no tempo histórico e nos territórios, as dinâmicas e processos diferentes e desiguais de produção social do espaço urbano, agrário e ambiental, a reprodução social da classe trabalhadora e as formas como as políticas sociais se estruturam nos territórios quando consideradas questões, por exemplo, de financiamento e de responsabilidades federativas.

É necessário, assim, que a formação profissional fortaleça a exigência teórica e prático-política de superação da fragmentação do real pelas áreas de conhecimento, pelas leis, as políticas públicas e as diferentes formas de organização territorial de suas ações setoriais. Elas sobrepõe inúmeras divisões e representações dos territórios administrativos das políticas sociais de saúde, educação e assistência, que muitas

vezes se distanciam das dinâmicas cotidianas dos territórios de vida e das necessidades de reprodução social dos sujeitos.

De forma fundamental, a formação profissional, ao colocar em diálogo e materializar os conteúdos e os componentes curriculares responsáveis pelos três núcleos de fundamentos das diretrizes curriculares, deve compreender a questão social a partir do seu enraizamento não apenas ou, sobretudo, no Estado e no âmbito das políticas sociais. É necessário ir ao encontro da sociedade, que contém o Estado, mas não se encerra nele e no repertório de suas ações, através de uma práxis de reflexão-ação que parta também dos sujeitos que constituem e movimentam a luta de classes e as lutas sociais e protagonizam cotidianamente as contradições das relações sociais capitalistas. São estes sujeitos em suas ações que atravessam, compõem e movimentam os processos multifacetados da questão social. Esse é um desafio transversal à prática do ensino, da pesquisa e da extensão no Serviço Social e para o campo das ações do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental.

O Estado é parte dessa história, assim como é parte da frágil esfera pública que sustenta nossa tardia e sempre abalada experiência de democracia nos limites da ordem burguesa. Contudo, o Estado não encerra a história nem a esfera pública, como uma espécie de espírito absoluto hegeliano que realiza a história. Relembrando as palavras de Francisco de Oliveira (1999, p. 60), todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu quase por inteiro, da ação das classes dominadas.

Por isso, é fundamental compreender a questão social, os campos de lutas por direitos e as formas ininterruptas de suas violações, no Brasil, a partir desse longo e conflituoso processo da política, assim como de suas raízes expropriadoras e autoritárias, alimentadas tanto pela tríade capital/trabalho/terra quanto pelo racismo estrutural e o patriarcado. Esse último responsável pela invisibilização da dependência do capital frente ao trabalho de reprodução social, ou trabalho reprodutivo, não pago das mulheres, naturalizando opressões e formas de dominação e exploração, além da normalização eurocêntrica da definição de gênero, fundantes das desigualdades de gênero necessárias e construtoras do violento processo de separação entre produção e reprodução na história social do capitalismo²⁸.

²⁸ Cabe aqui indicar a contribuição de Nancy Fraser, em debate com Rahel Jaeggi, a partir de livro das duas autoras (Fraser e Jaeggi, 2020), sobre a construção social e histórica da divisão/fragmentação entre produção e reprodução social e o papel contemporâneo do trabalho de reprodução social nos processos de acumulação e gestão da crise capitalista. Nessa mesma direção, pode-se também destacar a contribuição Latino-americana de Maristela

Isso significa que a diversidade e a complexidade das relações sociais e de suas contradições se tornam mais dialéticamente compreensíveis e passíveis de tratamento teórico-metodológico e empírico pelos conteúdos concernentes aos três núcleos de fundamentação da formação e às suas transversalidades.

O potencial de concretude desta proposta está posta na sua própria forma de estruturação, quando se parte: 1) dos sujeitos e de seus territórios de vida, considerando-se a extrema diversidade e a desigualdade do desenvolvimento regional do capitalismo e da divisão social e territorial do trabalho, na sociedade brasileira; 2) da interseccionalidade das características e determinações étnico- raciais, de classe, de gênero e de diversidade sexual dos sujeitos para compreender as relações de opressão, expropriação e de exploração fundadoras da formação social brasileira, enquanto formação latino-americana; 3) da crítica aos processos de alienação subjacentes às relações capitalistas e suas representações e práticas de desenvolvimento e progresso, particularmente às dinâmicas da divisão social e territorial do trabalho, que opõem e fragmentam campo-cidade, ambiente-sociedade, escalas espaciais global/regional/local, processos e relações sociais formais/informais/ilegais, produção/reprodução social como se fossem dualidades e processos estranhos entre si, que setorizam as necessidades sociais, as dinâmicas contraditórias das relações sociais e a própria vida; e 4) do reconhecimento das profundas assimetrias e hierarquizações da colonialidade do poder e do saber sobre os processos históricos e espaciais de formação das sociedades latino-americanas que subalternizam sujeitos, suas culturas e modos de vida e seus conhecimentos sobre o real.

Notadamente, tal reconhecimento desafia a formação profissional do Serviço Social a se perguntar: qual é o lugar e qual é o papel pedagógico e cognitivo desempenhados pelo saber e as práticas populares no campo e na cidade e das populações originárias indígenas e tradicionais como quilombolas, povos extrativistas das florestas e das águas, entre outros, nos processos de ensino, pesquisa e extensão?

Mais do que um desafio, trata-se de uma exigência pensar a formação profissional e as transversalidades teóricas, metodológicas e pedagógicas dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares do Serviço Social a partir da categoria da práxis e do conceito de vida cotidiana, todos entrelaçados, mas passíveis de análise nas suas particularidades.

Svampa (2019) e de Rita Segato (2021) e suas críticas à colonialidade do poder nas relações sociais de gênero.

Há diferentes formas, conteúdos e níveis de complexidade a partir dos quais as relações sociais se expressam material e simbolicamente na realidade. Pretende-se, contudo, destacar a vida cotidiana como nível de complexidade que contém as determinações contraditórias do real. Elas se articulam no território, a partir das diferentes escalas global-regional-local dos fenômenos e das relações sociais, produzindo os processos que Santos (2004) denomina de verticalidades e horizontalidades do e no espaço.

A partir dessa perspectiva analítica é possível flagrar as determinações e as contradições da vida social a partir dos sujeitos, de suas ações materiais e simbólicas ordinárias nos territórios de vida, que organizam a dinâmica dialética de produção e reprodução das relações sociais, particularmente dos modos de vida territorializados da classe trabalhadora. Mas não somente da classe trabalhadora. Também é importante refletir sobre as formas e os modos de vida tradicionais, como, por exemplo, sobre os segmentos populacionais que se enraízam em processos sócio históricos e espaciais ancestrais, muito anteriores ao advento da sociedade capitalista nas formações sociais latino-americanas, como os diferentes povos indígenas e suas formas de organização territorial, linguística e cultural. Ou seja, a partir da questão agrária, urbana e ambiental a formação profissional pode contribuir para o aprofundamento do ensino e da investigação sobre a dialética modernidade/tradição para compreender o movimento dialético da história, da formação social brasileira, das relações sociais e da própria história do Serviço Social.

A profissão é chamada a intervir também sobre as expressões da questão social na vida das populações indígenas, fruto dos processos históricos das políticas indigenistas exterminacionistas e integracionistas (Mundukuru, 2012), exemplarmente levadas à frente durante a ditadura militar, nos anos de 1970, pelo Plano de Integração Nacional (PIN)²⁹. Ele produziu repercussão sobre os povos indígenas e também sobre os camponeses, trabalhadores rurais e as populações tradicionais ao longo de diferentes temporalidades, até hoje. Somam-se a esses processos históricos as relações sociais capitalistas representadas notadamente pelos interesses de acumulação e valorização do capital de diferentes cadeias produtivas extrativistas e monocultoras, como a cadeia extrativista da mineração, incluído o garimpo ilegal, as empresas madeireiras e a cadeia produtiva industrial do agronegócio monocultor.

²⁹ Criado para alavancar o milagre brasileiro, o PIN tinha como finalidade fazer o Brasil avançar nas regiões da Amazônia e absorver a mão de obra indígena em uma tentativa de integração nacional. Além disso, a FUNAI passou a ser o agente governamental ideal para desenvolver projetos econômicos nas áreas indígenas (Mundukuru, 2012, p.40). A esse respeito indica-se também a leitura de Ribeiro (2004) e Martins (1980; 1986; 1993).

Os grandes projetos de desenvolvimento, organizados e financiados pelo Estado e executados através de Parcerias Público Privadas (PPPs), lideradas pelo grande capital industrial da construção civil pesada, no campo energético – como a construção de usinas hidrelétricas, a exemplo da usina de Belo Monte – e no âmbito da infraestrutura – como a construção de estradas e outras infraestruturas de transporte de cargas e/ou pessoas – vêm aprofundar os conflitos fundiários e ambientais sobre as terras e os modos de vida de diferentes povos indígenas. Para além dos povos indígenas, atinge também camponeses e trabalhadoras/es da agricultura familiar baseada na pequena propriedade rural, tanto no Brasil como em outros territórios e nações da América Latina.

O conjunto desses elementos compõe a história social da terra e de seus sujeitos, conteúdo fundamental para a formação profissional do Serviço Social, pois constitui fundamento para a compreensão da formação social brasileira e das expressões da questão social a partir da tríade capital/trabalho/terra. Esta compreensão é alicerce para o entendimento e a análise das relações sociais capitalistas, da formação política das chamadas questão agrária, urbana e ambiental, a partir dos conflitos sociais, culturais, étnico-raciais e de classe que estão na base do surgimento dos sujeitos políticos. Tais sujeitos precisam ser considerados em seus protagonismos na luta, tanto pela autodeterminação dos povos originários e tradicionais, mas, inclusive, pela construção de um projeto societário anticapitalista e emancipador das relações sociais de exploração, opressão e expropriação.

A intervenção profissional no âmbito da questão indígena, por exemplo, encontra-se determinada e mediada pelas requisições criadas para o trabalho profissional que podem estar circunscritas ao âmbito sócio institucional das políticas públicas. Elas ainda se interseccionam ao âmbito das requisições criadas a partir de organizações que representam interesses da sociedade civil, notadamente os interesses indígenas. Tais requisições e vinculações de trabalho do assistente social também podem definir distintas experiências de relações e de condições de trabalho, assim como de exercício da autonomia relativa profissional.

Destacam-se alguns elementos que operam como determinantes e mediações do trabalho profissional do assistente social 1) a forma como as sociedades e as populações indígenas se distribuem territorialmente e se organizam linguisticamente, economicamente, culturalmente e de maneira a preservar as suas distintas tradições e crenças cosmogônicas; 2) o grau real/factual e não apenas formal de proteção às suas condições de vida e modos de vida, através de tratados internacionais – a exemplo da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) e a Declaração das

Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) –, de marcos legais (constitucionais ou infraconstitucionais) e/ou institucionais de políticas públicas como as políticas sociais e fundiárias; 3) a existência e a regularidade de processos de violação de direitos que aprofundam e/ou desencadeiam experiências de desigualdade individual, familiar ou que alcançam todo grupo étnico, como as que se expressam em conflitos e impactos fundiários e ambientais causados pelas atividades econômicas das cadeias produtivas e dos projetos de desenvolvimento já mencionados, que podem levar à desterritorialização forçada, indutora de fluxos migratórios em maior ou menor escala, à perda e fragilização das referências culturais, materiais e simbólicas com a terra, a natureza, com as práticas econômicas de subsistência social e com as referências étnicas e culturais originárias; 4) a auto-organização indígena, por meio dos diferentes movimentos que atuam em escalas territoriais distintas, responsável pelo o que Munduruku (2012) chama de caráter educativo do movimento indígena.

Esse caráter político-pedagógico educador da auto-organização e do protagonismo indígena produziu alterações significativas na política indigenista, a partir da constituição de 1988, que estabeleceu um conjunto de direitos constitucionais até então inexistentes.

No capítulo dedicado aos povos indígenas, é possível identificar a nova orientação que daria base a uma política indigenista não mais baseada em visões europeias, mas defensora do multiculturalismo e do pluralismo jurídico, ao reconhecer a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições como direitos subjetivos dos povos indígenas. Além disso, garante os direitos originários às suas terras tradicionais, baseados no instituto do indigenato, isto é, trata-se de direito primário e congênito à posse territorial, independente de legitimação. (...) No entanto, talvez, o aspecto mais importante da Constituição neste capítulo seja a promoção do protagonismo dos povos indígenas, quando admite, no artigo 232, legitimidade processual aos índios, bem como a suas comunidades e organizações, na defesa de seus direitos e interesses, assegurada a intervenção do Ministério Público em todos os atos do processo (Munduruku, 2012, p.37).

Não obstante os limites do direito e da própria democracia na sociedade burguesa, pode-se interpretar o conjunto das garantias e dos direitos formais dos povos indígenas, notadamente desde 1988, como capacidade de ressignificação da resistência e da sobrevivência, a partir do que Darcy Ribeiro conceitua como transfiguração étnica (Ribeiro, 2015).

Apesar de a importância do conjunto dos elementos destacados sobre o campo da questão indígena, o protagonismo de seus sujeitos e o trabalho profissional, é necessário observar o real tamanho dos desafios para a superação da relação

incipiente do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e das diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social e seus projetos político-pedagógicos para com esse campo de relações sociais e de sujeitos históricos.

Isso porque as estratégias nacionais de ensino, de pesquisa e de extensão estimuladas e assumidas pela ABEPSS, no diálogo com as instituições formadoras e os grupos temáticos de pesquisa, não podem se resumir a criação de conteúdos marginais, periféricos nas estruturas curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social ou na pós-graduação. É necessária a criação de estratégias pedagógicas e formativas que estimulem a pensar a implementação dos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares. Isso deve ser feito partir da visibilização e do reconhecimento dos povos originários indígenas e dos diferentes grupos e segmentos sociais das populações tradicionais, com destaque para as comunidades quilombolas. Da mesma forma, deve-se tomar em conta a questão pertinente às particularidades do ensino, da pesquisa e da extensão em Serviço Social para a implementação e a defesa do projeto ético-político do Serviço Social que já surgiu na contracorrente da perspectiva capitalista neoliberal, visto que tomou por base a necessária compreensão da questão social e à defesa de direitos conquistados, como os que se expressam nas políticas sociais.

Esse é o caso, por exemplo, da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, integrante da Política Nacional de Saúde, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009), da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta³⁰ (2011). De forma mais recente³¹, cita-se a

³⁰ Segundo o Ministério da Saúde, “As populações do campo e da floresta são caracterizadas por povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com a terra. Neste contexto estão os camponeses, sejam eles agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários que residam ou não no campo. Estão ainda as comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, quilombolas e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas e ainda as populações atingidas por barragens, entre outras”. (Brasil. Ministério da Saúde, 2013, p. 8)

³¹ Destaca-se a ação do antigo Ministério do Desenvolvimento Social, em 2016, de publicação do material Trabalho Social Com Famílias Indígenas: Proteção Social Básica Para Uma Oferta Culturalmente Adequada. Cabe destacar que a criação tanto do Guia de Orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, quanto da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, referências fundamentais no campo da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, muito residualmente considerou a atenção à população indígena, sem referências críticas e substanciais para o trabalho social na direção da garantia de direitos. O Guia de Orientação Técnica nº 1- Proteção Social Básica de Assistência Social (2005), menciona o trabalho com famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, mas sem uma fundamentação teórico-metodológica, política e técnico-operativa que problematize o sentido de tal ação no conjunto das relações sociais da formação brasileira, do sistema de defesa e garantia de direitos indígenas e da Seguridade Social e das formas de desigualdade social.

extensão e a adequação cultural da Política Nacional de Assistência Social ao trabalho com famílias indígenas, como no caso da territorialização da rede de proteção social local do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também em áreas indígenas, por exemplo, pelos equipamentos da atenção básica como o CRAS. No âmbito da educação, cita-se as ações da educação escolar indígena, da educação comunitária indígena e da inclusão indígena na política de cotas para acesso às universidades. A educação do campo é outro exemplo, ainda que combatida pelo Estado burguês desde o seu surgimento.

Transversal a todas essas políticas sociais, pode-se destacar a defesa dos direitos humanos, conforme marcos legais nacionais e internacionais, e os direitos fundiários e ambientais, constantemente violados, o que demanda atuação profissional interdisciplinar, intersetorial, enraizada nos territórios de vida. Isso deve ser realizado de forma dialógica, no sentido de Paulo Freire (2011 e 2014), para agir com e não pelas/os indígenas, pelos povos tradicionais e pela classe trabalhadora – categoria mais ampla que conforma os segmentos particulares suprerreferenciados –, mas fortalecendo seus direitos, sua autonomia, autodeterminação e protagonismo.

É importante enfatizar que a práxis dos sujeitos exige uma dimensão mais apurada de observação, investigação e intervenção, que demanda a proximidade das práticas pedagógicas da formação profissional em relação aos lugares/territórios. Eles não podem ser conhecidos na sua complexidade por um olhar de sobrevôo ou apenas decalcando as determinações mais gerais das relações sociais sobre as referidas práxis e seus territórios.

Logo, há que se problematizar criticamente se a implementação dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares na formação profissional do Serviço Social e a trajetória da produção teórica do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social, têm sido acompanhadas e alimentadas pelo estudo, a investigação e o ensino da vida cotidiana da classe trabalhadora e da diversidade social e cultural das populações tradicionais indígenas e não indígenas, na historicidade e na contemporaneidade das relações sociais capitalistas.

Da mesma forma, é necessário ensinar criticamente a superar a associação da vida cotidiana, da cultura popular, bem como dos saberes e práticas tradicionais e ancestrais ao que lhe contradiz, à alienação, ao repetitivo da práxis e ao não-saber ou a um saber subalternizado. As contradições não se associam, não formam processos consorciados, pelo contrário, elas se interseccionam dialéticamente com base em seus próprios antagonismos. Daí a importância da formação profissional trazer o cotidiano e

a cultura para o campo da reflexão científica sobre o fazer história e o fazer das práticas socioespaciais, partindo dos sujeitos concretos da questão agrária, urbana e ambiental. É a partir disso que se pode pensar e propor conteúdos e componentes curriculares e estratégias pedagógicas na implementação dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares.

Atribuir tal centralidade aos sujeitos na história, do ponto de vista cognitivo, significa partir do movimento dialético das contradições destes sujeitos simples, do seu cotidiano, que é onde também enfrentam o estranhamento de si mesmos, a fragmentação, o silenciamento, o descompasso consigo, com a realidade e com sua própria história (Martins, 2010).

É desde este lugar que se entende o papel da formação em Serviço Social: a mediação entre o sujeito, a realidade e a história, construindo reencontros a partir dos quais seja possível pensar, propor e construir para transformar a realidade. Portanto, esta é a tarefa do/a educador/a: capturar os engodos destes caminhos tortuosos, que resultam, inclusive, das privações da riqueza socialmente produzida, e contribuir para que se tome outra vereda, que é da práxis do reencontro consigo, com sua história e realidade, com o sonho e a possibilidade de juntos construir outros profícuos caminhos cotidianos da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sínteses apresentadas neste documento são fruto de um compromisso de educador/as e pesquisador/as com a formação profissional em Serviço Social que, a partir de uma abordagem de totalidade, identifica a necessidade de aprofundamentos temáticos. Há um esforço intelectual permanente para a construção de mediações entre a estrutura da produção social e das relações sociais e a conjuntura nacional e internacional e seus efeitos sobre a questão urbana, agrária e ambiental, considerando a luta de classes e as opressões e desigualdades de raça e etnia, gênero e sexualidade, a questão geracional e toda e qualquer forma de preconceito que incide sobre a vida cotidiana, sobre o acesso aos direitos aviltando as possibilidades da emancipação humana.

Como todo documento, este é historicamente datado e marcado por um contexto de crescimento de governos de ultradireita eleitos democraticamente para a

condução de políticas econômicas, culturais, ambientais e sociais que se caracterizam pelo estímulo ao ódio de classe, de gênero, racial, religioso, pelo negacionismo da ciência, justamente em um momento em que o aquecimento global causa efeitos destrutivos cada vez mais frequentes e intensos, produtos do próprio modo de produção. As contradições do sistema-mundo capitalista se aprofundam e a saída do capital tem sido a de mercantilização da vida. Os bens naturais são capturados, degradados e se esvaem, aumentando a fauna e a flora em extinção, colocando ecossistemas em rota de destruição, ao mesmo tempo em que há um aumento do uso da tecnologia em concomitância com a precarização do trabalho e das formas análogas à escravidão. Assim, as classes sociais, as populações em seus territórios vivenciam de forma desigual os efeitos deletérios do modo de produção em vigência. Contudo, há luta e resistência popular na defesa da vida e da sua riqueza sociobiodiversa, com sua pluralidade e diversidade de formas de viver, de produzir, de existir.

Destarte, a formação profissional de assistentes sociais precisa avançar nas análises teórico-metodológicas sobre os desafios urbanos, agrários e ambientais vigentes. Com isso deve renovar o projeto ético-político que precisa ser materializado em projetos de atuação profissional com arsenal técnico-operativo que potencialize o trabalho profissional comprometido com as lutas emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. Brasília: ABEPSS, novembro de 2009.

ABEPSS. **A questão ambiental e indígena em tempos de pandemia**. Projeto ABEPSS ao Vivo. 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5LHGcjCMBSc>. Acesso em: 21/10/2021.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Edição comemorativa trilingue. 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2021-b. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em 02/12/2021.

ABEPSS. Ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. **Temporalis**, n. 24, Brasília: ABEPSS, 2012.

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Aprovado em 2008 e alterações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária em 2017. Brasília: ABEPSS, 2018-a. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/estatuto_abepss_2017-201710061735536442160.pdf. Acesso em 15/02/2022

ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Brasília: ABEPSS, 2020-a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em 14/02/2021.

ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante**. Histórico. Brasília: ABEPSS, 2020-b. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>. Acesso em 14/12/2020.

ABEPSS. **Relatório do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. Biênio 2013-2014. Brasília: ABEPSS, 2014. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/questao_agraria_urbana_e_rural_final-201808221702337398150.pdf. Acesso em 20/09/2020.

ABEPSS. **Relatório GTP ABEPSS Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. Biênio 2017-2018. Brasília: ABEPSS, 2018-b. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/questao-agraria_relatorio-final-da-coordenacao-do-gtp-qaua_20172018-201912021625300884390.pdf. Acesso em 15/02/2022.

ABEPSS. **Relatório GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. Biênio 2015-2016. Brasília: ABEPSS, 2016. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio_gtp_questao_urbana_20142016_fina_comanexos-201810301533490247190.pdf. Acesso em 15/02/2022.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. Vitória, ABEPSS, dezembro de 2018-b. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_questao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 22/08/2021.

ABEPSS. **Terra, conflitos e lutas no campo, na cidade e na floresta**: debate da questão social na perspectiva das Diretrizes Curriculares do Serviço Social. Projeto ABEPSS ao Vivo. 25 de agosto de 2021-a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5KgDYngToCc>. Acesso em: 21/10/2021.

ABESS. CADERNOS ABESS. n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

ABREU, Marina M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as Diretrizes Curriculares de 1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: Oliveira e Silva, Maria Liduina (org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ALENTEJANO, P. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-30, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52451>. Acesso em: 18/09/2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólem, 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: _____. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BEZERRA, Cristina *et al* (org.). O serviço social e as dimensões agrária, urbana e ambiental articuladas na particularidade histórica. SANTANA, Joana Valente (org.). **Habitação e serviço social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 71-88.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CARDOSO, Isabel C. C. A Produção Social do Espaço e Seus Campos Cegos: o desafio de seguir com e além de Lefebvre. In: CARDOSO, Isabel C. C. e BRANDT, Daniele B. (Orgs.). **Produção do espaço, vida cotidiana e serviço social: diálogos com e além de Henri Lefebvre**. Uberlândia: Editora Navegando, 2022. [no prelo].

CARDOSO, Isabel. Fundamentos do Trabalho profissional do assistente social: questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana (org.). **Habitação e Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2018.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 10. ed. São Paulo: Circulo do livro, 1980.

CERQUEIRA, D. *et al*. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP; IPEA, 2021.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Chaves. Pobreza x Inclusão Social: dilemas e desafios político, social e ambiental. **Revista ESMAT**: Palmas, 2018.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. **Em pauta**. Rio de Janeiro, n.31, v.11, p.21-37, 1, sem, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7556/5495>. Acesso em: 03/07/2022.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. In Revista Outubro, N. 05. São Paulo, Instituto de Estudo Socialistas, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 18/09/2022.

COELHO, Perci; DALMORO, Maristela GRAÇA e SILVA, Maria das. **Apresentação ENPES, GTP Questão agrária, urbana e ambiental, 2012**. [Apresentação em software PowerPoint disponibilizada pelos autores].

CRESS 7ª REGIÃO. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. In **Assistente Social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções, vol I, 5. ed.

revista e atualizada, 2008.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro, Difel, 2018.

FRANCO, Marielle. **UPP**. A redução da favela a três letras. Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: N-1 edições, 2018.

FRASER, Nancy e JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIRARDI, E.P. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dimensionamento emergencial de população residente em áreas indígenas e quilombolas para ações de enfrentamento à pandemia provocada pelo Coronavírus – 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101859.pdf>. Acesso em: 30/04/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 29/02/2021.

JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica**. Capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MALHEIROS, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**. Para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Tradução: A. Castro. 2. ed. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. O cerco das

terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo, Editora Bertrand, Livro 1, volume II, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista. Tradução Rubens Enderle; Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017-a.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. Debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017-b.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MEC-SESU. Coordenação da Comissão de Especialistas de Ensino. Comissão de Especialistas de Ensino (CCEE). Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social (Coness). **Diretrizes Curriculares Curso Serviço Social**. Brasília, Fev. de 1999. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**. Resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A luta de classes no campo e a luta por Reforma Agrária Popular**. O Caderno de Formação n. 53. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-53-a-luta-de-classes-no-campo-e-a-luta-por-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 21/04/2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Documentos de uma militância Pan-Africanista. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

OCDE, **Health at a Glance 2015**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/health_glance-2015-en. Acesso em: 21/12/2020.

OCDE. **Education of Glance 2017**: OCDE indicators. Paris: OCDE publishing, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>. Acesso em: 21/12/2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria C. (orgs). **Os sentidos da democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte

político dos povos indígenas no nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Atlas das terras indígenas do Nordeste**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, PETI/Projeto de Estudos sobre terras indígenas no Brasil, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos —índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

ONU BRASIL, Nações Unidas no Brasil. **Relatório trabalho escravo**. Brasília, abril de 2016.

ONU. **Número de pessoas afetadas pela fome sobe para 828 milhões em 2021**. ONU/Brasil, 06 de julho de 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189062-numero-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milhoes-em-2021>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

ONU. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2017**. Relatório UnWater, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W.. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **Revista GeoGraphia**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, vol.8, n.16, 2006.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VigiSAN**. Relatório Final. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

SACHS, I. **Brasil rural**: da redescoberta à invenção. Estudos Avançados, v.15, n.43, p. 75-82. 2001.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: Crescer sem Destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANT'ANA, Raquel Santos, SILVA, José Fernando Siqueira da Silva. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 351-372, jul./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas>.

SANT'ANA, Raquel. Diretrizes curriculares e questão agrária. **Temporalis**, ano 19, n.37. Brasília, jan/jun, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24060>. Acesso em: 12/02/2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Edusp, 2004.

SANTOS, Wanderley G.. **Cidadania e justiça**. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das

Letras, 2019.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Um esforço de investigação sobre a prática do Serviço Social no Brasil. In: **Cadernos ABESS**. Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, set. 1993, p. 78-89.

SILVA, Ademir Alves da et al. Revisão curricular do Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**. Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, set. 1993, p. 147-156.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. Prefácio. Wallace, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.

SOUZA, Renata. **Cria da favela: resistência à militarização da vida**. São Paulo, Boitempo, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo, Elefante, 2019.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**. Populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Quito-Ecuador . Ediciones Abya-Yala, 2017. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/385.pdf> .Acesso em: 13/04/2020.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**. Os camponeses amazônicos e formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume, 2010.

SOBRE AS/ OS AUTORAS/ES E CONTRIBUIÇÕES NA PRODUÇÃO DO DOCUMENTO

Isabel Cristina da Costa Cardoso: Assistente Social. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora Associada dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Coordenadora do UrbanoSS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social da FSS/UERJ, Coordenadora do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) da ABEPSS, biênio 2020-2022.

Na elaboração do documento: participou na construção da estrutura do texto, das reuniões e dos seminários de discussão desde 2020; escreveu o segmento do texto da Parte II 2.3.1 Problematização das expressões da questão social a partir dos sujeitos das relações sociais agrárias, urbanas e ambientais, em coautoria com a professora Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves; redigiu o segmento 2.3.2 Limites, desafios e tarefas da produção teórica do GTP QAUASS e da formação profissional frente à centralidade dos sujeitos históricos da questão agrária, urbana e ambiental; participou da leitura do texto na íntegra em diálogo com as/os demais autoras/es; realizou a consolidação do texto final e contribuiu na organização final do manuscrito em sua versão de 2022.

Mailiz Garibotti Lusa: Assistente Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UFSC. Foi professora dos Cursos de Serviço Social da UFAL (2010-2014) e da UFRGS (2014-2021). É coordenadora do Grupo Terra, Trabalho e Resistência da UFSC, onde desenvolve projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão sobre a questão agrária, as ruralidades e a formação profissional em Serviço Social. Coordenadora do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) da ABEPSS, biênio 2020-2022.

Na elaboração do documento: participou na construção da estrutura do texto, das reuniões e dos seminários de discussão desde 2020; escreveu o segmento do texto da Parte II 2.1 Os fundamentos da realidade social e respectivos subitens; participou da leitura do texto na íntegra em diálogo com as/os demais autoras/es; elaborou a apresentação do documento; organizou este item sobre as/ os autoras/es; contribuiu de forma geral na produção do documento; contribuiu na organização final do manuscrito em sua versão de 2022; participou da equipe de revisão do documento em 2025, coordenando os trabalhos, realizando os ajustes da revisão textual, a revisão

das referências e finalização do texto do documento.

Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves: Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas, vinculada ao Departamento de Serviço Social, ao Programa de Pós-graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, ao Programa de Pós-graduação em Biotecnologia; Doutora em Política Científica e Tecnológica (Interdisciplinar) pela UNICAMP e em *Processus d'Innovation Changements Organisationnel no Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Devellopment* (CIRED), Paris/França. Coordenadora do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) da ABEPSS, biênio 2021-2022.

Na elaboração do documento: contribuiu nos debates sobre os conteúdos e sua estrutura, das reuniões e dos seminários de discussão a partir de 2021; escreveu o segmento do texto da Parte II 2.3.1 Problemática das expressões da questão social a partir dos sujeitos das relações sociais agrárias, urbanas e ambientais em coautoria com a professora Isabel Cristina da Costa Cardoso; participou das reuniões e dos Seminários de construção do documento a partir de 2021; participou da equipe de revisão do documento em 2025 e realizou sua revisão final.

Matheus Thomaz: Assistente Social, Doutor em Ciências Ambientais. Professor Adjunto do Curso de Serviço Social ESR/UFF/ Campos dos Goytacazes. Vice Coordenador do Curso de Serviço Social ESR/UFF/ Campos dos Goytacazes. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). Coordenador do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTP QAUASS) da ABEPSS, biênio 2021-2022.

Na elaboração do documento: contribuiu nos debates sobre os conteúdos e sua estrutura; contribuiu na revisão coletiva do texto submetido ao Pré-Colóquio.

Raquel Santos Sant'Ana: Assistente Social. Doutora e livre docente em Serviço Social. Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca – UNESP. Coordena o Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), Grupo Interdisciplinar de Extensão Universitária que atua junto aos movimentos sociais da região de Franca e Ribeirão Preto, SP. Foi Coordenadora do GTP QUASS da ABEPSS, biênio 2019-2020.

Na elaboração do documento: participou na construção da estrutura do texto, das reuniões e do seminário de discussão no ano de 2020; escreveu o segmento do texto da Parte II, item 2.2 Trabalho e formação profissional e respectivos subitens em coautoria com a professora Suenya Santos da Cruz.

Sandra Helena Ribeiro Cruz: Assistente Social, Doutora em Ciência Socioambiental,

Professora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e da Faculdade de Serviço Social da UFPA; professora pesquisadora do GPPUMA/UFPA. Membro da Coordenação Ampliada do GTPQUASS da ABEPSS, biênio 2021-2022.

Na elaboração do documento: contribuiu nos debates sobre os conteúdos e sua estrutura; contribuiu na revisão coletiva do texto submetido ao Pré-Colóquio.

Suenya Santos da Cruz: Assistente social. Professora Associada 2 do curso de Serviço Social/RIR/UFF/Rio das Ostras, Coordenadora do Núcleo de Estudos em Agroecologia Coletivo Humanista Autogestionário Interdisciplinar de Agroecologia (NEA CHAIA), que reúne o Programa de Extensão Semeando Agroecologia no campo e na cidade e pesquisa sobre feminismo e agroecologia, sobre conflitos fundiários e socioambientais e sobre políticas públicas e iniciativas autogestionárias no campo da segurança alimentar e nutricional. Participa da Articulação Rede Agroecologia SerraMar. Membro da Coordenação Ampliada do GTPQUASS da ABEPSS, biênio 2021-2022.

Na elaboração do documento: participou na construção da estrutura do texto, das reuniões e dos seminários de discussão desde 2020; escreveu o segmento do texto da Parte II, item 2.2 Trabalho e formação profissional e respectivos subitens em coautoria com a professora Raquel Sant'Anna; participou da leitura do texto na íntegra em diálogo com as/os demais autoras/es; elaborou o levantamento das produções relacionados às ênfases do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social no XVI ENPESS (2018) constante como anexo do documento; participou da equipe de revisão do documento em 2025 e realizou sua revisão final.

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz: Assistente social. Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista. Vice coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social e coordenadora coletiva do Projeto de Extensão Práticas Sociais Urbanas, desenvolvido na região da Baixada Santista. Membro da Coordenação Ampliada do GTPQUASS da ABEPSS, biênio 2021-2022.

Na elaboração do documento: participou na construção da estrutura do texto, das reuniões e dos seminários de discussão desde 2020; elaborou a Parte I – Memória histórica do GTP: diálogo com os princípios das Diretrizes Curriculares; participou da leitura do texto na íntegra em diálogo com as/os demais autoras/es; participou da equipe de revisão do documento em 2025 e realizou sua revisão final.

ANEXO

Levantamento das produções relacionados às ênfases do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social no XVI ENPESS (2018)³²

Apresentação sobre o procedimento metodológico do presente levantamento

O levantamento se baseou nos títulos dos trabalhos apresentados, independentemente do eixo temático ao qual foi submetido. Dessa forma, se não há de forma explícita a menção às temáticas pertinentes a este GTP, pode ser que tenha algum artigo que não tenha sido contemplado neste levantamento. À exceção da mesa coordenada cujo título não fazia referência direta às temáticas do GTP. Contudo, a docente que realizou o presente levantamento, teve artigo em coautoria submetida na referida mesa, o que possibilitou incluí-la no mapeamento.

Com relação às principais referências bibliográficas, considerou-se como critério as que foram citadas mais de uma vez e as mais conhecidas no âmbito acadêmico, seja no Serviço Social, seja em outras áreas do conhecimento. As que constaram nas referências apenas uma vez em um trabalho, mas posteriormente foi aparecendo também em outros, foram sendo incorporadas nos registros subsequentes.

A sistematização do levantamento foi organizada com base nas modalidades mesas-coordenadas e apresentação oral, articulado aos eixos temáticos do XVI ENPESS, relacionados às temáticas agrária, urbana e ambiental, suas ênfases e subtemas/subeixos. No início de cada quadro de sistematização está identificada a modalidade, o eixo temático e o subtema, se houver.

³² Este levantamento foi realizado e suas informações sistematizadas pela Profa. Dra. Suenya Santos com base nos anais do XVI ENPESS (2018) [v. 16 n. 1 (2018): Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social], disponíveis no site da ABEPSS [<https://periodicos.ufes.br/abepss>].

Modalidade de apresentação: **Mesas coordenadas**

Eixo temático: **Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social**

Serviço Social, direito à moradia e à cidade: nosso legado crítico e os desafios contemporâneos da resistência (805)

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do serviço social	Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Rosângela Dias Oliveira da Paz	Este texto aborda o trabalho social na política habitacional, considerando seu registro histórico e os desafios impostos pelas mudanças sociais e econômicas ocorridas no cenário brasileiro e mundial. Ao resgatar a relevância do trabalho social no desenvolvimento de projetos habitacionais, afirma o lugar do serviço social e sua atuação de forma a viabilizar o acesso de segmentos da classe trabalhadora ao direito à moradia digna, pela mediação da política habitacional e das políticas sociais, com a implementação de serviços com qualidade e mobilizando os sujeitos sociais em processos participativos e de organização popular.	Ana Elizabete Mota, David Harvey, Ermínia Maricato, Marilda Iamamoto, Rosângela Paz	UNIFESP-BAIXADA SANTISTA PUC/SP
O urbano no contexto de ofensiva do capital: formas de resistência a partir da memória e da história do Serviço Social no campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia.	Isabel Cristina da Costa Cardoso	O texto analisa os desafios do tempo presente no campo da política de habitação e da defesa do direito à moradia, que repercutem sobre o trabalho profissional, e propõe dialogar com a história e a memória do Serviço Social no referido campo sócio-institucional e político para pensar formas de resistência e de proposição à práxis profissional.	Ana Elizabete Mota, Ariovaldo Oliveira, David Harvey, Francisco de Oliveira, Henri Lefebvre, Isabel Cardoso, José de Souza Martins, Marilda Iamamoto, Ricardo Antunes	UERJ

Racismo, classismo e sexismo: sobre a permanente dimensão punitiva do Estado na formação espacial.	Tatiana Dahmer Pereira, Silvia Cristina De Sousa Carvalho	Refletimos sobre tendência originária da formação urbano-industrial brasileira, exercida por ações estatais desde a estrutura colonial. Essa origem nos expõe dimensão fortemente punitiva e coercitiva sobre determinado público nas cidades, as pessoas negras. A formação social e espacial urbana brasileira, nos marcos de uma sociedade escravista colonial, desdobra-se em políticas institucionais naturalizadoras do racismo, do classismo e do sexismo, distantes das promessas do Estado protetor. Demarca características históricas muito específicas do perfil estatal para com as populações negras nas cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro – onde o Estado permanentemente mais exerceu práticas discriminatórias e violentas do que protetivas.	Achille Mbembe, Anibal Quijano, Francisco de Oliveira, Jurema Werneck, Lélia Gonzales, Magali Almeida, Silvia Cristina Carvalho, Sueli Carneiro	UFF UFRJ
Crise do capital e do estado, crescimento do contingente supérfluo da força de trabalho nas cidades e os dilemas contemporâneos do serviço social: notas introdutórias	Paulo Vitor Moreira Da Silva, Viviane Souza Pereira, Marina Barbosa Pinto, Elizete Menegat	As formas de produção de mercadorias, a configuração das classes sociais, a realidade urbana, o reordenamento do Estado e das políticas de proteção social, os desafios postos ao Serviço Social e as expressões atuais e multifacetadas da questão social, se situam no centro de nossas reflexões enquanto grupo de pesquisa. Neste trabalho procuramos explicitar elementos essenciais que sintetizam nossa compreensão da crise, de seu alcance e determinantes fundamentais para as classes, para o Estado e a profissão. Trata-se de um fragmento de uma longa reflexão em curso. Portanto, não existe nenhuma pretensão de esgotarmos a discussão. Ao contrário, objetivamos tão somente pautá-la para que	David Harvey, Graça Druck, Francisco de Oliveira, Karl Marx, Mike Davis, Robert Kurz	UFJF

		possamos estabelecer redes de trocas no sentido de ampliá-la e qualificá-la.		
Formação profissional em serviço social e lutas pelo direito à cidade: trajetória do Programa de Apoio à Reforma Urbana/PARU/UFGPA na Região Metropolitana de Belém/PA	Welson De Sousa Cardoso, Joana Valente Santana, Nádia Socorro Fialho Nascimento, Roselene De Souza Portela, Sandra Helena Ribeiro Cruz	Se apresenta aqui a experiência de formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFGPA), centrada nas lutas sociais pelo direito à cidade no contexto da Região Metropolitana de Belém (RMB), através do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), que agrega projetos de ensino, extensão e pesquisa, fundamentados no processo de assessoria aos movimentos populares urbanos. Ao revelar essa experiência no processo de formação profissional numa instituição universitária pública, busca ressaltar a atualidade do princípio da indissociabilidade entre ensino-extensão-pesquisa ao responder às demandas (ins)urgentes de movimentos sociais pelo direito à cidade na Amazônia.	Joana Valente, Katia Marro, Maria Inês Souza Bravo, Marilda lamamoto, Maurílio Castro de Matos, Nadia Fialho Nascimento	UFGPA

Cidades, desastres e políticas urbanas (1685)

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL

Outras perspectivas para o exercício profissional de assistentes sociais na gestão de desastres	Adriana Soares Dutra	Historicamente voltado para o atendimento da população após a ocorrência de impactos, o exercício profissional de assistentes sociais nos desastres mantém-se reforçando características presentes desde a sua gênese, como o caráter subalterno e a ênfase na dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões profissionais. O presente artigo constitui-se de uma breve apresentação dos resultados alcançados no processo de doutoramento que, ao demonstrar estes traços, propõe contribuir para sua alteração, buscando maior alinhamento entre as ações desenvolvidas por assistentes sociais na gestão de desastres e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.	Ana Maria Vasconcelos, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto	UFRJ
Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos: desastre e resistência – a voz dos atingidos em Mariana/MG	Maria Auxiliadora Ramos Vargas	A abordagem dos desastres pelas Ciências Sociais vem representando o desafio de problematizar a sua interpretação hegemonizada, considerando sua forte apropriação pelas chamadas ciências duras. Tal esforço tem permitido desvelar a existência de uma disputa pela sua apropriação e a presença de estratégias discursivas e práticas que marcam os posicionamentos dos diferentes atores sociais envolvidos, evidenciando diversidade e complexidade. Este artigo pretende abrir reflexões em torno de uma forma específica de resistência e denúncia, originada do sofrimento social que tem marcado a experiência de grupos específicos, tendo por foco os afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana/MG.	Enrico Quarantelli, Henri Acselrad, Norma Valencio	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – CAMPUS JUIZ DE FORA/MG
A construção e intensificação dos	Tatiana Dahmer Pereira, Luana Fernandes Dos	Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado e tem como objetivo tecer algumas considerações	Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes,	UFF

desastres ambientais na era do capitalismo monopolista.	Santos Azeredo	sobre a influência do Capitalismo Monopolista na construção e intensificação dos processos de Desastres Ambientais. Conclui-se que a radicalização dos imperativos capitalistas tem agravado os contextos de desastres ambientais em função tanto do esgotamento dos recursos não renováveis do planeta, quanto da construção de uma base social vulnerável propícia para a ocorrência dos desastres. Um dos fatores determinantes para a construção dessa base tem sido a manutenção da dependência dos países periféricos que, por tal condição, vêm incorporando o discurso do desenvolvimento pregado pelos países centrais.	José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Michael Löwy, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos	
Desastres e favelas cariocas: a cobertura midiática das chuvas de 2010	Rafael Soares Gonçalves	O projeto de retorno das remoções de favelas na cidade ficou ainda mais notório depois das chuvas que devastaram a cidade na noite do dia 5 de abril de 2010. Ainda sob o choque da comoção após as chuvas, a mídia anunciou projetos da prefeitura do Rio de Janeiro de retomar a remoção em massa de favelas. O presente artigo pretende analisar a cobertura de jornais das chuvas de 2010 a partir do acervo levantado por membros do Núcleo de Terras e Habitações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A nossa hipótese central repousa sobre a ideia que desastres mobilizam a opinião pública e, no caso das favelas cariocas, recolocaram em pauta as remoções na gramática política local. O artigo analisará, primeiramente, a discussão de risco ambiental e a sua utilização para legitimar políticas de remoção. A partir das reportagens, analisaremos, posteriormente, a instrumentalização da noção de risco ambiental e, por fim, como essa noção vem sendo utilizada para culpabilizar os afetados pelas chuvas.	Enrico Quarantelli, Henri Acselrad, Norma Valencio	PUC/RJ
Tragédias anunciadas:	Caroline Crespo Do	Este artigo apresenta uma análise dos conflitos	Antenora Siqueira, Arthur	UFF/CAMPOS

conflitos sociais em contexto de desastre ambiental em Campos dos Goytacazes/rj.	Nascimento, Paula Simão Sarmento Alexandre, Luana Fernandes Dos Santos Azeredo, Antenora Maria Da Mata Siqueira	sociais identificados em processos de desastres ambientais, a partir da base de dados de um observatório sobre desastres, plataforma virtual e física, resultado de uma pesquisa interdisciplinar que realizou um mapeamento sobre desastres relacionados à água no norte do estado do Rio de Janeiro. Para ilustrar, serão apresentados os conflitos evidenciados em duas diferentes localidades. Identificaram-se diferentes formas de enfrentamento dos atingidos nesses contextos, bem como a ocorrência de desastres com crise anunciada.	Soffiati, Michael Löwy.	
--	--	--	-------------------------	--

Eixo temático: **Trabalho, questão social e Serviço Social**

América Latina, crise do capital e destruição de direitos: a realidade brasileira em debate (1406)

Políticas públicas agrárias agrícolas no governo temer: a agudização da desigualdade no campo.	Suenya Santos, Raquel Santos Sant Ana, Maristela Dal Moro, Lívia Hernandes Carvalho, Gabriela Abrahão Masson	Este artigo mostra os retrocessos nas políticas públicas agrárias e agrícolas no governo Temer e as consequências para as populações camponesas e para a sociedade. Historicamente, os diversos governos beneficiaram latifundiários e empresários agrícolas. As maiores evidências desse processo são: permanência de uma estrutura agrária extremamente concentrada e, um nível intenso de conflitividade no campo. Nos governos do PT as condições estruturais permaneceram as mesmas e os investimentos seguiram priorizando o agronegócio, mas algumas políticas foram construídas de maneira a contemplar povos tradicionais e os camponeses. E são essas medidas que estão sendo desmontadas num ritmo avassalador no governo	Ariovaldo Oliveira, Bernardo Fernandes, Florestan Fernandes, Sérgio Sauer, Maria das Graças Lustosa	UFF/CURO UFRJ UNESP-FRANCA UFTM
--	--	--	--	--

		Temer.		
--	--	--------	--	--

Obs: Esse trabalho só pode ser identificado porque a pessoa que fez o levantamento foi uma das autoras, pois o nome da mesa coordenada não explicita que tais temáticas serão abordadas em um dos artigos.

Eixo temático: **Movimentos Sociais e Serviço Social**

Serviço Social, lutas e resistências dos movimentos sociais na conquista do espaço urbano (1186)

TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Conjuntura, cidades e movimentos sociais	Caroline Rodrigues Da Silva	A democracia brasileira vive um golpe civil-parlamentar desde 2016. Nesse contexto esse artigo tem como objetivo analisar a crise da institucionalidade democrática e seus desdobramentos para as lutas urbanas pós-golpe de 2016, buscando apontar os desafios para garantia do direito à cidade. Inicialmente apresentará as principais violações aos direitos ocorridas neste período, com destaque para as alterações legislativas referentes à Política de Habitação de Interesse Social. Posteriormente será problematizado a resistência da sociedade civil, dando ênfase ao aumento da violência pelo Estado.	David Harvey, Ermínia Maricato, Raquel Raichelis, Lucio Kowarick, Marilda Iamamoto	PUC/SP
Articulação de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: A	Francisca Genilce Gomes	O artigo apresenta a experiência da Frente Brasil Popular-FBP (2013-2016), os antecedentes para sua fundação, como as manifestações de 2013, e o contexto de sua criação ancorado na eleição de	Elaine Behring, Ermínia Maricato, Evelina Dagnino, Ivanete Boscheti, Karl Marx,	PUC/SP

experiência de resistência da Frente Brasil Popular		2014, o golpe de 2016, e período pós golpe. Analisamos as novas formas de articulações entre movimentos sociais, populares, centrais sindicais e partidos políticos, bem como as tentativas de responder de forma unitária a ofensiva neoliberal no Brasil. Nosso objetivo é entender os antecedentes e o contexto da fundação da FBP, suas formas de articulação e resistência ao projeto neoliberal, na conjuntura de retirada de direitos da classe trabalhadora.	Maria Lucia Duriguetto,	
Atuação profissional na política habitacional nas décadas de 1970 e 1980: memórias, marcas e contribuições	Francisca Genilce Gomes, Caroline Rodrigues Da Silva, Clenivalda Franca Dos Santos, Marisa Almeida Blanco, Rosângela Dias Oliveira Da Paz	O artigo apresenta resultados parciais do projeto de Pesquisa “Movimento Sociais e Serviço Social: formação, memória, impasses para atuação profissional na política habitacional”. Busca-se analisar o processo de transformação que ocorreu na atuação do profissional de serviço social na área de habitação na prefeitura do município de São Paulo, nos anos 1970 e 1980, levando em consideração as mudanças políticas, econômicas e sociais que estavam ocorrendo no Brasil. Destaca-se as marcas deixadas desse período na atuação profissional do assistente social e seus reflexos na atualidade.	José Paulo Netto, Lucio Kovarick, Maria de Fátima Cabral Gomes, Nabil Bonduk, Rosângela Paz.	PUC/SP
Serviço social, dimensão política e movimentos de moradia: a experiência da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)	Tuane Rossatto, Cleonice Dias Dos Santos	Apresentam-se reflexões acerca da dimensão política do Serviço Social e do trabalho social realizado com grupos e famílias participantes em projetos de mutirão e autogestão na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. A metodologia do estudo está embasada na perspectiva crítica; nos estudos do materialismo histórico e dialético; pesquisas bibliográficas e empíricas e observação nos espaços de inserção	Ana Elizabete Mota, José Paulo Netto, Josefa Batista Teixeira, Marcelo Braz, Marilda Iamamoto, Rosângela Paz	PUC/SP

		profissional e acadêmica das pesquisadoras. Parte-se de análises acadêmicas das autoras provenientes de suas pesquisas de mestrado e doutorado. Utilizamos depoimentos de quatro assistentes sociais e 23 lideranças participantes na UMM-SP.		
--	--	---	--	--

Modalidade: Apresentação Oral

EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Política Social e Serviço Social. Ênfase: crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo - 786	Direito à cidade: fragmentação da urbanidade?	Gabriele Faria	O presente texto pretende estabelecer um diálogo sobre a dinâmica do acesso à cidade, sobretudo, de uma periferia precariamente servida que vivencia um processo de urbanização com características que segregam e excluem especialmente, aqueles mais pobres, marcando então, as visíveis diferenças de classes, bem como a apropriação desigual da cidade. Em busca de alguns caminhos para compreensão deste processo, utilizamos como método de análise a realidade empírica, a pesquisa bibliográfica e documental para aproximação de conceitos que pudessem orientar nossa hipótese inicial de negligência deste direito	David Harvey, Henry Lefebvre, José de Souza Martins, José Paulo Netto, Loic Wacquant Marilda Iamamoto, Milton Santos	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO

			humano na realidade observada.		
Idem - 1836	A natureza do lugar e do território	Emanuel Luiz Pereira Da Silva, Mariangela Belfiore Wanderley	Partimos do chão concreto das Políticas, construindo um caminho de análise, a partir das diversas perspectivas de lugar e território como ponto de partida. Temos como pressuposto a crítica de Milton Santos a globalização e aos processos que atuam no mundo acentuando e aprofundando desigualdades sócio-espaciais. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade.	Michael Foucault, Karel Kosik, Dirce Koga, Milton Santos, M Saquet	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO
EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social Ênfase: questão agrária- 92	Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil	José Amilton De Almeida, Henrique Wellen	Trata-se de síntese de pesquisa bibliográfica que teve como objeto de estudo a questão agrária no Brasil segundo o pensamento de Caio Prado Júnior. O objetivo principal consistiu em apreender a perspectiva desse intelectual sobre a questão agrária brasileira e suas formulações acerca da reforma agrária. Partindo da relação intrínseca que há entre questão agrária	Carlos Nelson Coutinho, Octavio Ianni, Caio Prado Jr.,JP Netto, JP Stédile	UFJF, UFRN

			e questão nacional, chegou-se à refutação de Caio Prado Júnior à visão de um Brasil feudal. Ao final, indicamos a reformulação teórica realizada pelo autor, na qual a questão agrária releva-se ao reconstituir o capitalismo brasileiro e as classes sociais fundamentais que o compõe.		
Idem- 219	Estrutura agrária brasileira: resistência e enfrentamento do movimento dos trabalhadores sem terra-MST	Naildes Araujo Pereira	As desigualdades sociais expressas no cotidiano da classe trabalhadora, bem como as formas de resistência destes, sempre obtiveram centralidade nas análises teóricas do Serviço Social e na orientação hegemônica atribuída a intervenção profissional. Este artigo procura contribuir com a reflexão sobre a estrutura agrária brasileira, como esta implica na vida dos camponeses e a influência política do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na formulação de estratégias de resistência e enfrentamento ao latifúndio. Objetiva apontar o Serviço Social como uma profissão capaz de oferecer importante contribuição aos trabalhadores em luta pela terra.	Bernardo Fernandes, José de Sousa Martins, Marilda Iamamoto, Raquel Sant'Ana.	UFBA
Idem- 414	Desafios presentes na garantia do direito à assistência social para a população rural	Cíntia Florence Nunes	O artigo aborda a (in)visibilidade do rural na garantia direito à assistência social. O presente estudo revela que o direito à assistência social para a população rural vem se constituindo de modo insuficiente, uma vez que a precarização da política de assistência	Karl Marx, Potyara Pereira	PUC/RS

			social, sob a égide do neoliberalismo, se intensifica no rural, além da (in)visibilidade do rural, enquanto um fenômeno pluridimensional, uma vez que a classe trabalhadora que vive no rural encontram-se nessa relação contínua entre invisibilidade e visibilidade, em processos dialeticamente simultâneos. A pesquisa realizada foi orientada pelo Materialismo Histórico Dialético.		
Idem -753	Recursos orçamentários destinados as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da agricultura no município de anchieta – ES no período de 2013 a 2017 -	César Albenes De Mendonça Cruz, Marcelo Plotegher Campinhos, Denise Ferreira Pinto Paterlini, Valéria Brandão Belém, Janaina Dardengo Paterline	Este estudo demonstra a análise dos recursos destinados às Políticas Públicas no âmbito da agricultura no Município de Anchieta /ES, e controle destes no período 2013/2017. Para a obtenção dos resultados, analisou-se documentação disponibilizada pelos setores de planejamento, contabilidade, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, além de realização de estudo de caso mediante os dados analisados. Observou-se também, existência de propriedades não regularizadas, o que gera dificuldades, por exemplo, de obtenção de inscrição estadual, notas fiscais, documentos essenciais para obtenção de benefícios como acesso a seguridade social, que inviabiliza o fortalecimento e restrição à busca de novos projetos para a região.	Hely Meirelles, Francisco Lacombe, Gilberto Heilborn	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA
Idem - 830	Questão agrária, ruralidades e serviço	Mailiz Garibotti Lusa, Bruna	O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa que tem como objetivo	José Graziano da Silva, Marilda	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO

	social: requisitos e repercussões para a formação e o trabalho profissional no Rio Grande do Sul	Michele Engel, Jessica Flores Mizoguchi, Solange Dos Santos Silva, Mari Aparecida Bortoli	analisar a realidade rural sul-rio-grandense no que tange às expressões da questão social no espaço rural, dentre as quais está a questão agrária, de modo a reconhecer as requisições e repercussões para a formação e o trabalho profissional do/a assistente social. Com aporte no materialismo histórico dialético, a pesquisa utiliza-se de metodologia do tipo exploratória de campo e técnicas bibliográfica e documental para o processo investigativo e análise de conteúdo.	Iamamoto, Karel Kosik, Mailiz Lusa, José Paulo Netto, Sérgio Schneider	GRANDE DO SUL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Idem -985	Políticas sociais e conflitos rurais: Limites e perspectivas do reassentamento involuntário das famílias rurais do entorno do Território Estratégico de Suape/PE.	Thaís Santos Da Silva, Rosiglay Cavalcante De Vasconcelos	O objetivo desse artigo é analisar a atuação do Estado na política de reassentamento involuntário rural das famílias que vivem no território estratégico do Complexo Industrial Portuário de SUAPE-CIPS/PE. Os conflitos socioambientais têm relação com a questão agrária decorrente do processo de formação social brasileira. Na conjuntura neoliberal, a cultura clientelista, sustentada pela lógica assistencialista, faz prevalecer ações de cunho instrumental com políticas fragmentadas e pontuais, através do Plano de Trabalho Técnico Social/PTTS. Na investigação social, a teoria social crítica evidencia o desenvolvimento econômico sobre o trabalho e o modo de vida dos agricultores familiares na localidade.	Elaine Behring, Maria Lucia Duriguetto, Ivanete Boschetti, Vicente Faleiros, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, José Paulo Netto, José de Souza Martins, Maria das Graças Lustosa, Ivete Simionatto.	FACULDADE SÃO MIGUEL

Idem - 1217	Questão agrária e políticas públicas em minas gerais uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil	Cristina Simoes Bezerra, Bruno Bruziguessi, Nilo Marques De Jesus	O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa acima mencionada, cujo objetivo principal foi de analisar as principais manifestações contemporâneas da questão agrária no estado de Minas Gerais, sistematizando informações e dados sobre áreas de reforma agrária do estado organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como o conhecimento e o acesso das famílias assentadas e acampadas às políticas públicas particularmente destinadas ao campo no Brasil.	Bhering & Ivanete, Guilherme Delgado, Karl Marx, João Pedro Stédile	UFJF
Idem - 1263	A política salarial para o trabalho na agricultura no complexo agroindustrial canavieiro da paraíba	Lucas Bezerra De Araujo	O artigo discute a política salarial para o trabalho na agricultura praticada pelo Complexo Agroindustrial Canavieiro da Paraíba. O foco são os assalariados rurais inseridos no corte manual da cana-de-açúcar, submetidos às imposições do pagamento por produção. Esta modalidade de salário configura-se enquanto a mais adequada às práticas empresariais em vigência no setor sucroalcooleiro. Em consequência a isso, o texto apresenta a ideia de que a política salarial assentada no pagamento por produção desgasta a vida dos trabalhadores, acirra a exploração, incrementa a taxa de mais-valia e atua como um dispositivo de controle e desmonte do trabalho.	Ana E Mota, Karl Marx, L Bezerra, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Marilda Iamamoto, Octavio Ianni,	UFPE

Idem - 1291	Ruralidades e direitos humanos: invisibilidades, violações, lutas e resistências	Mailiz Garibotti Lusa	O artigo trata sobre as ruralidades, problematizando suas invisibilidades e como elas repercutem no reconhecimento dos direitos humanos. Discute as lutas sociais camponesas, na contraposição entre violação de direitos e resistências operacionalizadas pelos camponeses. Enquanto pesquisa se orienta pelo método do materialismo histórico dialético, com procedimentos de tipo documental e bibliográfico, que preparam a futura coleta de campo em uma investigação com financiamento do CNPq.	Mailz Lusa, ML Barroco, Octavio Ianni, José de Souza Martins, José Graziano da Silva	UFRGS
Idem - 1321	Da carta aos brasileiros à ponte para o futuro – das promessas não cumpridas ao golpe de morte na reforma agrária	Elaine Martins Moreira, Maristela Dal Moro	Esse trabalho se propõe a realizar uma reflexão acerca dos caminhos e descaminhos da reforma agrária nos anos mais recentes, mais especificamente nos governos de Luiz Inácio da Silva, Dilma Rousseff e o seu sucessor Michel Temer que chega ao poder por meio de um golpe parlamentar-jurídico-midiático. Pretende-se traçar algumas linhas acerca desse tema demonstrando a relação de continuidade e ruptura entre esses dois governos no que se refere à reforma agrária e as demais políticas para o campo. Ou seja, nos deteremos nas especificidades dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff para chegarmos ao momento atual, sob a presidência de Michel	Ariovaldo Oliveira, Horácio Martins Carvalho, Karl Marx, Sérgio Sauer,	UFRJ

			Temer, que vem se apresentando como o governo mais regressivo no campo dos direitos sociais e humanos desde a Constituição Federal de 1988.		
Idem - 1322	Questão social e a particularidade do rural: um diálogo a partir da formação profissional em serviço social.	Raquel Santos Sant' Ana	Este artigo procura evidenciar como a questão agrária é uma particularidade da questão social e a importância desse debate na formação profissional do serviço social. A questão social é marcada pela intensa exploração da força de trabalho e, consequente agudização das desigualdades sociais que fizeram parte da constituição da sociedade brasileira; no cenário atual novas configurações desses mecanismos se apresentam de maneira a manter os lucros do capital e a apropriação privada da riqueza socialmente construída. As expressões desse processo em área rural são fundamentais de serem apreendidas e estão na proposta de formação das diretrizes curriculares da ABEPSS.	David Harvey, ML Barroco, Karel Kosik, José Paulo Netto, Rui Mauro Marini, Raquel Sant'Ana	UNESP-FRANCA
Idem - 1434	Trabalho assalariado no campo e novas formas de exploração da força de trabalho camponesa	Ilena Felipe Barros	O artigo tem por objetivo analisar o trabalho assalariado no campo e as estratégias de dominação da força de trabalho de camponeses expropriados da terra. As relações de trabalho no campo, expressas, no assalariamento rural e na exploração intensiva da força de trabalho pelas grandes propriedades de monocultura e do agronegócio, são processos que têm raiz na formação	David Harvey, Severina Araújo, Ricardo Antunes, José de Souza Martins, Karl Marx, José Roberto Moreira, João Pedro Stédile	UFRN

			social brasileira. A exploração a que os camponeses assalariados estão submetidos ocorreram de diversas formas e em contextos históricos diferentes; explicitando-se no emprego sazonal e intermitente, subemprego, desemprego estrutural e situações análogas ao trabalho escravo.		
Idem - 1605	Cesta camponesa de alimentos saudáveis: uma estratégia na aliança campo cidade por soberania alimentar	Maiara Batista Da Silva	Essa comunicação objetiva relatar a experiência da “Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis”, desenvolvida por um projeto de extensão junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores, no Rio de Janeiro. Iniciada em 2015, é uma atividade de distribuição de alimentos saudáveis, que visa contribuir para a valorização do campesinato e o estabelecimento de laços de solidariedade entre trabalhadores urbanos e camponeses. Situa-se no bojo da construção de mercados alimentares alternativos, e o estudo tem a intenção de compreender como a estratégia tem contribuído à geração de trabalho e renda de famílias assentadas de Nova Iguaçu e ao fortalecimento da organização camponesa.	Sérgio Schneider, Jean Ploeg, Guilherme Delgado, Paulo Alentejano	UFRJ
Ênfase: questão urbana - 19	Os desdobramentos do processo de migração: dimensões e características	Amarayna Minelly Sousa Oliveira, Tatiane Nogueira	Este trabalho tem como objetivo compreender os processos migratórios no Brasil. Para tal, parte do pressuposto de que as relações do mercado de trabalho foram os principais impulsionadores para a configuração do	Paul Singer	UFMA

		Santos	processo, pois as relações que são estabelecidas nessa sociedade capitalista se dão em torno da produção material, das forças produtivas e pelas relações instituídas entre os proprietários dos meios de produção e àqueles que possuem a força de trabalho. No Brasil tais relações tiveram características peculiares, principalmente em relação à região nordeste.		
Idem - 94	Estado, desenvolvimento capitalista e breves considerações sobre as unidades de polícia pacificadora no rio de janeiro	Ana Caroline De Sousa Alves	A discussão aqui presente, tem por intuito discutir sobre o papel do Estado e suas formas de intervenção nas favelas realizando uma breve análise das UPP's nesse processo de garantia da ordem capitalista pelo poder público por meio da criminalização da pobreza e militarização da vida nesses espaços, configurando novas formas de tratar a "questão social" como caso de polícia.	Maurício de Abreu, Karl Mark, Marildo Menegat, Robert Castell, Antônio Mazzeo, Carlos Vainer	UFRJ
Idem – 109	Belford Roxo: análise da problemática urbana numa jovem cidade periférica	Thais Gomes Da Silva	O presente artigo pretende apresentar uma pesquisa sobre os níveis de precarização da vida da população moradora de Belford Roxo. Para isso parte de um resgate histórico da cultura patrimonialista na cidade e em seguida apresenta alguns indicadores sociais da cidade.	Maurício de Abreu, Ermínia Maricato	UFRJ
Idem – 203	A luta pelo direito à cidade A luta dos moradores do	Rafael Soares Gonçalves, Vivian Monteiro	O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1808 e é um dos pontos turísticos da cidade. Em área contigua	RS Golçalves, ML Souza	PUC/RJ

	Horto Florestal do Rio de Janeiro contra a remoção	Lessa	ao Jardim, funcionou o Horto Florestal da cidade. No decorrer dos anos, foi sendo permitida a ocupação de áreas do Horto Florestal por funcionários dessa instituição e do Jardim Botânico, constituindo o que, hoje, denominamos a localidade do Horto Florestal com aproximadamente 600 casas. O presente trabalho pretende trabalhar o processo de resistência dos moradores contra as tentativas de remoções dos moradores conduzidas pelo Jardim Botânico nos últimos anos.		
Idem - 240	A formação das favelas na cidade do Rio De Janeiro: uma análise baseada na segregação populacional e exclusão social	Bruna Brum De Toledo	O presente artigo se propõe a analisar a formação das favelas no Rio de Janeiro relacionando seu surgimento à pobreza, com a consequente criminalização do pobre, que vai para além do estigma de favelado. Parte-se do processo histórico de surgimento e manutenção da favela, pautada na segregação social, na relação com a pobreza e com a exclusão social. Trata-se de uma análise permeada pelo enfoque territorial e social que permite entender de que forma a segregação populacional influenciou no crescimento das favelas e como isto se reflete na dinâmica societária.	Vera Batista, Pedro Demo, Sônia Fleury, Michael Foucault, JPNetto, Raquel Rolnik, Alba Zaluar, Loic Wacquant	UFRJ
Idem – 274	Concepções e referenciais teóricos e metodológicos para a avaliação do direito à	Carola Carbajal Arregui	O presente artigo apresenta a discussão sobre as concepções e referencias teórico-metodológicos da avaliação compreendida como campo	Ivanete Boschetti, Maria de Fátima Gomes, Lucio Kovarick, Ermínia	PUC/SP

	moradia		sociohistórico e sociopolítico. A partir de uma experiência de pesquisa na política de habitação situa o debate nos pressupostos do direito à cidade e da questão urbana.	Maricato, Rosângela Paz, Raquel Rolnik	
Idem – 354	A participação social no PMCMV- o caso do residencial Urupiara em Alagoinhas/BA	Ana Burgos	Este artigo tem o objetivo de discutir a temática da Participação Social no Programa Minha Casa Minha Vida à partir da experiência do Residencial Urupiara , localizado no município de Alagoinhas/BA, verificada durante a execução do Programa Moradia Urbana com Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, cujo objetivo é a implantação de duas tecnologias sociais, a primeira tecnologia - Transformando Realidades por meio da Mobilização e Organização Comunitária, e a segunda tecnologia- Joias Sustentáveis na Ilha das Flores, utilizando material reciclado para a fabricação de Joias sustentáveis. Este artigo aborda uma experiência profissional.	Manuel Castells, Pedro Demo, Wanderley dos Santos	PROATEC
Idem - 409	Urbanização de favelas e reassentamento de famílias - A experiência do Conjunto Habitacional de Casas Sobrepostas do Jd. Rochdale no município de Osasco/SP	Clenivalda França Dos Santos, Fernanda Galhardo Carpanelli, Juliana Aparecida Ferreira,	Retratamos a experiência de reassentamento de 21 famílias removidas em decorrência de um projeto de Urbanização Integrada em parceria com o Governo Federal (PAC2). 21 Unidades Habitacionais construídas na própria área de intervenção do projeto, permitindo o retorno dos moradores para sua área de	Rosangela paz	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE OSASCO FACULDADE MAUÁ

		Katiane Ferreira De Lima Silva, Ariane Tavares Dos Santos Sá	origem. Optamos pelo relato sobre o percurso da política urbana e habitacional do município de Osasco e alguns aspectos históricos sobre a formação precária do Jd. Rochdale - território cujas ações de urbanização estão em curso, e por fim, o destaque sobre os dados revelados pela pesquisa aplicada junto as 21 famílias atendidas pelo município.		
Idem - 606	Imagens cindidas, Campina Grande (Pb) dividida: a dimensão dos pobres urbanos) nos jornais Diário da Borborema (DB) e Jornal da Paraíba (JP)	Maria Jackeline Feitosa Carvalho	O presente artigo compõe capítulo de tese e busca analisar a luta pela moradia em Campina Grande- PB (de 1970 à 2000) a partir da leitura das imagens que os jornais Diário da Borborema (DB) e Jornal da Paraíba (JP) realizam e demarcam como o lugar dos pobres na cidade. Procuraremos, de modo geral, entender as tensões e condições que contemporaneamente produziram a pobreza urbana em Campina Grande que, forma contrastiva às imagens-sínteses que articulam os discursos hegemônicos sobre a cidade em disputas regidas por práticas de ocupação e resistências na luta por moradia na periferia.	BALSA, Casimiro Marques; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henri, Robert Castel.	UEPB
Idem - 634	Gentrificação: a negação do direito à cidade para classes subalternas.	Izabelle Cristina Ferreira Dos Santos, Ione Aparecida De Lima,	O artigo pretende discutir o conceito de gentrificação e compreender os fenômenos que envolvem a negação do direito à cidade para classes subalternas. Busca-se ainda, debater a importância do direito à cidade e a	Antonio Gramsci, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Milton Santos	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

		Aparecida Rosângela Dos Santos	relevância da relação individual, mas sobretudo coletiva no espaço urbano. Existir, viver e transformar a cidade é algo fundamental para os sujeitos, além de um dos direitos humanos mais básicos que, entretanto, esbarra em questões problemáticas, como por exemplo, a urbanização capitalista. Este fenômeno sustentado pelo discurso de revitalização, modernização e desenvolvimento urbano transforma em mercadoria o espaço público e o estilo de vida nas cidades.		
Idem – 778	O Trabalho Social no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma análise dos limites e desafios de atuação do assistente social	Daiane Da Silva Pacheco Nery, Debora Magalhães Araújo	O presente estudo tem como objetivo a análise do trabalho social no contexto em que a Política Nacional de Habitação centraliza suas ações no PMCMV. Entendemos que ao inserir neste Programa o trabalho social tem encontrado limites que resultam, por um lado, da exigência de uma atuação mais alinhada às métricas e procedimentos das normas e dos sistemas de controle da Caixa Econômica Federal (CEF), por outro, do modelo de moradia reproduzido pelo PMCMV. Portanto, enquanto profissão que se insere no trabalho social o assistente social tem o desafio de não se reduzir ao mesmo.	Isabel Cardoso, Marina Pinto, AF Carlos, Marilda Iamamoto, Henri Lefebvre, José Paulo Netto, Rosângela Paz, Potyara Pereira, Joana Valente, Raquel Rolnik	UERJ
Idem - 1539	Mercantilização na Amazônia e conflitos pelo território em Belém e Barcarena no estado do	Sandra Helena Ribeiro Cruz, Taynâh De Nazaré Argolo	O presente artigo objetiva discutir a mercantilização do território, seus conflitos e resistências na Amazônia, particularmente em Belém e Barcarena	Maria Helena Abreu, Nadia Fialho Nascimento, David Harvey, Henri	UFPA

	Pará: à luz de grandes projetos	Marinho, Ana Caroline Dos Santos Ferreira	no estado do Pará. Busca-se a partir do materialismo histórico e dialético, como suporte teórico e metodológico, revelar o que está além das aparências de um grande projeto de desenvolvimento para a Amazônia. As análises apontam que o processo de mercantilização traz como consequências o agravamento das expressões da “Questão Social” com a violação dos direitos sociais, invisibilidade das populações locais e obstrução das estratégias de reprodução social, contudo a resistência constitui a estratégia de luta pelo direito ao território.	Lefebvre, Milton Santos	
Idem - 1571	As consequências da obra do VLT na comunidade Aldacir Barbosa em Fortaleza.	Virginia Márcia Assunção Viana, Maria Ercilia Mendonça Maia, Raphael Martins E Martins	Este artigo analisa as mudanças ocorridas na comunidade Aldacir Barbosa localizada na Cidade de Fortaleza, Ceará, após 2010, momento em que comunidade passou a ser ameaçada de remoção devido à obra do VLT- Veículo Leve Sobre Trilhos. Obra apontada, pelo poder público, como fundamental à realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Todavia, no limiar do ano de 2018, a obra não foi concluída, o que fortalece a nossa hipótese de que a Copa foi utilizada para justificar o aprofundamento da segregação socioespacial. Este trabalho resulta de pesquisa bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, assim como de	Friedrich Engels, David Harvey, Marilda Iamamoto, Henri Lefebvre, Carlos Vainer	UECE

			observação participante.		
Idem - 57	O problema da moradia no Brasil tem cor?	Camila Barros Moraes	O artigo tem o objetivo de pensar as cidades sob o ângulo racial, problematizando o lugar historicamente destinado a população negra no espaço urbano. Para isso pretendemos compreender, baseados principalmente na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que esta desigualdade do espaço geográfico urbano não é natural. A divisão de espaços hierarquizados e as diferentes formas de sociabilidade são uma criação histórica aprofundada por múltiplas atividades humanas, e tem sido imprescindível para a acumulação de capital. Também objetivamos identificar como as representações do espaço mascaram e ocultam a realidade, pois escondem as contradições e as relações sociais e raciais existentes.	Andrelino Campos, Roberto Corrêa, Florestan Fernandes, David Harvey, Lucio Kowarick, Octavio Ianni, Michael Löwy, Henri Lefebvre, Karl Marx, Ermínia Maricato	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Idem - 713	Violência e serviço social: um debate a partir da mídia impressa do município de Campos dos Goytacazes/RJ	Thais Lopes Cortes	O presente artigo pretende discutir a violência urbana, e, para tanto, apresenta os dados empíricos sobre os episódios de violência notificados, no ano de 2015, pela mídia impressa do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Uma vez que o assistente social atua, em muitos casos, em espaços marcados por essa forma de expressão da “Questão Social”, faz alguns apontamentos sobre a importância de que os profissionais do	Sérgio Adorno, Marilda Iamamoto, Alba Zaluar, Luic Wacquant, Alejandra Pastorini	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

			Serviço Social se aproximem do debate sobre a violência.		
Idem - 896	O conflito pelo território de trabalho na Amazônia legal.	Aurora Amelia Brito De Miranda	O ponto de partida é apresentar o entendimento da categoria território e sua relação com os povos tradicionais, especificamente os situados na Amazônia Legal ¹ . O objetivo é analisar as múltiplas concepções de territórios, suas características fundamentais, e num segundo momento, apresentar os confrontos pelo território de trabalho, que são constantes na região e adquirem maior perversidade, pela negação dos direitos territoriais.	Alfredo Almeida, Milton Santos, Sérgio Sauer	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Idem - 932	O trabalho dos assistentes sociais nas políticas urbanas, habitacionais e de saneamento, em SALVADOR/BA	Jacqueline Samagaia, Ana Maria Ferreira Cardoso, Danila De Jesus, Paula Dalete Guimarães Bispo Dos Santos, Josiane Da Cruz Cerqueira	As considerações trazidas neste artigo partem de uma pesquisa que buscou analisar o trabalho dos assistentes sociais nas políticas urbanas, habitacionais e de saneamento, em Salvador/BA. Trata-se de um debate ainda recente no âmbito da profissão, levando em conta que somente nas últimas décadas estas políticas passaram a ocupar maior espaço entre as políticas sociais, contando com a participação dos assistentes sociais nos programas e projetos organizados em seu contexto. O trabalho do assistente social é problematizado a partir do contexto atual do mundo do trabalho, bem como de sua própria forma de inserção na divisão socio técnica do	Ricardo Antunes, Graça Druck, Daívd, Harvey, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Ermínia Maricato, Potyara Pereira, Raquel Raichelis.	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

			trabalho.		
Idem - 1082	Uma reflexão acerca do espaço da cidade enquanto lócus de organização e resistência política	Fernanda Azevedo Cordeiro	O presente estudo consiste em uma pesquisa teórica que tem por objetivo refletir acerca dos processos de resistência e protagonismo político da classe trabalhadora na conjuntura contemporânea, em especial, os movimentos urbanos e as lutas pelo direito à cidade. Compreende-se a importância de se debater as dinâmicas atuais do capitalismo diante do movimento de mundialização financeira em sua face contemporânea da barbárie, e os consequentes impactos para a classe trabalhadora e a vida desta na cidade. Na esteira deste debate, pretende-se problematizar o espaço da cidade enquanto foco da organização política e da revolta.	MB Abramides, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marilda Iamamoto, Ermínia Maricato, Af Carlos, AE Mota, Marcelo Badaró Matos, H Lefevbre, Davida Harvey, JP Netto, Carlos Vainer, Rui Mauro Marini, Raquel Raichelis, Eblin Farage.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Idem - 1132	A disputa pela terra e os desafios do direito à moradia: um estudo sobre as cidades de Diadema e São Bernardo do Campo/SP	Marta Cirera	Este artigo representa um “recorte” da tese de doutorado que versou sobre o direito à moradia e a disputa da terra a partir das experiências dos municípios de Diadema e São Bernardo do Campo. O estudo partiu do suposto de que forças do modelo capitalista de propriedade privada estabelecem relações de interesses que condicionam a efetivação da política urbana distanciada do ideário do direito à cidade. Embora a hipótese se confirme os resultados demonstraram capacidades de enfrentamento à	Dirce Koga, Ermínia Maricato, Adailsa Sposati, Milton Santos	PUC/SP

			segregação sócio territorial e desafios colocados para os diferentes sujeitos envolvendo necessária capacidade de resiliência e resistência.		
Idem - 1150	Espaço urbano e luta de classes: Os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora	Deivi Ferreira Da Silva Matos	Este artigo tem como objetivo, discutir como se processam a dinâmica das relações sociais dentro do espaço urbano no modo de produção capitalista vigente, e os rebatimentos que a dicotomia capital/trabalho reflete nesses espaços. Sendo assim realizamos todo um resgate histórico-social de como se constituiu a violência praticada por parte do Estado para construir o modelo de cidade burguesa atual. O foco é demonstrar que o modelo de cidade capitalista é um campo vasto de lutas sociais entre a burguesia e o proletariado, e que estas lutas têm fortes rebatimentos sobre um público específico que são os jovens negros.	Perry Anderson, Karl Marx, Rui Mauro Marini, Roberto Correa, Mike Davis, Ernest Mandel, Eric Hobsbawn, Michael Löwy, Robert kurz, JP Netto.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Idem - 1244	“Por que o programa minha casa minha vida não resolveu o déficit habitacional?”: reflexões sobre a questão da habitação no Brasil	Raphael Martins De Martins, Caroline Magalhães Lima	Tomando como base o fato de que um programa como o Minha Casa Minha Vida não conseguiu reduzir efetivamente o déficit habitacional, buscou-se apreender os condicionantes da questão da habitação no Brasil. Partindo de uma pesquisa bibliográfica e documental, revelou-se que tal programa se configurou como medida anticrise, atendendo prioritariamente necessidades do capital, ainda que sob o discurso de enfrentamento ao déficit	David Harvey, Henri Lefebvre, F Engels, Ermínia Maricato, JP Netto, Karl Marx, Raquel Rolnik	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

			habitacional, fenômeno que só pode ser compreendido ao se analisar as determinações do modo de produção capitalista na produção do espaço.		
Idem - 1247	Militarização e criminalização dos territórios: dilemas urbanos do Rio de Janeiro	Thais Gomes Da Silva, Jéssica Das Graças Machado Cândido	O presente artigo apresenta uma breve reflexão sobre a cidade e relações sócio espaciais na configuração do capitalismo, com o objetivo de assim compreender a natureza dos dilemas e conflitos que hoje se apresentam no espaço urbano, e nesse sentido, estabelecer uma leitura crítica do projeto de militarização da questão urbana em curso no Rio de Janeiro. Sendo assim, resgatamos alguns elementos históricos da formação do espaço urbano carioca, entre o período de redemocratização do país aos dias atuais desveladores da face da militarização, destacadamente orientada para gerência dos territórios de favela e criminalização de seus moradores.	Felipe Brito, Eblin Farage, David Harvey, Ermínia Maricato, Marilda Iamamoto, Lucio Kowarick, Milton Santos, Marx e Engels	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Idem - 1478	Fundamentos marxistas para explicitar a contradição de classes no espaço urbano”: algumas mediações válidas do clássico ao contemporâneo	Sâmia Suyane Cunha Coelho, Perci Coelho De Souza	Este artigo propõe uma reflexão teórica essencial para o enquadramento de uma perspectiva crítica sobre o espaço urbano. Procura resgatar a potencialidade dos fundamentos marxistas para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista. Ordena seu método expositivo da pesquisa revisitando os legados de três momentos: 1) Marx e Engels como da gênese dos	Octavio Ianni, Gabriela Icasuriaga, Henri Lefebvre, Jean Lojkine, Karl Marx, Maria Helena Rauta Ramos	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

			fundamentos clássicos, 2) Lefebvre, Lojkin. Desdobramentos no debate neomarxista francês. Em conclusão o artigo propõe a vitalidade dessa tradição crítica para ainda hoje elucidar a problemática urbana no contexto da crise estrutural do capital.		
Idem - 1630	Participação social e política urbana nos governos Lula e Dilma	Isabela Ramos Ribeiro, Beatriz Rodrigues Diniz, Jacqueline Isabela Rodrigues Lopes Andriolli	Este trabalho trata da participação social no contexto da política urbana nos governos Lula e Dilma. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com base na literatura acadêmica referente ao tema, na qual notou-se um discurso bastante frequente sobre os avanços dessa política, principalmente com relação aos novos canais de participação social, como as Conferências e Conselho das Cidades. Entretanto, percebe-se que tais espaços são apenas consultivos e não decidem efetivamente os rumos da política urbana no Brasil, uma vez que seus programas mais expressivos não passaram pelos espaços de participação instituídos, fortalecendo a hegemonia burguesa.	Carlos Nelson Coutinho, Antônio Gramsci, Antônio Dias, Octavio Ianni, Mauro Iasi, Rui Mauro Marini, Raquel Rolnik	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Idem - 1723	O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades	Daniele Batista Brandt	Este trabalho tem como objetivo discutir a concepção de direito à cidade no pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey e tecer algumas considerações sobre suas diferenças. Para tanto, será realizada revisão crítica da literatura, com base na obra O Direito à Cidade (entre outras), de Henri Lefebvre, e	David Harvey, Karl Marx, Henri Lefebvre	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

			Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana, de David Harvey.		
Idem - 1746	A produção social do espaço urbano em Fortaleza: estudo da troca e permuta de unidades habitacionais entre os Conjuntos Habitacionais Maravilha e Maria Tomásia.	Jonas Augusto Da Silva Freitas	Este artigo versa a mobilidade familiar intraurbana enquanto deslocamento na cidade desigualmente planejada de Fortaleza, no Ceará, e busca compreender as permutas e trocas de unidades habitacionais produzidas oficialmente em Fortaleza. Considerou-se a moradia entregue pela Prefeitura nos Conjuntos Habitacionais Maravilha e Maria Tomásia como campo de pesquisa empírico e se analisou tal movimentação a partir de informações coletadas junto a Prefeitura. A demanda que se discutiu consiste no processo de moradores trocando de área. Essa escolha, materializada no processo de troca e permutas de moradias, constituiu a preocupação analítica do atendimento urbano nesses conjuntos habitacionais.	Adauto Cardoso, Marilda Iamamoto, Dirce Koga, Lucio Kowarick, Jean Lojkine, Ermínia Maricato, Milton Santos, Alba Zaluar	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
QU: 26					
Ênfase: questão agrária e urbana - 558	Política social e alimentação no Brasil: uma discussão necessária	Jéssica Fernandes Federici, Taynara Moraes Humbelino, Irenilda Angela Dos Santos	Este artigo discute a alimentação como tema da política social e sua relação a e garantia do direito à alimentação adequada. Busca, evidenciar como o capital incide neste contexto criando impasses para que problemas alimentares se mantenham num país reconhecido pela produção agroalimentar. Ainda, a segurança	Esther Esteves, Karl Marx, Jean Ziegler	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

			alimentar como um dos parâmetros a serem alcançados por políticas e programas sociais de combate à pobreza tem sua relevância subestimada por adquirir aspecto de direito que só pode se realizar através do mercado. Destacando a trajetória da alimentação no âmbito da política e suas contradições, busca-se contribuir para o debate do tema e possíveis perspectivas de mudança.		
Idem - 1724	Imperialismo e questão agrária no Brasil: ilusões desenvolvimentistas e dominação externa por dentro	Douglas Ribeiro Barboza	Buscaremos analisar alguns traços importantes da expansão monopolista brasileira e sua concretização pela dominação imperialista e desigualdade interna, considerando o acirramento das disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Ao resgatar particularidades acerca da questão agrária no Brasil, buscar-se-á reforçar que a disputa no interior do Estado e das políticas sociais pelo sentido público é uma disputa de classe marcada por contradições que podem permitir o avanço da luta dos trabalhadores em tempos de reedições das antigas "ilusões do desenvolvimento auto-sustentado".	Bernardo Fernandes, Florestan Fernandes, Valerio Arcary, A Boito, David Harvey, Francisco de Oliveira, Roberto Lehr, Karl Marx, José de Souza Martins, João Pedro Stédile.	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Niterói
Idem - 1737	Trabalho do assistente social no NASF na cidade de Goiás: política de	Rhaiza Feminino Moreira De	O presente artigo objetiva analisar o trabalho do assistente social, no Núcleo de Atendimento à Saúde da Família	Roseli Salette Caldart; Isabel Brasil Pereira;	UNIVERSIDADE FEDERAL DE

	saúde integral do/no/para o campo	Carvalho, Ana Paula Do Nascimento	(NASF) e os desafios profissionais no processo de sua efetivação da política de saúde integral do/no/e/para o campo. Realiza análise das ações desenvolvidas no NASF, a partir do marco legal instituído pela Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Além da análise da política social referida, foi realizada pesquisa empírica por meio de entrevista com a profissional de Serviço Social que atua no NASF da Cidade de Goiás, para adensar sobre o espaço sócio ocupacional discutido.	Paulo alentejano; Gaudêncio Frigotto; Marilda Iamamoto,	GOIAS
Idem - 811	Questão urbana e direito à cidade: a (in) mobilidade na vida das mulheres	Mércia Maria Alves Da Silva	O tema deste ensaio tem como enfoque a questão urbana e o impacto na vida das mulheres, trazendo como elemento concreto as contradições que marcam o contexto das cidades, e de forma particular a mobilidade urbana, tendo por referência as produções teóricas do pensamento crítico marxista no campo sociourbanístico. Considerando a cidade como expressão das desigualdades da sociedade capitalista e patriarcal, esta aponta interdições, mas também resistências individuais e coletivas para se viver e conviver no ambiente controversos das cidades. E, ao final, a reflexão aponta que o modelo de mobilidade urbana impacta nas condições materiais e subjetivas das	David Harvey, Ermínia Maricato, Carlos Vainer, Milton Santos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

			mulheres.		
Idem - 817	A compreensão da tríade agrário/urbano/ambiental enquanto totalidade: a terra e a propriedade como fundamentos da análise.	Isabel Cristina Da Costa Cardoso	O texto elege a relação entre o desenvolvimento histórico e a produção social do espaço capitalista, mediada pelas questões da terra e da propriedade e de sua transformação capitalista, como caminho metodológico para compreender a tríade agrário/urbano/ambiental enquanto totalidade dialética, e para refletir sobre a questão da moradia, sob o ângulo da política habitacional e da luta por direitos. A partir dessa reflexão, o texto busca contribuir para os processos de formação e exercício profissionais do Serviço Social.	Valter Benjamim, Virginia Fontes, Henri Lefebvre, Erminia Maricato, José de Souza Martins, Karl Marx, Márcia Motta, Margarida Moura, Ariovaldo Oliveira, Milton Santos, João Pedro Stédile	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Idem - 826	Mapeamento dos conflitos e das lutas sociais em campos dos goytacazes no século XXI – considerações preliminares.	Erica Terezinha Vieira De Almeida, Jose Luis Vianna Da Cruz, Crislaine Ribeiro De Souza, Pollyanna De Souza Carvalho	A partir de pesquisa sobre manifestações coletivas e resistências de grupos sociais na Região de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ, entre 2000 e 2012, o artigo apresenta uma reflexão acerca do processo de modernização da região, destacando os conflitos, seus móveis e as forças sociais em disputa. Ao recuperar o processo de modernização de Campos, caracterizado pela expropriação dos trabalhadores do campo e, mais recentemente, pela expropriação da terra, do trabalho, dos direitos e, ainda, de uma existência ambientalmente sustentável, considerando os impactos	Henri Acselrad, Érica Almeida, François Chesnais, José Cruz, David Harvey, Ana Elizabeth Mota	UFF – Campos UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES

			socioambientais dos Grandes Investimentos, o artigo expõe as tensões do projeto de desenvolvimento vigente.		
Idem - 893	Habitação na Amazônia: dimensões do urbano e do rural no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	Walkiria Maria Sousa Da Silva, Mônica De Melo Medeiros, Rovaine Ribeiro, Joana Valente Santana	O presente artigo objetiva analisar a questão da habitação no Estado do Pará, particularmente suas dimensões urbano-rurais na implementação do PMCMV. A metodologia delineada pela pesquisa quanti e qualitativa, privilegiou o levantamento bibliográfico, pesquisa documental e de campo, com o objetivo de compreender a implementação das políticas habitacionais no Estado do Pará. Os resultados alcançados apontam que as intervenções e ações, no âmbito do PMCMV, não consideram as particularidades regionais da região amazônica ocasionando um agravamento na vida dos beneficiários. Além disso, o programa atende apenas parcialmente as carências habitacionais no Estado.	HOLANDA, A. C. G.; SANTANA, J. V. Roberto Corrêa Marina Pinto Rovaine Ribeiro Gisele Sakatauskas Milton Santos	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Idem - 929	Análise de ações socioambientais de grandes projetos urbanísticos: uma reflexão sobre o Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI	Edmundo Ximenes Rodrigues Neto, Antônio Jesuíta De Lima	Este artigo realiza uma análise das ações desenvolvidas pela Unidade de Projeto Socioambiental (UPS) do Programa Lagoas do Norte (PLN) em Teresina-PI visando compreender o caráter destas e suas possíveis implicações junto à população local. Ao apoiar-se em dados documentais e entrevistas com gestores, técnicos e lideranças locais constatou-se que o	David Harvey, Henri Lefebvre ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ,

			Programa privilegiou ações de mobilização da população local visando a legitimação da intervenção atendendo parcialmente suas demandas possibilitando efeitos contraditórios ao objetivo do programa, reiterando a desigualdade socioespacial.		
Idem - 1025	Expansão capitalista no Golfão Maranhense e universos portuários segregados em São Luís: notas sobre o Porto Multimodal de São Luís	Raimunda Nonata Do Nascimento Santana	Aprofundamento teórico-analítico sobre portos e terminais portuários como espaços estratégicos do capitalismo expandido. Aborda contribuições de Milton Santos à compreensão de transformações impostas aos territórios em atendimento à divisão internacional trabalho. Enfatiza que a condição de terminal de uso privado visando à circulação e fluidificação de transportes e cadeias produtivas associadas, principalmente, à exportação de commodities e sua localização na comunidade tradicional de Cajueiro tornarão o Porto Multimodal de São Luís mais uma manifestação do distanciamento entre atividade portuária e o território que lhe acolhe. Conclui que não serão de pequena monta as questões sociais e ambientais implicadas na conformação desse universo portuário segregado.	David Harvey, Henri Lefebvre, Istvan Mészáros Milton Santos	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
QAU: 9					
Ênfase: questão ambiental - 292	Saneamento básico e os impactos na população e	Amanda Naiara De Menezes,	Este trabalho apresenta um estudo acerca do Saneamento Básico, e o seu	Henri Lefebvre,	UNIVERSIDADE ESTADUAL

	no ambiente: um breve estudo sobre a política de saneamento em Uberaba - MG	Rita De Cássia Lopes De Oliveira Mendes, Analúcia Bueno Dos Reis Giometti	desenvolvimento em Uberaba – MG. Compreendendo que as deficiências no saneamento básico atualmente, decorrem de determinantes históricos brasileiros, a exemplo, só em 2007 foi elaborada uma lei nacional que estabelece diretrizes para o saneamento básico, com princípios de universalidade e equidade no acesso. Em Uberaba, o Plano Municipal de Saneamento Básico data de 2015, entretanto, a efetivação dos serviços depende do interesse dos governantes, que ainda não priorizaram sua implementação, ficando a população e o ambiente sem a concretização do direito ao saneamento básico.	José Paulo Netto, Marcelo Braz	PAULISTA - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS FRANCA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Idem - 483	A questão ambiental nos limites estruturais do capital: apontamentos sobre o desenvolvimento das forças produtivas, complexo da ética e o desenvolvimento social humano	Tatiana Ferreira Dos Santos	O presente artigo objetiva refletir brevemente sobre a questão ambiental nos limites estruturais do capital, bem como delinear breves apontamentos sobre o desenvolvimento das forças produtivas, o complexo da ética e o desenvolvimento social humano. Para tanto, o escrito constitui-se em um estudo teórico, com base na teoria social crítica em que são suscitadas reflexões sobre a mundialização e a incontrolabilidade do capital nos seus limites estruturais, acompanhado do empobrecimento dos sentidos humanos e da relação sociedade e natureza em detrimento da expansão das forças	ML Baroco, G. Lukacs, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Adolfo Vasquez	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

			produtivas e os falsos rebatimentos da questão ambiental.		
Idem - 587	O serviço social e a questão socioambiental	Letícia Soares Nunes, Hélder Boska De Moraes Sarmento	O presente artigo consiste em parte dos resultados obtidos na construção da tese de doutoramento defendida no primeiro semestre de 2018 e, mediante a pesquisa bibliográfica, documental e empírica realizada, tem por objetivo apresentar dados relativos à presença do debate da questão socioambiental nos cursos de graduação em Serviço Social referenciadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para isso, discorre-se sobre o processo formativo dos assistentes sociais e, posteriormente, reflete-se sobre as tendências e as direções que vêm sendo adotadas pela categoria profissional no que diz respeito ao debate da questão socioambiental na formação.	ML Barroco, Vicente Faleiros, G Foladori, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Maria das Graças Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Idem - 650	Desastres e serviço social em tempos de radicalização do capital	Alessandra Nascimento Bernardo	O artigo ora apresentado, fruto de trabalho de conclusão de curso, reúne alguns elementos para pensar os desastres socioambientais a partir do referencial teórico-metodológico do Serviço Social. Partindo do pressuposto de que não se tratam apenas de fenômenos da natureza, mas que possuem uma dimensão social, que inclusive corrobora para sua ocorrência, convida para uma reflexão acerca de	Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Alejandra Pastorini, AM Siqueira, N Valencio	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

			como vem sendo tratado pelo Estado, na figura da Política de Assistência Social, e como assistentes sociais têm se posicionado, tanto no campo da discussão teórica quanto na intervenção, frente a eles.		
Idem - 723	O movimento contra usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (PANTANAL/MS)	Enilda Maria Lemos	Este artigo trata do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS (1979-2009). Seu objetivo é analisar o papel deste movimento em MS. Faz isso por meio da interlocução do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS com o governo, o porta-voz do agronegócio. Constatou-se que o movimento lutou nos limites da sua base de origem burguesa e hoje está aniquilado. E que a resistência em defesa do Pantanal/MS deve ser uma resistência permanente. É importante compreender a questão ambiental no modelo de desenvolvimento agrário.	Karl Marx, Raquel Sant'Ana, Istvan Mészáros	UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP
Idem - 1536	A expropriação dos espaços no ambiente costeiro nordestino: o caso do Cumbe/CE	Andréa Lima Da Silva	O texto apresentado nessa comunicação é parte constitutiva dos resultados da pesquisa que se inicia no doutorado e que permanece como processo investigativo do Pós-Doutorado no momento atual. O nosso estudo analisa o processo de degradação socioambiental como expressão da produção destrutiva do capital considerando o cultivo de camarão em cativeiro (Carcinicultura) que expropriou o território das	Henri Acseird, Joan Alier, David Harvey, Enrique Leff, Leando Konder, Istvan Mészáros	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

			populações tradicionais litorâneas e representou a negação de direitos socioambientais desta referida população, como ocorreu na comunidade do Cumbe-CE.		
Idem -147	A realidade dos catadores de materiais recicláveis no contexto carioca a partir da lei 12.305/2010	Valéria Pereira Bastos	Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizada desde meados de 2017 com os catadores (as) de materiais recicláveis organizados em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro, precisamente, apoiadas pela COMLURB1, com a finalidade de verificar se tem sido cumprido o que preceitua a política pública – Lei 12.305/2010 em relação à gestão integrada de resíduos sólidos no sentido da inclusão social destes trabalhadores na cadeia produtiva de reciclagem, com a perspectiva da construção de pilares sustentáveis para garantia de trabalho e renda para todos.	Henri Acselrad, Dirce Koga, Selma Schons, Vera Telles	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO
Idem - 721	A atuação do/a assistente social na educação ambiental: contribuições para a implementação de uma Educação Ambiental Crítica	Debora Rodrigues Santos	Este artigo apresenta resultados de uma investigação que se propôs a analisar o debate teórico acerca da inserção do/a assistente social nas escolas e a verificar a contribuição desse profissional na área da Educação Ambiental no ambiente escolar. O universo da pesquisa foi eminentemente teórico. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e um levantamento de trabalhos publicados nos anais do ENPESS realizados entre 2008, 2010,	Marilda Iamamoto, Maria das Graças Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

			2012, 2014 e 2016. Os resultados são iniciais e apontam para pesquisas posteriores. Constatamos que houve um crescimento no debate sobre a questão ambiental na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro.		
Idem - 824	A “questão ambiental” no contexto do capital: o destino dos resíduos sólidos na gestão pública do meio ambiente	Angela Luzia Aguiar Maia, Eline Barros De Azevedo, Nailsa Maria Souza Araújo	A “questão ambiental” é uma das principais expressões contemporâneas da crise do capital. Traz consigo o debate dos rumos do crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente. Dentre os graves problemas ambientais considera-se os resíduos sólidos, que tornaram-se essenciais em virtude dos agravos e impactos que sua má destinação ocasiona ao meio ambiente. Dá-se uma movimentação buscando estratégias de gestão desses resíduos sólidos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos é parte integrante dessa movimentação no Brasil. Neste artigo procura-se mostrar sua construção no bojo da Política Nacional de Meio Ambiente e apontar aspectos problemáticos de sua implantação.	Maria das Graças e Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Idem - 843	A usina hidrelétrica de Belo Monte como materialização dos interesses do capital.	Leonardo Patrício De Barros	O trabalho analisa os determinantes da construção da Hidrelétrica de Belo Monte em meio a variados conflitos e considerando parte do projeto de desenvolvimento do sistema de produção tipicamente capitalista no	Octavio Ianni, Ernest Mandel, Francisco de Oliveira	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

			Brasil. O projeto da usina foi formulado durante a ditadura civil-militar no Brasil, entretanto, somente no governo do Partido dos Trabalhadores/PT que ela se concretiza e é nesse sentido que a problematização ganhou corpo evidenciando a força do capital sobre a classe subalterna, porém não sem enfrentar as resistências. Realizamos pesquisa qualitativa com levantamento de dados em fontes bibliográfica e documental.		
Idem - 851	Questão socioambiental e serviço social: uma análise a partir da Política de Educação Ambiental implementada no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus-AM	Barbara Gabriella Oliveira Chaves, Débora Cristina Bandeira Rodrigues	A compreensão de que o debate da questão socioambiental diz respeito a ordem social, ética, econômica, política, cultural e ecológica que afetam a vida do ser humano, apresenta uma leitura de totalidade e complexidade. Este entendimento, remete a construção de estratégias para atender tais problemáticas, dentre elas a Política Pública de Educação Ambiental que assume papel relevante neste contexto, propondo(re)pensar a relação homem-natureza. No bojo deste debate, o artigo traz resultado da pesquisa de mestrado junto ao PROSAMIM/Manaus, o qual trabalha a referida política na ótica multidisciplinar, em que o Serviço Social é parte integrante na operacionalização desta.	Henri Acselrad, Enrique Leff, David Harvey, Carlos Loureiro, Karl Marx, Ignacy Sachs	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Idem- 875	Determinações contemporâneas dos	Josiane Soares Santos, Ana	A partir de um levantamento de dados sobre conflitos socioambientais no	David Harvey, Karl Marx, Maria das	UNIVERSIDADE FEDERAL DE

	conflitos socioambientais no nordeste do Brasil	Paula Lomes Cardoso, Bruna Da Paixão Santana, Jociane Pinheiro Da Silva, Érica Da Silva Mendonça	Nordeste brasileiro, o texto analisa as razões de seu crescimento nos anos de 2010 a 2014. Destaca-se como principal determinante a atuação do Estado em favor do desenvolvimento capitalista operado pela via da acumulação por despossessão e materializado em programas como o PAC. Os conflitos socioambientais refletem essas novas determinações atualizando a luta pela terra como uma das dimensões essenciais da luta de classes no Brasil.	Graças Silva	SERGIPE
Idem - 942	Particularidades político-ideológicas da crise socioambiental e os desafios contemporâneos ao serviço social	Bismarck Oliveira Da Silva	Analisa-se o impacto da crise socioambiental derivada do desenvolvimento do sistema capitalista na sociedade e os desafios ao Serviço Social. O ensaio teórico tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório, optando por revisão de literatura e transcrições de aula. O objetivo geral é refletir sobre os desafios enfrentados pelo Serviço Social no enfrentamento da questão socioambiental brasileira. Percebe-se que o pensamento neoconservador tem afetado negativamente as estratégias de luta no enfrentamento dos problemas socioambientais por parte da categoria profissional do Serviço Social e da luta coletiva, como também, tem exigido respostas crítico-reflexivas à categoria do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.	ML Barroco, Guilhemo Foladori, Paulo Freire, David Harvey, Marilda Iamamoto, Enrique Leff, José Eli da Veiga, Ignacy Sachs, JP Netto.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Idem - 1018	A questão ambiental e a produção do conhecimento em serviço social: uma análise dos periódicos da área	Mariana Cavalcanti Braz Berger	Este artigo possui como objeto de estudo a produção do conhecimento em Serviço Social com ênfase na questão ambiental. A partir de uma pesquisa documental analisou os periódicos da área vinculados aos Programas de Pós-Graduação, considerando a importância da pesquisa para o pensamento social crítico. Constatou que a temática ambiental incide recentemente na profissão, malgrado o esforço dos profissionais em avançar nos estudos, na sistematização e na compreensão dos determinantes do complexo debate sobre os impactos ao meio ambiente natural devido à lógica destrutiva do capital	Ivanete Boschetti, Guilherme Foladori, John Bellamy Foster, Philippe Layrargues, Michael Löwy, I Mészáros, JP Netto, Maria das Graças Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Idem - 1111	Reflexão crítica da saúde ambiental no modo de produção capitalista	Carlos Wendell Pedrosa Dos Santos, Mikaely Gonçalves Da Silva	O artigo tem por objetivo retratar a questão socioambiental, dando enfoque à saúde ambiental. Tendo no modo de produção capitalista e mais especificamente na industrialização sua gênese, a questão socioambiental desdobra-se em inúmeros problemas. Ressalta-se que o processo de modernização, que vem atingindo as áreas metropolitanas e rurais, é visto como grande oportunidade de emprego e renda, porém, suas refrações, como a destruição do meio ambiente, os problemas de saúde ocasionados pela falta de investimentos na área e as demais expressões da questão social,	M Andrade, JB Foster, Guilherme Foladori, Enrique Leff, Karl Marx, Netto e Braz, José Graziano da Silva.	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

			também fazem parte dessa realidade que são obscurecidas por discursos ligados a lógica do capital.		
Idem - 1520	Entre a rocinha no brasil e siloé na colômbia, quais são as similaridades? Estudo comparativo do processo de destinação de resíduos sólidos produzidos nestes lócus e suas formas de tratamento	Maria Izabel De Carvalho	O presente artigo traz dados preliminares da pesquisa de doutorado, em curso, que busca elementos que possam contribuir para a análise do processo de destinação de resíduos sólidos produzidos e suas formas de tratamento, na favela da Rocinha e em Siloé na Colômbia, bem como a identificação de quais são as práticas empreendidas em áreas empobrecidas, no que diz respeito ao trato com o lixo em observância a legislação pertinente de cada país.	MC Minayo, Carlos Montañó	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Idem - 1611	Os conflitos socioambientais e territoriais de resistência em barcarena: atores, relações de poder e exclusão socioespacial	Eunápio Dutra Do Carmo	Este trabalho analisa conflitos socioambientais envolvendo tensões, desastres, saúde ambiental e mobilidade do capital em Barcarena no contexto de ampliação da reestruturação produtiva agenciada pelas empresas transnacionais da mineração e empreendimentos de infraestrutura que atuam no município. Partindo do entendimento que atualmente o município é recortado por disputas territoriais, analisa-se como e em que medida esses processos de aprofundamento de exclusão socioespacial e injustiça ambiental estão relacionados à expansão dos processos de produção mineral. Para	Henri Acselrad, Eunápio Carmo, MC Minayo, Marcelo Porto, Milton Santos	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

			tanto, lançou-se mão das observações e entrevistas da pesquisa de campo realizada no município, como também na participação de oficinas. Desta forma, percebeu-se que a intensa mobilidade do capital e os investimentos diretos em infraestrutura, ao mesmo tempo, em que há movimentos crescente de resistência, protagonizada por grupos sociais e comunidades tradicionais.		
Idem - 1644	Questão ambiental, lutas sociais e agroecologia: luta por território no Engenho Ilha – Pernambuco.	Maria Das Graças E Silva, Monica Grossi, Rebeca Gomes De Oliveira Silva, Amanda Rayza Brito Dos Prazeres, Vera Lúcia Domingues De Melo	Este artigo pretende discutir a relação entre questão ambiental, lutas sociais e agroecologia, a partir do contexto atual de crise do capital, aonde o avanço sobre os recursos naturais e sobre os trabalhadores, sob a hegemonia do agronegócio, vem gerando uma série de contradições e conflitos no campo e na cidade. Estes conflitos se expressam nas lutas sociais, onde destacamos a experiência de luta da Associação de Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos - Pernambuco, por território, seus enfrentamentos e seu processo de fortalecimento político-organizativo e produtivo, através da construção da agroecologia como estratégia produtiva e política.	Chesnais e Serfatti, Virgina Fontes, JB Foster, David Harvey, Milton Santos, Karl Marx, João Pedro Stédile, Maria das Graças Silva.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO
Idem - 1651	Ecologia política: bases latinas para pensar expressões da questão	Matheus Thomaz Da Silva	Este trabalho é resultado preliminar de uma etapa de doutorado, esse primeiro momento consiste em uma revisão da literatura. Ir na história das formações	Henri Acselrad, Marilda Iamamoto, Enrique Leff, Marilda Iamamoto,	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

	social		latinas e identificar o epistemicídio que ocorre a partir da conquista da América, compreender a necessidade de descolonizar o pensamento a partir da perspectiva crítica recuperando as formulações clássicas da lei geral da acumulação para fundamentar a questão social. Desse modo, atualizar a interpretação da questão social de um ponto de vista ambiental se faz de grande necessidade de para o serviço social e nesse sentido o presente trabalho se propõe a contribuir com esse debate.	Anibal Quijano, Marx & Engels, Jean Marie Harribey, Daniel Tanuro, JP Netto.	
QA: 19					
EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEMPORICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidade. Ênfase: relações étnico-raciais e desigualdades - 212	A FACE INDÍGENA DA QUESTÃO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE DO CAPITAL: indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro - moradia, lutas sociais, trabalho e direitos sociais (2012 - 2017)	William Berger	Este texto apresenta em sua primeira parte a problemática indígena como parte e expressão da questão social na formação social brasileira no contexto urbano. Na segunda parte apresenta o resultado das entrevistas de história oral com três sujeitos indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro (Twry Pataxó, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe e Cristiane Santos), pertencentes originariamente ao grupo Raízes Históricas Indígenas	Marilda Iamamoto, Henri Lefebvre, José de Souza Martins, Karl Marx, István Mészáros, Raquel Rolnik, José Paulo Netto, Caio Prado Júnior.	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA/PROGRAMA A SAÚDE NA ESCOLA

			(Rahis) e vindos de contextos de aldeias e da cidade, com especial atenção sobre as temáticas: moradia, lutas sociais, trabalho e direitos sociais. Apresenta a tese de que a chamada questão indígena é parte e expressão da questão social na contemporaneidade e a problemática dos indígenas em contexto urbano, na particularidade da cidade do Rio de Janeiro entre 2012 e 2017, vai muito além de deter um pedaço de terra, para problematizar a presença indígena na cidade do capital e seu reconhecimento como sujeitos que reivindicam políticas e direitos sociais através da resistência e enfrentamento das expressões da questão social.		
Idem – 956	Desafios teórico-metodológicos da pesquisa etnográfica para o serviço social: as comunidades quilombolas do vale do mucuri	Sidimara Cristina De Souza, Ângela Ernestina Cardoso De Brito	Este trabalho objetivou enfatizar a pesquisa etnográfica como opção metodológica e modalidade qualitativa de pesquisa relevante na construção de pesquisas sociológicas. Tendo como amostragem três comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri-Minas Gerais, Brasil: Quilombo Santa Cruz e Água Preta de Cima no município de Ouro Verde de Minas; e Marques, na cidade de Carlos Chagas. O estudo teve como suporte metodológico a pesquisa etnográfica e a pesquisa bibliográfica, compartilhando os limites e desafios do campo.	Zygmund Bauman, Cliford Geertz José de Souza Martins, M C Yasbek.	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BÁHIA

			Considera-se a etnografia como opção metodologia, de integração entre teoria prática e ferramenta útil para a compreensão da práxis social.		
2					
Ênfase Relações patriarcais de gênero e raça - 630	Mulheres negras quilombolas: Relações étnico-raciais, de gênero e Resistência	Patricia Krieger Grossi, Simone Barros De Oliveira, João Vitor Bitencourt, Mariana Marques Sebastiany, Cássia Aline Bulsing Maia	Estudo qualitativo exploratório com o objetivo de desvendar as desigualdades étnico-raciais e de gênero vivenciadas por mulheres quilombolas urbanas e rurais do Rio Grande do Sul e estratégias de resistência. Realizou-se entrevistas com lideranças quilombolas, profissionais e gestores e grupos focais com mulheres quilombolas. As narrativas foram submetidas à análise de conteúdo de Bardin. Resultados apontam que as mulheres quilombolas experienciam racismo institucional e outras desigualdades e ainda assumem o cuidado das tarefas domésticas e filhos. Porém, demonstram resistência através da posição de liderança nas comunidades e reivindicação de políticas públicas, ressignificando suas identidades a partir da luta dos antepassados.	L Bardin, Heleieth Saffioti, Jurerma Werneck	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Idem - 669	A mulher na pesca artesanal: uma reflexão sobre desigualdade de gênero no trabalho das marisqueiras e elementos socioambientais	Jane Mara De Araujo Costa, Nailsa Maria De Souza Araújo	Este artigo pretende analisar a relação de desigualdade de gênero no âmbito da pesca artesanal a partir de uma reflexão sobre as dificuldades das marisqueiras para inserção em organizações políticas da categoria. Do	Heleieth Saffioti, Joan Scott	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

	constituintes		mesmo modo, procura destacar suas lutas pelo reconhecimento enquanto pescadoras artesanais. A metodologia utilizada para realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica. Evidenciou-se que o patriarcado e machismo contribuem para que as pescadoras vivam numa relação de dominação no âmbito doméstico e no espaço público.		
Idem - 1209	Relações de gênero e trabalho de mulheres agricultoras/feirantes no mercado municipal de PARINTINS-AM	Aline Da Silva Prestes	O objetivo desta pesquisa foi analisar a valoração do trabalho das mulheres agriculturas/ feirantes nas unidades familiares das várzeas de Parintins. Estas mulheres têm em suas vivências diversas atividades, interação entre a agricultura familiar em ambientes de várzea, pesca, afazeres domésticos e a venda de seus produtos nas feiras. Todos estes trabalhos são executados no coletivo da unidade familiar. Entretanto as relações sociais imbricadas as relações de gênero refletem na vida social destas, causando assimetrias de gênero em suas ações, por vezes não reconhecidas em sociedade.	Pierre Bourdieu, David Harvey, Leo Huberman, Edgar Morin, MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence MURANO, Rose Marie; BOFF, Leonardo.	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNICA
Idem - 1221	Participação de mulheres em contextos de violência urbana em favelas e periferias do Rio de Janeiro	Sandra Monica Da Silva Schwarzstein, Nivia Valença Barros	As favelas cariocas, impactadas pela violência, são o palco da luta “invisível” de mulheres que buscam paz, justiça e garantia do direito à vida de suas famílias e suas comunidades. Revendo a literatura, refletimos sobre as trajetórias dessas mulheres, de baixa	Manuel Castells, Maria Heilborn, Helena Hirata, Tatiana Moura	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - NITEROI

			escolaridade, provedoras do sustento e cuidado de suas famílias. Constatamos que, consciente ou inconscientemente, elas recorrem aos aprendizados tradicionais de gênero, como a maternagem e proteção, para sair de suas casas e ocupar as ruas, rompendo com a dicotomia entre o público e o privado e, conseqüentemente com a discriminação entre homens e mulheres.		
4					
EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional - 1801	Trajetórias humanas, significados e expressões cotidianas: mediações estabelecidas entre a prática profissional no âmbito do Serviço Social e a proximidade com os espaços urbanos de sociabilidade	André Katsuyoshi Misaka	Apresentar as alianças das propostas metodológicas, bem como dos pensadores e pensadoras que discutem a temática da sociabilidade nos territórios ocupados, e a sua vinculação a identidade profissional da categoria de trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Social, é o sentido deste ensaio acadêmico. É trabalho intelectual de profunda relação com o binômio ensino-pesquisa, com vistas a potencializar o processo do conhecimento, e, conseqüentemente, a estruturação do saber científico necessário à categoria profissional demarcada historicamente	Yolanda Guerra, Agnes Heller, Karel Kosik, Gyorgy Lukács, Maria Lucia Martinelli, Karl Marx, Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro	PUC/SP

			em solo brasileiro.		
1					
EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEMPORICO- CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Movimentos Sociais e Serviço Social Ênfase: Serviço Social e movimentos sociais: pesquisa teórica e profissional - 1385	Serviço social e a assessoria aos trabalhadores do campo: compromissos e desafios profissionais contemporâneos	Joaquim Edson De Sousa Filho, Welida Pires Dos Santos, Neimy Batista Da Silva	Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a assessoria prestada pelo assistente social aos movimentos sociais do campo, com um enfoque às competências, compromissos e desafios profissionais presentes na área. Valendo-se do uso de revisão bibliográfica a autores que são referências na temática, e ainda de entrevista realizada a uma profissional de Serviço Social com experiências e vivências neste espaço sócio-ocupacional.	Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Norberto Bobbio, Carlos Nelson Coutinho, Maria Inês Bravo, Maurílio Castro de Matos	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/ REGIONAL GOIÁS
Ênfase: Estado, políticas sociais e movimentos sociais/ Movimentos sociais e lutas de classes no contexto nacional e internacional - 490	Contradições, resistência e lutas sociais frente aos desastres socioambientais da mineração em BARCARENA/PA	Solange Gayoso, Marcel Theodoor Hazeu, Nadia Fialho Nascimento	Neste artigo apresenta-se o processo histórico de organização e resistência de comunidades tradicionais e de trabalhadores residentes no município de Barcarena (PA) frente à violação de seus direitos decorrentes da implantação do complexo portuário industrial mineral da Albrás/Alunorte, ainda na década de 1980. Como metodologia adotou-se a revisão bibliográfica e documental, e o trabalho de campo realizado durante as atividades de extensão universitária no	Alfredo Almeida, Henri Acseirad, David Harvey, Nadia Fialho Nascimento	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

			período de 2016-2018. Conclui-se que, no contexto da reestruturação produtiva, o protagonismo de comunidades tradicionais e trabalhadores possibilitaram forjar uma organização social e política que fortalece a resistência frente ao avanço do grande capital na Amazônia.		
2					

Modalidade: Apresentação de pôster

EIXO TEMÁTICO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES/AS	RESUMO	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEMPORICO-CONCEITUAIS	VÍNCULO INSTITUCIONAL
Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional	O serviço social e as questões da terra: nas trilhas da formação crítica	Maria Helena Cariaga	Este texto trata do caminho trilhado para criação do curso de Serviço Social e as questões da terra, na Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema por meio da política de educação do campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com o objetivo formar pessoas dos assentamentos, que vivenciam as desigualdades econômicas, sociais, que também se expressam na educação superior, a metodologia do curso se apoia nos na pedagogia da alternância, nas	Marilda Iamamoto	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

			Diretrizes curriculares e as legislações específicas do Serviço Social, dos direitos sociais na perspectiva histórica, o curso de Serviço Social pretende formar 60 assistentes sociais.		
Idem - 1202	Os desafios postos à formação profissional de serviço social frente às demandas socioambientais: um olhar para a questão social na Amazônia	Kelly Borges De Almeida Rocha, Marinez Gil Nogueira Cunha	O presente artigo trata de reflexões acerca da formação profissional com um olhar voltado para possibilidades de atuação do assistente social no âmbito da temática socioambiental, consubstanciada pelo projeto ético-político, objetivando a garantia de direitos, se constituindo como mais um desafio à categoria profissional, pois, a lógica do capital tem rebatimentos tanto no meio natural como na formação acadêmica. A intenção é contribuir para a ampliação do olhar acerca da questão socioambiental enquanto campo de atuação profissional	Pierre Bourdieu, MI Bravo, Isabel Cardoso, Marilda Iamamoto, Enrique Leff, Maurílio Matos, JP Netto, Ignacy Sachs, Maria das Graças Silva, Josefa Teixeira, MC Yasbek.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
2					
Política Social e Serviço Social - 691	Direito à cidade, lutas sociais e produção do espaço no capitalismo contemporâneo.	Jefferson Franco Rodrigues	Este trabalho apresenta uma reflexão a respeito das lutas sociais em torno da política de transporte e mobilidade urbana no Brasil e no município de Belém/PA, destacando a sua importância no processo de contra hegemonia frente a expansão e consolidação de políticas neoliberais – reducionistas, fragmentadas e seletivas que se apresentam na atualidade. Indica que o processo de mobilização e organização em torno da defesa da política pública de transporte	Maria da Glória Gohn, Ermínia Maricato, Eduardo Alcântara Vasconcelos, Nelson Saule Junior.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

			não é recente, se dar em um momento de expansão do capital, sendo uma alternativa de lutas em defesa do direito à Cidade.		
1					
Questão agrária, urbana, ambiental e Seso 301	Manejo de resíduos sólido urbano adequado e promoção de saúde de uma população	Aline Fernandes Lima Gimenes, Camila Gama Dos Santos, Karina Gama Dos Santos Sales, Italla Maria Bezerra Pinheiro, Luiz Carlos De Abreu	A habitação e um ambiente saudável são requisitos principais para promoção da saúde de uma população. O objetivo é descrever sobre a existência de políticas públicas dos resíduos sólidos urbanos e a prática dos serviços de limpeza urbana e a promoção da saúde de uma população. Trata-se de uma revisão da literatura, que visa buscar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis sobre o tema. Conclui-se que, a política pública de coleta seletiva e reciclagem, existe em prol da saúde da população e do meio ambiente, garantindo a preservação da saúde e possibilitando menores mazelas sociais da população que nele vive.	LOUREIRO. C. F. B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO. R.S.	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA
Idem - 619	Políticas de desenvolvimento na Amazônia: um olhar para as famílias ribeirinhas	Joyce Sampaio Neves Fernandes	Este trabalho objetiva analisar as políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia ao longo da sua trajetória histórica destacando o (não) lugar que as famílias ribeirinhas vem ocupando na implementação destas políticas. Neste sentido, enfatizaremos o estilo de vida tradicional destas comunidades e o modo pelo qual se relacionam com a natureza. Por viverem às margens dos rios, consequentemente afastadas das grandes	Talita de Melo Lira, Regina Miotto, Joaquina B Teixeira	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

			idades, o acesso desta população aos serviços sociais são extremamente fragilizados. Diante disso, analisaremos de maneira crítica as ações estatais direcionadas ao desenvolvimento da Amazônia e suas repercussões sobre o modo de vida das famílias ribeirinhas.		
Idem - 666	Política de transporte e mobilidade urbana – Desafios, tensões e perspectivas à gestão democrática.	Jefferson Franco Rodrigues	O artigo apresenta uma análise da gestão democrática da cidade pautada na participação e no controle social nos espaços democráticos, especificamente o Conselho de Transporte do Município de Belém/PA. Apresentando questões atuais e os desafios postos na atualidade nesses espaços públicos, ressaltando a disputa entre os dois projetos políticos em confronto, destaca-se os impactos da contrarreforma do Estado no setor da política estudada e nos conselhos de políticas públicas, sob a hegemonia do projeto neoliberal.	M I Bravo, Maria Valeria Correia, Maria da Glória Gohn, Henri Lefebvre, Nelson Saule Junior.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Idem - 915	Estado neodesenvolvimentista enquanto estado regulador: a propagação de megaprojetos como medida anticíclica	Rebeca Gomes De Oliveira Silva, Emile Nycole Carvalho De Freitas, Maria Das Graças E Silva	Objetivamos nesse artigo analisar como a propagação dos megaprojetos no território brasileiro e em outros países do Sul global, no contexto do Estado neodesenvolvimentista, configurou-se enquanto medida anticíclica diante da crise estrutural do capital. Tais reflexões surgiram a partir da graduação sanduíche ofertado pelo Programa de Pró Mobilidade Internacional Capes, cujo destino foi Moçambique. Os procedimentos	Perry Anderson, ARAÚJO, N. M. S; SILVA, M G, Rodrigo Castelo, Behring e Boschetti, Clark e Foster, Virginia Fontes, F Chesnais, D Harvey, Mauro Iasi, AE Mota,	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

			metodológicos adotados se pautaram na pesquisa bibliográfica e documental. O processo investigativo nos evidenciou que o Estado brasileiro vem através dos megaprojetos contribuindo para a expansão do capital, mesmo que resulte em destruição dos ecossistemas e intensificação dos conflitos socioambientais.	Francisco de Oliveira,	
Idem - 1517	O crescimento urbano e o programa social e ambiental dos igarapés de manaus – PROSAMIM	Agatha Caroliny Flexa Dos Santos, Joelma Rodrigues Guerreiro, Joyciele Vital Farias Da Silva, Gilmar Araújo Teles	Este artigo apresenta um breve resgate histórico da cidade de Manaus, objetivando compreender como ocorreu o crescimento demográfico e a intensificação das expressões da questão social durante esse processo, as quais acarretaram impactos sociais e ambientais devido as ocupações irregulares nas margens dos igarapés. Será discorrido sobre o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM e as ações de intervenção adotadas. Realizou-se uma análise sobre a implantação do programa, a ausência de políticas eficazes, os desafios na efetivação destas voltadas para a educação e a conscientização ambiental, denotando a necessidade de ações mais efetivas para com a comunidade.	Marilda Iamamoto, JP Netto, Marcos Reigota.	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE

Idem - 1523	Urbanização em Belém do Pará: uma análise do projeto de urbanização e habitação da vila da barca.	Cricyla Silva Da Silva, Daniele Cruz Batista, Dariany Aguiar Oliveira, Elizandra Queiroz De Jesus	O artigo em questão tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as implicações sócio ocupacionais do projeto de habitação e urbanização na vila barca, que está localizada próximo ao centro de Belém do Pará, onde moradores representam um mito de resistência ao ocuparem o local de palafitas, em condições precárias e lutam para permanecer no local, mesmo com os interesses do Estado em utilizar o espaço como mercadoria.	R. Correa, Mike Davis, David Harvey	FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA
--------------------	--	---	--	---	--